



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

# IV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO – 2012

---

## POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

---



## CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

População portadora de deficiência, IV RGPH-2012. - S. Tomé: INE, 2014, - 134 p.

### DIRECTORA-GERAL

**ELSA MARIA CARDOSO**

Telefone: 00 239 224 18 51

E-mail: [elsacardoso123@hotmail.com](mailto:elsacardoso123@hotmail.com)

### EDITOR

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Largo das Alfândegas, C. P. 256,

Telefone: 00 239 224 18 50

Fax: 00 239 222 19 82, S. Tomé

S. Tomé e Príncipe

[www.ine.st](http://www.ine.st)

### COMPOSIÇÃO

INE, DIRECÇÃO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS, Departamento de Censos e Inquéritos

### IMPRESSÃO

Grafica

### ESCLARECIMENTO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Telefone: 00 239 224 18 50

### EQUIPA TÉCNICA

**CONSULTORA:** MARIA DE LURDES F. LOPES

**Introdução:** VILMA PINTO

**INFORMÁTICO:** IDÁLIO LUIS/ IVANDO CEITA

**DESIGN:** HENG D'JANINN DOS SANTOS

(ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FNUAP E DO INSTITUTO  
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA)

<b>Índice</b>	
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	1
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	2
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	6
<b>RESUMO EXECUTIVO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I. CONTEXTO</b> .....	22
1.1.Contexto internacional .....	22
1.2. Contexto nacional.....	23
1.2.1. Situação sociocultural .....	23
1.2.2. Situação político-legal e institucional .....	25
<b>CAPÍTULO II. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	28
2.1.Generalidades .....	28
2.2. Conceitos utilizados na análise .....	31
<b>CAPÍTULO III. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O ESTATUTO DE INCAPACIDADE</b> .....	33
3.1.Caracterização da população total segundo grau de dificuldade de visão.....	33
3.2. Caracterização da população total segundo grau de dificuldade de audição.....	34
3.3.Caracterização da população total segundo grau de dificuldade de mobilidade .....	35
<b>CAPÍTULO IV. INCIDÊNCIA DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA..</b>	37
4.1. Taxa de incidência.....	37
4.1.1. Situação a nível nacional e meio de residência .....	37
4.1.2. Situação por distrito .....	38
4.1.3. Situação por grupos etários .....	40
4.2. Taxa de incidência por tipo de deficiência.....	41
4.2.1. Deficiência visual, auditiva e motora .....	41
4.2.2. Deficiência mental.....	44
<b>CAPÍTULO V.CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA</b> .....	46
5.1 Volume e repartição espacial .....	46

5.1.1 Situação a nível nacional e meio de residência .....	46
5.1.2 Situação a nível dos distritos .....	47
5.2. Estrutura por sexo e grupos etários .....	48
5.3. Características educacionais.....	51
5.3.1. Frequência escolar.....	51
5.3.2. Nível de instrução.....	53
5.3.3. Analfabetismo .....	55
5.4- Características económicas .....	58
5.4.1. Condição perante a actividade económica .....	58
5.4.2- Caracterização da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência empregada .....	60
<b>CAPÍTULO VI.CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>66</b>
6.1. Contexto familiar .....	66
6.1.1.Tamanho dos agregados familiares dos portadores de deficiência.....	66
6.1.2. Relação de parentesco dos portadores de deficiência com o responsável do agregado familiar .....	67
6.1.3.Tipologia dos agregados familiares dos portadores de deficiência .....	68
6.2. Condições de vida dos portadores de deficiência.....	70
6.2.1.Tipo de instalação sanitária .....	71
6.2.2.Existência de energia eléctrica .....	72
6.2.3. Principal fonte de água consumida para beber .....	74
6.2.4. Acesso às tecnologias de informação e de comunicação .....	76
<b>CAPÍTULO VII.CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA QUE VIVE SOZINHA.....</b>	<b>80</b>
7.1 Volume e repartição espacial .....	80
7.1.1 Situação a nível nacional e meio de residência .....	80
7.1.2. Situação a nível do distrito .....	81
7.2. Estrutura por sexo e grupos etários .....	83

7.3- Características económicas .....	84
7.3.1. Condição perante a actividade económica .....	84
7.3.2- Caracterização da população empregada .....	86
7.4. Condições de vida .....	90
7.4.1.Tipo de instalação sanitária .....	90
7.4.2.Existência de energia eléctrica .....	92
7.4.3. Principal fonte de água consumida para beber .....	93
7.4.4. Existência de rádio e televisão nos alojamentos.....	95
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>99</b>

**SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ACASTEP** - Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe

**ADSTEP** - Associação dos Deficientes de São Tomé e Príncipe

**CIF** - Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

**INE** - Instituto Nacional de Estatística

**NU** - Nações Unidas

**NEE** - Necessidades Educativas Específicas

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONG's** - Organizações não-governamentais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**RDSTP** – República Democrática de São Tomé e Príncipe

**RGPH-2012** - Recenseamento Geral de População e Habitação de 2012

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 3.1.1:** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo grau de dificuldade de visão por meio de residência e distrito (%)

**Tabela 3.2.1:** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo grau de dificuldade de audição por meio de residência e distrito (%)

**Tabela 3.3.1:** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo grau de dificuldade de mobilidade por meio de residência e distrito (%)

**Tabela 4.1.1.1.** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por meio de residência (%)

**Tabela 4.1.2.1:** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por distrito (%)

**Tabela 4.1.3.1.** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por grupos etários (%)

**Tabela 4.2.1.1.** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por tipo de deficiência e meio de residência (%)

**Tabela 5.1.1.1** Repartição da população portadora de deficiência segundo meio de residência, por sexo (%)

**Tabela 5.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo distrito, por sexo (%)

**Tabela 5.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo grupos etários, por sexo e relação de feminilidade (%)

**Tabela 5.3.1.1.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo frequência escolar, por sexo (%)

**Tabela 5.3.1.2.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo frequência escolar por sexo (%)

**Tabela 5.3.1.3.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo frequência escolar por distrito (%)

**Tabela 5.3.2.1.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo por nível de instrução, por sexo (%)

**Tabela 5.3.3.1.** Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo sexo, por grupos etários (%)

**Tabela 5.3.3.2.** Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo sexo, por distrito (%)

**Tabela 5.4.1.1** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência, segundo condição perante actividade económica e meio de residência, por sexo (%)

**Tabela 5.4.2.1:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência, segundo profissão, por sexo (%)

**Tabela 5.4.2.2:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo situação na profissão, por sexo (%)

**Tabela 6.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo relação de parentesco com o responsável do agregado, por sexo (%)

**Tabela 6.1.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por sexo (%)

**Tabela 6.1.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por meio de residência (%)

**Tabela 6.2.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por meio de residência (%)

**Tabela 7.1.1.1** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo meio de residência, por sexo (%)

**Tabela 7.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo distrito, por sexo (%)

**Tabela 7.3.1.1** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha, segundo condição perante actividade económica e meio de residência, por sexo (%)

**Tabela 7.3.2.1:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo a profissão, por sexo (%)

**Tabela 7.3.2.2:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo situação na profissão, por sexo (%)

**Tabela 7.4.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por meio de residência (%)

## LISTA DE TABELAS EM ANEXO

**Tabela IV.1:** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por tipo de deficiência e distrito (%)

**Tabela V.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo sexo, por meio de residência (%)

**Tabela V.2.** Repartição da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência segundo nível de instrução por distrito (%)

**Tabela V.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo por grupos etários e sexo, por condição perante actividade económica (%)

**Tabela VI.1:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tamanho dos agregados familiares onde residem, por sexo e meio de residência (%)

**Tabela VI.2:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tamanho dos agregados familiares onde residem, por sexo e distrito

**Tabela VI.3:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de relação de parentesco com o responsável do agregado familiar, por meio de residência (%)

**Tabela VI.4:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por sexo e distrito

**Tabela VI.5:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por sexo e distrito

**Tabela VI.6:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem, por meio de residência e distrito

**Tabela VI.7:** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e meio de residência

**Tabela VI.8:** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e distrito

**Tabela VI.9:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

**Tabela VI.10:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

**Tabela VI.11:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de computador nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

**Tabela VII.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo sexo, por meio de residência (%)

**Tabela VII.2.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo grupos etários, por sexo (%)

**Tabela VII.3.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo por grupos etários e sexo, por condição perante actividade económica (%)

**Tabela VII.4.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem e distrito por sexo (%)

**Tabela VII.5.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de energia nos alojamentos onde residem, meio de residência e distrito, por sexo (%)

**Tabela VII.6:** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e meio de residência (%)

**Tabela VII.7:** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e distrito (%)

**Tabela VII.8:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

**Tabela VII.9:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 4.1.1.1.** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo deficiência (%)

**Gráfico 4.1.2.1** Taxa de incidência da população portadora de deficiência por distrito (%)

**Gráfico 4.1.3.1.** Taxa de incidência da população portadora de deficiência por grupos etários (%)

**Gráfico 4.2.1.1:** Taxa de incidência da população portadora de deficiência segundo distrito, por tipo de deficiência (%)

**Gráfico 4.2.2.1.** Taxa de incidência da população portadora de deficiência mental por distrito (%)

**Gráfico 5.1.1.** 1. Repartição da população portadora de deficiência segundo sexo (%)

**Gráfico 5.2.1.** Relação de feminilidade da população portadora de deficiência por grupos etários (%)

**Gráfico 5.2.2.** Relação de feminilidade da população portadora de deficiência por distrito (%)

**Gráfico 5.3.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência por nível de instrução (%)

**Gráfico 5.3.3.1.** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo grupos etários por sexo (%)

**Gráfico 5.3.3.2.** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência por distrito (%)

**Gráfico 5.4.1.1** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo condição perante actividade económica por grupos etários (%)

**Gráfico 5.4.2.1:** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência empregada segundo sexo (%)

**Gráfico 5.4.2.2:** População empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo distrito (%)

**Gráfico 5.4.2.3:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo profissão (%)

**Gráfico 5.4.2.4:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo situação na profissão (%)

**Gráfico 6.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tamanho dos agregados familiares onde residem (%)

**Gráfico 6.2.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem (%)

**Gráfico 6.2.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)

**Gráfico 6.2.2.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por distrito (%)

**Gráfico 6.2.3.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber nos alojamentos onde residem (%)

**Gráfico 6.2.4.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio e TV nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)

**Gráfico 6.2.4.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por distrito (%)

**Gráfico 6.2.4.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por distrito (%)

**Gráfico 6.2.4.4.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de computador nos alojamentos onde residem por distrito (%)

**Gráfico 7.1.1.1** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo o sexo (%)

**Gráfico 7.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha por distrito (%)

**Gráfico 7.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha por grupos etários e sexo (%)

**Gráfico 7.3.1.1.** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo condição perante actividade económica por grupos etários (%)

**Gráfico 7.3.2.1:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência por sexo (%)

**Gráfico 7.3.2.2:** População empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência e que vive sozinha segundo distrito (%)

**Gráfico 7.3.2.3:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo a profissão (%)

**Gráfico 7.4.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem (%)

**Gráfico 7.4.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)

**Gráfico 7.4.2.2.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por distrito (%)

**Gráfico 7.4.3.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber nos alojamentos onde residem (%)

**Gráfico 7.4.4.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de rádio e TV nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)

**Gráfico 7.4.4.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por distrito (%)

**Gráfico 7.4.4.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por distrito (%)

## RESUMO EXECUTIVO

O questionário do RGPH-2012 tinha perguntas que privilegiam o estudo das incapacidades como ponto de partida para identificação das deficiências e o grau de comprometimento das condições físicas ou mentais das pessoas. O conceito utilizado inclui diversos níveis de limitação de atividades e permite distinguir os graus de incapacidade de enxergar, ouvir e locomover-se. Para este trabalho foram consideradas pessoas portadoras de deficiência, aquelas que não conseguem de modo algum ou conseguem com muita dificuldade em termos de visão, mobilidade ou audição. Como portadores de deficiência mental foram consideradas todas as pessoas que responderam sim à pergunta respectiva.

### *Estatuto de incapacidade*

Cerca de 2% da população total residente nos agregados familiares tem problemas de visão. Desta, 0,1% não consegue ver de modo algum e 1,1% consegue ver com muita dificuldade. É nos distritos de Mé-Zóchi e Água Grande que se encontram as maiores percentagens de pessoas que não conseguem ver de modo algum (0,12% em Mé-Zóchi e 0,1% em Água Grande). Nos restantes distritos esta percentagem é inferior ao valor nacional. As pessoas que conseguem ver com muita dificuldade correspondem a cerca de 1,4% nos distritos de Água Grande e Cantagalo.

Os problemas de audição afectam menos de 1% da população (0,8%), sendo que, 0,07% não consegue ouvir de modo algum, 0,39% consegue com muita dificuldade e 0,36% consegue com pouca dificuldade. A percentagem das pessoas que não conseguem ouvir de modo algum é mais alta no distrito de Caué (0,1%). Seguem-se os residentes nos distritos de Mé-Zóchi e Cantagalo com valores acima da média nacional (0,09% para ambos os distritos). A percentagem das pessoas que conseguem ouvir com muita dificuldade é mais alta nos distritos de Cantagalo e Água Grande, ambos com valores acima do nacional (0,4%).

Em 2012, os problemas relacionados com a mobilidade afectam 1,37% da população total residente nos agregados familiares, sendo que, entre estas pessoas, 0,17% não conseguem andar de modo algum, 0,85 conseguem andar com muita dificuldade e ainda

existem 0,35% que conseguem com pouca dificuldade. As percentagens das pessoas que não conseguem andar de modo nenhum são mais altas nos distritos de Mé-Zóchi (0,26%) e Lembá (0,20%). Em Cantagalo o valor é idêntico ao nacional (0,17%). O valor mais baixo se verifica na Região Autónoma do Príncipe (0,08%). Aquelas que conseguem andar com muita dificuldade representam em Cantagalo a um valor quase dobro do nacional (0,5%).

#### ***Taxa de incidência por sexo, meio de residência e distrito***

O número de pessoas portadoras de deficiência recenseadas em 2012, foi de 6.274 correspondendo a uma incidência de 3,5% a nível nacional. Desta população, 2.878 são homens, equivalente a uma taxa de incidência de 3,2%, e 3.396 são mulheres (taxa de incidência de quase 4%).

A taxa de incidência é relativamente mais elevada no meio urbano, (3,8% contra 3% no rural). Por distrito, valores mais altos se verificam em Lobata (5,3%), Cantagalo (4,1%) e Água Grande (cerca de 4%). Nos restantes distritos as taxas são mais baixas que o nacional, sendo 3,1% no Caué e quase 3% em Lembá, Mé-Zóchi e Região Autónoma de Príncipe.

#### ***Taxa de incidência por tipo de deficiência***

A taxa de incidência de deficiência visual é de 1,2%, com poucas diferenças entre os sexos (1,4% entre as mulheres contra menos de 1% entre os homens). A incidência é mais alta no meio urbano (1,3 % contra 0,91 no meio rural), com valores mais elevados entre as mulheres (1,6% contra 1% de homens). No meio rural ela é de quase 1% para ambos os sexos. Valores mais elevados que a média nacional são registados nos distritos de Água Grande (1,5%) e Cantagalo (1,4%). Em Caué esta taxa é de (1%). Nos restantes distritos ela atinge menos de 1% com valor mais baixo em Lembá (0,7%).

Os indivíduos portadores de deficiência auditiva registaram uma incidência relativamente baixa (cerca de 0,5), com valores muito semelhantes entre os sexos (0,49 de homens e 0,42% de mulheres). As diferenças nos dois meios de residência são pouco significativas (0,5% no meio urbano contra 0,4% no meio rural). Uma incidência igual ao valor nacional verifica-se nos distritos de Cantagalo e Água Grande (0,5%). Nos restantes distritos as taxas são baixas e com valores inferiores ao nacional.

A deficiência motora registou uma incidência de 1%, sendo 0,9% nos homens e 1,2% nas mulheres. No meio urbano a incidência é igual ao meio rural e ao valor nacional. No meio urbano as taxas são mais elevadas entre as mulheres (1,2% contra 0,8% de homens), e, no meio rural as diferenças são insignificativas (cerca de 1% para os dois sexos). Por distrito, a taxa mais elevada se verifica em Cantagalo (1,7%), e valores próximos do país nos distritos de Água Grande, Mé-Zóchi e Lobata.

A deficiência mental corresponde a uma incidência de 1,5%, sem diferenças entre os sexos. Esta taxa é mais elevada no meio urbano (1,6% e 1,2% no rural). A taxa mais alta se verifica no distrito de Lobata, com valor igual a um pouco mais de dobro da média nacional (3,6%). Em Cantagalo ela é de 1,6%.

#### ***Distribuição da população portadora de deficiência por sexo, grupos etários e distrito***

Entre as pessoas portadoras de deficiência 54% são mulheres e 46% são homens. A relação de feminilidade é de 118 a nível nacional, indicando que para cada 100 homens portadores de deficiência existem 118 mulheres na mesma condição.

A maioria vive no meio urbano, representando 72,1% contra 27,9% no meio rural. Água Grande alberga cerca de 40% dessa população. Seguem-se os residentes em Mé-Zóchi (quase 20%), Lobata (16,5%) e Cantagalo (11,3%). Nos restantes distritos as percentagens são relativamente baixas e atingem cerca de 3% em Caué e Região Autónoma de Príncipe.

#### ***Características educacionais da população portadora de deficiência***

Cerca de 31,3% da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência nunca frequentou um estabelecimento, 20% frequenta e 48,9% frequentou no passado. As mulheres são as mais desfavorecidas tanto em relação às pessoas que já frequentaram um estabelecimento de ensino como entre aquelas que nunca frequentaram.

As pessoas que frequentam um estabelecimento de ensino representam uma percentagem mais elevada nos distritos de Lobata (24,7%), Água Grande (21,6%) e Região Autónoma de Príncipe (cerca de 22%). As que nunca frequentaram uma escola correspondem a um pouco mais de 50% no distrito de Caué, e mais de 1/3 nos distritos de Lembá, Cantagalo e Mé-Zóchi (cerca de 38% em cada um dos distritos).

Um pouco mais de metade da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência, possui o nível básico (51,2%), 15,4% o nível secundário, e 31,2% não possuem nenhum nível de instrução. As percentagens destas pessoas que possuem tanto o nível pré-escolar como o nível superior ou profissional são muito baixas.

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência é de 37,2%, incidindo mais sobre as mulheres (37,8% e 26,2% para os homens). O distrito de Caué apresenta a taxa mais elevada do país (57,5%). Seguem-se, por ordem de importância, os distritos de Lembá (47,6%), e Cantagalo (44,1%). A taxa mais baixa é registada no distrito de Água Grande (30,4).

### *Características económicas da população portadora de deficiência*

A população activa de 15 anos ou mais portadora de deficiência representa a 41,1%, (31% empregada e 10,1% desempregada) e 58,8% é inactiva. Tanto a percentagem dos portadores de deficiência activos como a dos ocupados é mais elevada entre os homens: 51,3% contra 33,3% entre as mulheres para os activos, e 23% entre as mulheres e 41,4% entre os homens para os ocupados.

A população activa residente no meio urbano corresponde a 43,2% (32% empregada e 12% desempregada), enquanto no meio rural essa percentagem é de 35,9% (sendo 29,6% empregada e 6,3% desempregada).

#### População empregada

Entre as pessoas empregadas de 15 anos ou mais portadora de deficiência 58% são homens e 42% são mulheres. Quase 2/3 têm 40 anos ou mais (cerca de 61%), e, os jovens de 15-19 anos chega a quase 10%.

A percentagem mais alta dessa população se verifica no distrito de Água Grande, com valor acima do nacional (42,8%). Nos restantes distritos as percentagens são inferiores ao valor nacional, e variam entre 17,6% no distrito de Mé-Zóchi e cerca de 4% na Região Autónoma de Príncipe.

Cerca de 24% da população portadora de deficiência empregada exerce actividades relacionadas com agricultura, pesca e floresta, quase 23% trabalham no comércio/serviços, 22% exercem actividades não qualificadas, 11% são artífices e 5% são técnicos intermédios.

Existem diferenças importantes entre os sexos, com efeito, as pessoas que trabalham no comércio/serviços correspondem a uma percentagem de 35,1% entre as mulheres e cerca de 15% entre os homens. A percentagem dos homens que trabalham na agricultura/pesca/floresta é um pouco mais de triplo da percentagem das mulheres que também exercem essa profissão (35% contra 9,1% entre as mulheres). Entre as mulheres, a percentagem mais alta esta ligada às actividades não qualificadas (36,5%), enquanto essa percentagem é de 12,1% entre os homens. Os intelectuais representam 3% dos homens e quase 5% das mulheres.

A maioria desta população trabalha por conta de outrem (53%), 35% trabalha por conta própria, 5% na administração pública e 4% são trabalhadores familiares não remunerados.

### *Contexto familiar e condições de vida da população portadora de deficiência*

#### Tamanho do agregado familiar

Em São Tomé e Príncipe, 39% das pessoas portadoras de deficiência vivem em agregados constituídos por seis pessoas ou mais, 28% residem em agregados constituídos por 4-5 pessoas, 21% em agregados com 2-3 pessoas e quase 12% vivem sozinhas. As s pessoas que vivem sozinhas correspondem a 15,2% no meio rural contra 10,4% no urbano. A percentagem daquelas que vivem em agregados constituídos por 6 ou mais pessoas é mais alta no meio urbano (40,8% contra 33,9% no rural).

As pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas representam uma percentagem importante na maior parte dos distritos, com valores entre 10% em Lobata e Água Grande e 14,9% em Cantagalo. Aquelas que morram em agregados mais numeroso de 6 ou mais elementos são mais frequentes nos distritos de Lobata (45,2%) e Lembá (42,1%) e menos frequentes na Região Autónoma do Príncipe (34,6%).

#### Relação de parentesco com o responsável do agregado

Cerca de 39% dos portadores de deficiência são responsáveis de agregados, 31,2% são filhos dos responsáveis, 16,4% são parentes do responsável do agregado e 1,2% são membros sem parentesco. Os cônjuges representam 12,3%. Os que são responsáveis dos agregados familiares atingem 41,4% no meio rural contra 37,9% no urbano.

### Tipologia do agregado familiar

A maioria dos portadores de deficiência vive em outro tipo de agregado (35,1%). Entretanto, cerca de 1/4 vivem em agregados nucleares, 15,7% em agregados monoparentais alargadas, 11,7% em agregados unipessoais, 10,7% em agregados monoparentais e cerca de 4% em agregados conjugais, ou seja, em agregados constituídos por duas pessoas que vivem maritalmente sem outras pessoas parentes ou não.

Os agregados conjugais que albergam os portadores de deficiência são menos relevantes em todos os distritos. Existe uma percentagem significativa que reside em outro tipo de agregado não especificado, com destaque para Água Grande (37,3%) e Região Autónoma do Príncipe (35,1%). A percentagem destas pessoas que vivem em agregados monoparentais alargados é relativamente elevada nos distritos de Água Grande (17,6%), Mé-Zóchi e Região Autónoma do Príncipe (cerca de 16% em ambos os casos).

### Tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos

A maioria dos portadores de deficiência não possui nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde residem (54%). Entretanto, 12% possuem casa de banho de uso exclusivo, 3% casa de banho de uso partilhado e 31% latrina/buraco no quintal.

Os portadores de deficiência que não possuem nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde vivem correspondem a uma percentagem mais elevada no meio rural (67,1% contra 54,3% no meio urbano). Em contrapartida, tanto a percentagem dos que possuem casa de banho de uso exclusivo nos alojamentos como a dos que usam latrina/buraco no quintal é mais alta no meio urbano (cerca de 12% contra 4,1% no meio rural para casa de banho de uso exclusivo e 31,0% no meio urbano contra 25,4% no rural para latrina/buraco no quintal).

Os distritos mais críticos com grande percentagem de portadores de deficiência que vivem em alojamentos sem qualquer tipo de instalação sanitária são: Cantagalo (72,3%), Mé-Zóchi (57,3%) e Lobata (55,7%). Tanto no distrito de Água Grande como

na Região Autónoma do Príncipe, 21% dos portadores de deficiência possuem casas de banho de uso exclusivo.

#### Existência de energia eléctrica nos alojamentos

Cerca de 57% dos portadores de deficiência possuem energia eléctrica nos seus alojamentos a nível nacional, sendo 62,8% no meio urbano e 41% no meio rural.

Essa percentagem é de 70,7% na Região Autónoma de Príncipe, e 69,7% no distrito de Água Grande. Nos restantes distritos as percentagens representam valores inferiores ao nacional, sendo 54,4% em Mé-Zóchi, 49,3% em Lobata e 28,3% em Caué.

#### Principal fonte de água consumida para beber

A maioria dessa população se abastece através da rede pública (incluindo os chafarizes) (83%). Seguem-se as pessoas que bebem a água dos rios/ribeiras (6%) e as que bebem água das nascentes fora do quintal (5%). Cerca de 4% se abastece através de outras fontes (água da chuva, camião cisterna, água mineral, água perfurada e outras).

Os abastecimentos de água para beber através dos rios e nascentes (fora da propriedade) são mais característicos do meio rural (14,8% e 11,6% respectivamente contra 2,2% e 2,6% no meio urbano). Nesse meio de residência, a rede pública continua sendo a principal fonte de água consumida para beber dos portadores de deficiência (70,9%) muito embora, o seu peso relativo seja superior no meio urbano (87,3%).

Mais de metade dos portadores de deficiência utiliza a rede pública como principal fonte de abastecimento de água consumida para beber em todos os distritos, com valores elevados nos distritos de Caué (88,8%), Cantagalo (85,3%) e Água Grande (84,4%). É na Região Autónoma de Príncipe onde se verifica a menor percentagem que utiliza essa fonte como principal forma de abastecimento de água consumida para beber verifica-se (69,6%). A maior percentagem dessa população que se abastece através das nascentes e dos rios/ribeiras se verifica no distrito de Mé-Zóchi (15,7% nascente fora do quintal; 2,5% nascente no quintal e 11,7% para rio/ribeira).

### Existência de rádio e televisão nos alojamentos

Um pouco mais de metade de pessoas portadoras de deficiência vivem em alojamentos que possuem rádio e TV (cerca de 50%), com percentagens mais elevadas no meio urbano tanto para rádio (cerca de 53% contra 44% no meio rural) como para a TV (55,8% no meio urbano contra 37,2% no meio rural).

Acima da média nacional encontram-se a Região Autónoma do Príncipe (com 60,8% dos portadores de deficiência com rádio e 72,4% com televisão) e o distrito de Água Grande (58,7% e 62,9% respectivamente). No distrito de Caué 52,4% dessa população possui rádio e 27,3% possui televisão (valor mais baixo de todos os distritos). Abaixo da média nacional estão os restantes distritos destacando-se Mé-Zóchi (46,2% para rádio e 44,5% para televisão) e Lobata (46,2% para rádio e 44,5% para TV).

### Acesso ao computador

O acesso ao computador é privilégio de quase 5% dos portadores de deficiência. No meio rural esse privilégio é praticamente inexistente (1,7%). No meio urbano, embora a aquisição desse bem seja superior (6,2%), a maioria encontra-se excluída dessa nova tecnologia de informação e comunicação.

Apesar das percentagens serem baixas, valores mais altos se verificam na Região Autónoma do Príncipe (9,4%) e Água Grande (8,9%). Nos restantes distritos os valores são muito abaixo do nacional atingindo menos de 1% em Cantagalo.

## **População portadora de deficiência que vive sozinha**

### Volume e repartição espacial

O número de efectivo da população portadora de deficiência que vive sozinha é de 736 indivíduos, correspondente a 11,7% da população total portadora de deficiência existente no país.

A maioria dessa população vive no meio urbano, representando 63,7% contra 36,3% no meio rural. Cerca de 35% reside no distrito de Água Grande. Seguem-se por ordem de importância os que residem nos distritos de Mé-Zóchi (23,8%), Cantagalo e Lobata (cada um dos distritos alberga cerca de 14% da população em estudo). Nos restantes distritos as percentagens são relativamente baixas e aproximam-se de quase 3% no distrito de Caué e na Região Autónoma de Príncipe.

### Sexo e grupos etários

Entre essa população, a sua distribuição por sexo (54% homens e 46% mulheres), mostra uma tendência contrária á da repartição da população total portadora de deficiência residente no país.

Em termos de faixa etária, cerca de 1% destas pessoas possui entre 10-19 anos, situação que, embora estatisticamente pouco significativa, não deixa de ser preocupante, por ser atípica. Com efeito, trata-se à partida, de casos de crianças portadoras de deficiência em situação particularmente difícil vivendo sozinhas. A partir dessa idade as percentagens tendem a aumentar à medida que aumenta idade, atingindo 25% no grupo de 70-79 anos. Para as pessoas de 80 anos ou mais a percentagem é de 24,3%, com calores mais elevados entre as mulheres, o que pode ser devido à sobre mortalidade masculina (35,5% contra 14,8% entre os homens).

### Características económicas

A população activa de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha corresponde a 33,9%, sendo 24,6% população empregada e 9,3% população desempregada. A população inactiva, representa 66,1%.

A percentagem desta população activa residente no meio urbano é de 33,7%,( 23,7% encontra-se a trabalhar e 10% desempregada). No meio rural ela representa 34,1%, sendo 26,2% empregada e 7,9% desempregada. Entre os desempregados, 10,3% possuem 15-39 anos, 19,1% entre 40-59 anos e quase  $\frac{3}{4}$  60 anos ou mais (70,1%). A maioria dos inactivos tem 60 anos ou mais (75,3%), o que mostra uma situação normal pela idade.

A população empregada portadora de deficiência que vive sozinha é de 181 indivíduos, sendo mais de  $\frac{3}{4}$  do sexo masculino (78% contra 22% do sexo feminino). Cerca de 41% destas pessoas possuem entre 40-59 anos, os jovens de 15-39 anos correspondem a 26,5%, e, os idosos de 60 anos ou mais a quase  $\frac{1}{3}$  (32,6%). A maioria exerce actividades relacionadas com agricultura, pesca e floresta (40%). Quase 20% são vendedores ou trabalham na área dos serviços e 19% exercem actividades não qualificadas. Uma percentagem significativa trabalha por conta própria (48%), cerca de 43% trabalha por conta de outrem e 9% trabalha em outras actividades.

### Tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos

A maioria dos portadores de deficiência que vive sozinho não possui nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde residem (74%). Quase 8% possuem casa de banho (6% de uso exclusivo e 2% de uso partilhado), e cerca de 18% latrina/buraco no quintal nos alojamentos onde residem.

Os distritos mais críticos com elevadas percentagens de portadores de deficiência que vivem sozinhos e que residem em alojamentos sem qualquer tipo de instalação sanitária são: Cantagalo (84,9%), Lembá (84,8%), Mé-Zóchi (81,1%), e Lobata (80,6%). No distrito de Água Grande, 16% possuem casa de banho e 22,4% latrina/buraco no quintal. Na Região Autónoma de Príncipe 34,8% dessa população possui latrina nos alojamentos onde residem e 65,2% não possui nenhum tipo de instalação sanitária.

### Existência de energia eléctrica nos alojamentos

Quase 1/3 dos portadores de deficiência que vivem sozinhos possuem energia eléctrica nos seus alojamentos (31,6%), com diferenças importantes entre os dois meios de residência (39,1% no meio urbano contra 19% no meio rural).

No distrito de Água Grande 48,4% destas pessoas possuem energia eléctrica nos alojamentos onde vivem (valor acima da media nacional). Nos restantes distritos os valores são baixos e variam entre 26,1% na Região Autónoma de Príncipe e 10,5% no distrito de Caué.

### Principal fonte de água consumida para beber

A maioria da população portadora de deficiência que vive sozinho se abastece através da rede pública (81%). Cerca de 8% bebe água das nascentes, 6% água dos rios/ribeiras e quase 5% se abastece através de outras fontes.

Os abastecimentos de água para beber através dos rios e das nascentes são mais característicos do meio rural (10,7% e 16,1% respectivamente contra 6% e 8% no meio urbano). A rede pública continua sendo a principal fonte de água consumida para beber nos dois meios de residência com percentagem mais baixa no meio rural (73,2% contra 86% no meio urbano).

Com exceção da Região Autónoma de Príncipe, mais de metade dos portadores de deficiência que vivem sozinhos utiliza a rede pública como principal fonte de abastecimento de água consumida para beber em todos os distritos. As percentagens são elevadas nos distritos de Lembá (95,7%), Lobata (92,9%) e Cantagalo (85%).

A maior percentagem dessa população que se abastece através das nascentes e dos rios/ribeiras se verifica no distrito de Mé-Zóchi (17,1% para abastecimento através de nascente e 10,6% para rio/ribeira).

#### Existência de rádio e televisão nos alojamentos

Existem diferenças importantes entre a posse de rádio e TV entre as pessoas portadoras de deficiência e que vivem sozinhas, ou seja, 28,7% possuem rádio nos alojamentos onde residem e 17,2% possuem TV.

Percentagens acima da média nacional encontram-se no distrito de Água Grande (38,8% para rádio e 26,8% para TV), e na Região Autónoma do Príncipe (com 30,4% e 21,7% respectivamente para os dois bens).

Abaixo da média estão os restantes distritos. Para a posse de rádio, as percentagens variam entre 26,5% em Mé-Zóchi e 13% em Lembá, e, para TV variam entre 14,3% em Lobata para 4,3% em Lembá.

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no relatório mundial da deficiência de 2011, considera o conceito de deficiência complexo, dinâmico e multidimensional. Durante os últimos anos este conceito passou por várias alterações e, o que antes tinha uma perspectiva individual e médica, passou a ter uma abordagem social.

Esta mudança de um modelo conceptual prioritariamente médico, para um modelo conceptual social, no qual as pessoas passam a ser vistas como portadores de deficiência não só pelas alterações corporais que possuem mais também pela condição da sociedade em que vivem, foi de extrema importância para mudar a abordagem política sobre esta questão <sup>1</sup>. Grande parte da população apresenta alguma limitação, no entanto existem alguns casos em que estas limitações as impedem de participar nas atividades da vida social e aí nos deparamos com as deficiências<sup>2</sup>.

Para garantir à igualdade de oportunidade a todos, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) deve ter um conhecimento amplo dos diferentes grupos humanos que compõe a sua sociedade. Para o efeito, informações estatísticas coerentes, relevantes e oportunas sobre população portadora de deficiência, permitem que os níveis de tomada de decisão possam construir uma ordem adequada de prioridades em relação ao planeamento e implementação de atividades destinadas a melhorar as condições de vida das mesmas.

Neste contexto, o Instituto Nacional de Estatística (INE), na sua política de recolha de dados, introduziu no âmbito da realização do Recenseamento Geral de População e Habitação de 2012 (RGPH-2012), questões que permitem analisar as características demográficas e económicas da população portadora de deficiência, satisfazendo a necessidade há muito verificada, de se aprofundar os conhecimentos sobre esta problemática.

O RGPH-2012, constitui uma fonte de informação interessante pelo facto de, dado à sua cobertura geográfica exaustiva, permitir caracterizar essa população a um nível geográfico mais detalhado que as outras fontes (nível da menor divisão administrativa do país).

---

<sup>1</sup> Furtado, Adriana. Informações sobre as pessoas com deficiência em Porto Alegre, por tipo de deficiência e por região de Orçamento participativo. Porto Alegre, 2003

<sup>2</sup> Análise da população com deficiência (resultados provisórios), INE-PT, Censos 2001

Este estudo abrange toda a população portadora de deficiência residente nos agregados familiares e revela-se de grande importância na medida em que:

- ✓ É a primeira vez que se analisa a situação dos portadores de deficiência, através de um recenseamento no qual inclui um módulo sobre a incapacidade;
- ✓ Facultará informações aos diferentes programas e projectos, que visam a defesa dos direitos dos portadores de deficiência e;
- ✓ Apoiará as instituições e organizações defensoras de direitos das pessoas portadoras de deficiência na identificação de problemas bem como na actualização de informações para as acções no âmbito do desenvolvimento das políticas sociais.

Sendo assim, este relatório tem o intuito de analisar os dados recolhidos durante o RGPH-2012, tendo como base conceptual o conceito de incapacidade para visão, audição e mobilidade. Pretende-se alcançar entre outros, os seguintes objectivos específicos: (i) caracterizar a população residente nos agregados familiares segundo estatuto de incapacidade; (ii) analisar as características sociodemográficas da população portadora de deficiência e, (iii) caracterizar o contexto familiar e as condições de vida dessa população.

Para além do sumário executivo e introdução, este estudo está dividido em 7 capítulos. No capítulo primeiro, destinado ao contexto, faz-se uma breve descrição dos diferentes contextos em que estão inseridas as pessoas portadoras de deficiência no país. O segundo refere-se à descrição da metodologia utilizada pelo INE no âmbito da recolha de dados no RGPH-2012, assim como os principais conceitos utilizados na análise.

No terceiro faz-se uma caracterização da população residente segundo estatuto de incapacidade; o quarto analisa a incidência da população portadora de deficiência por sexo, grupos etários, meio de residência e distrito; o quinto faz uma caracterização sociodemográfica desta população segundo características educacionais e económicas, o sexto analisa o contexto familiar e as condições de vida da população em estudo, e, por fim, o sétimo faz uma caracterização sociodemográfica das pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas.

Apesar de as informações estarem disponíveis a nível da menor divisão administrativa do país, no presente trabalho, os resultados serão apresentados a nível nacional, urbano/rural e distrito.

## CAPÍTULO I. CONTEXTO

### 1.1.Contexto internacional

A problemática sobre a população portadora de deficiência é um tema que vem ganhando espaço a nível mundial, sobretudo, após a proclamação da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM em 10 de Dezembro de 1948. Com efeito, de acordo com o artigo 1.º dessa Declaração

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.*

Outro marco importante foi a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 9 de Dezembro de 1975.

Desde o “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência” em 1981, registaram-se alterações significativas nos conceitos de deficiência e reabilitação. O modelo tradicional, numa perspectiva medicinal, desenvolveu-se e passou a incorporar alguns aspectos sociais importantes. As limitações sentidas pelas pessoas portadoras de deficiência, designadamente, na participação escolar, no mercado de trabalho e nas actividades sociais, deixaram de ser vistas como resultado das suas incapacidades, mas devido às barreiras sociais existentes.

O direito das pessoas portadoras de deficiência em usufruir das mesmas oportunidades que todas as outras é plenamente reconhecido na actualidade. Contribuíram para estas mudanças alguns eventos internacionais importantes, destacando-se:

- ✓ O Programa de Acção sobre as Pessoas com Deficiência, de 1982;
- ✓ A Década Internacional das Pessoas com Deficiência, de 1983 a 1992 e;
- ✓ A adopção pela Assembleia Geral das Nações Unidas das Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, em 1993.

As necessidades e os direitos das pessoas portadoras de deficiência têm sido uma prioridade na agenda das Nações Unidas (NU). Após anos de esforços, foram adoptados

em 2006, a Convenção das NU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

A Convenção, de acordo com a ONU, é um instrumento de direitos humanos, com explícita dimensão de desenvolvimento social. Ela reafirma que todas as pessoas com algum tipo de deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais – e esclarece exactamente como as categorias de direitos devem ser aplicadas. Além disso, identifica especificamente áreas onde precisam ser feitas adaptações para permitir às pessoas portadoras de deficiência exercerem efectivamente os seus direitos, bem como áreas onde seus direitos foram violados e onde a protecção dos seus direitos deve ser reforçada.

Outro marco importante é a consagração do Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrado todos os anos a 3 de Dezembro.

É de salientar que, apesar dos avanços registados a nível internacional, reconhece-se ainda a necessidade de reforçar o papel das sociedades no sentido de permitir a participação em pleno desta população.

## **1.2. Contexto nacional**

### **1.2.1. Situação sociocultural**

O processo de exclusão social de pessoas portadoras de deficiência ou com alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem. Ao longo da História da Humanidade as pessoas portadoras de deficiência foram objecto de preconceito e de discriminação.

Um quadro semelhante prevaleceu na RDSTP, que só no início da década de 90 introduziu pela primeira vez na sua agenda de desenvolvimento, a problemática da deficiência, ratificando as normas das NU sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência. Isto teve como objectivo promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, a sua reabilitação e a plena participação das pessoas portadoras de deficiência em igualdade de oportunidade na vida social e económica do país. Contudo, deve-se realçar que a verdadeira integração destas pessoas permanece um objectivo longe de ser alcançado, pois ainda são marcantes os obstáculos que vêm enfrentando, que vai desde a acessibilidade à formação integral. Igualmente é de salientar alguns obstáculos ainda prevalentes a nível de:

- ✓ Marginalização: assiste-se a uma acentuada discriminação, quer pela sociedade, quer em algumas circunstâncias pela própria família, que as rejeita e as priva de certas experiências que fazem parte do desenvolvimento.
- ✓ Acessibilidade: estão patentes barreiras de várias ordens, nomeadamente, urbanísticas, nos edifícios, nos transportes, nas comunicações e informações, entre outras.
- ✓ Saúde e da assistência social: ausência de mecanismos especializados para assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos portadores de deficiência; falta de mecanismos de prevenção de incapacidades e programa de estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor. Por outro lado, a falta de dispositivos de compensação constitui barreiras a sua integração social.
- ✓ Educação: a ausência de educação especial para pessoas com necessidades educativas especiais e faltas de centros especiais de formação profissional. Grande parte das pessoas portadoras de deficiência não tem acesso à educação devido a barreiras físicas e sociais.
- ✓ Trabalho: ausência de oportunidades de emprego contribui para que muitos sejam atirados à situação de dependência do apoio Estatal, das Organizações não-governamentais (ONG's) e pessoas de boa vontade. Por outro lado, quando existe emprego muitas vezes é mal remunerado.
- ✓ Transporte: Os transportes públicos não são adaptados às necessidades especiais. Deve-se realçar que não existem facilidades fiscais e aduaneiras que incentivam a importação de veículos adaptados para deficientes, entre outros.

Face a este cenário, torna-se necessário e urgente a mudança de comportamento relativamente a esta problemática, embora o Governo em parceria com as ONG's que respondem por essa população, têm desenvolvido algumas actividades a favor dos portadores de deficiência. Esta mudança deve ser feita a nível político, institucional e sociocultural, com enfoque numa maior mobilização de recursos financeiros e materiais para a implementação de acções e políticas direccionadas a efectiva integração das mesmas na sociedade santomense.

## 1.2.2. Situação político-legal e institucional

### *Situação político-legal*

Em São Tomé e Príncipe, supostamente as pessoas portadoras de deficiência gozam dos mesmos direitos que o resto da população, consagrados na Constituição da República. No entanto, sabe-se a priori que por causa dos limites inerentes a própria deficiência, por sua vez associadas às barreiras arquitectónicas, educacional e social, torna-se impossível os mesmos usufruírem plenamente de tais direitos.

A nível de educação, a Lei de Base do Sistema Educativo, Lei nº 2/2003 no seu Art. 17.º, define a educação especial como sendo aquela que visa o atendimento e integração socioeducativas dos indivíduos com Necessidades Educativas Específicas (NEE) e integra actividades dirigidas aos educandos, acções dirigidas às famílias, aos educadores e as comunidades.

A Carta Política Educativa de São Tomé e Príncipe (visão 2022) de Maio de 2012, no capítulo IV referente a Políticas e Estratégias de Desenvolvimento da Educação no Horizonte 2022, visa proporcionar a todas as crianças santomenses de 3-5 anos, incluindo aquelas com NEE, o acesso ao ensino pré-escolar gratuito, de boa qualidade; o acesso a um ensino básico aos 6 anos, de boa qualidade, capaz de facilitar a sua continuidade no ensino secundário.

A Estratégia nº 4 pretende desenvolver a educação especial, na perspectiva da escola para todos e da plena garantia da universalidade do ensino e formação através de acções prioritárias tais como:

- ✓ Formar e capacitar professores especializados em NEE; construir/adaptar/apetrechar infra-estruturas adaptadas às crianças com NEE;
- ✓ Conceder apoios directos às crianças com NEE de modo a facilitar a sua aprendizagem e integração social;
- ✓ Dinamizar a política de transporte escolar para crianças com NEE e Elaborar manuais adequados para crianças com NEE.

Apesar da educação ser uma forma de preparar as pessoas para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, infelizmente, as pessoas portadoras de deficiência

apresentam baixos níveis de escolaridade, o que proporciona um processo de exclusão social.

A Lei n.º 7/04, Lei de Enquadramento da Protecção Social - Artigo 6.º, visa a protecção social de cidadania e abrange a população residente que se encontre em situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência e não possa assumir na totalidade a sua própria protecção, nomeadamente: a) crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco; b) idosos em situação de dependência física ou económica e de isolamento; c) pessoas com deficiência, em situação de risco ou de exclusão social;

Em 2012, foi criada a Lei de Base para Pessoas portadores de Deficiência constituindo um passo importante na criação de um instrumento político-legal, para que o Governo possa adoptar medidas complementares de reabilitação dessas pessoas, que passem pela prevenção, processo de reabilitação integral, médico-funcional, psicossocial e profissional, a educação especial, o apoio sociofamiliar, acessibilidade, as ajudas técnicas, entre outras. Porém é de salientar que, esta Lei ainda não foi regulamentada.

### *Situação institucional*

A rede de oferta de serviços de apoio às pessoas portadoras de deficiência distribui-se entre instituições públicas e privadas:

- *Estado*

Com o objectivo de apoiar as actividades das associações representativas dos portadores de deficiência, o Governo, através da DPSS, apoia monetariamente as mesmas no quadro do apoio às ONG's Parceiras da DPSS para o desenvolvimento. Embora os programas não sejam direccionados a pessoas portadoras de deficiência, as mesmas gozam de prioridade no quadro de programas de apoio a integração social tais como:

- ✓ Subsídios mães carenciadas,
- ✓ Micro -crédito, prato quente,
- ✓ Protecção civil (apoio com materiais de construção e reparação e construção de habitação),
- ✓ Materiais de compensação (cadeiras de roda, manetas e bengalas) entre outros apoios.

Por outro lado, importa mencionar que a ADPSS tem desde 2011, orçamentado uma rubrica a favor das pessoas portadoras de deficiência.

- ***Organizações Nacionais, Internacionais***

- ✓ A Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP)
- ✓ Associação dos Deficientes de São Tomé e Príncipe (ADSTEP)

Estas duas associações vêm prestando apoios a vários níveis (monetário, alimentício, vestuário, tratamento médico e medicamentoso, habitação, educação, emprego, sessões de informação e sensibilização), contribuindo assim para a integração social dessas pessoas.

- ✓ Cruz Vermelha
- ✓ Santa Casa de Misericórdia

Na realidade constata-se que na RDSTP, o processo de igualdade de oportunidade e efectiva integração das pessoas portadoras de deficiência caminha por uma nova ordem de pensamentos e acções. A moldura institucional evoluiu muito, os ganhos relativos aos direitos das pessoas portadoras de deficiência são inegáveis, contudo, longe ainda de concretizar respostas imediatas para esta problemática e novos desafios não deixam de surgir. Por outro lado, considera-se importante mencionar que o Governo ainda não ratificou a Convenção das NU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

## CAPÍTULO II. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objectivo apresentar os conceitos e a metodologia utilizada pelo INE no âmbito da recolha de dados sobre população portadora de incapacidade/deficiência no RGPH-2012.

### 2.1. Generalidades

O estudo da incapacidade/deficiência no quadro da Ronda dos Censos de 2010, constitui um dos temas inovadores no relatório sobre os princípios e recomendações das NU. O INE seguiu estas recomendações e o RGPH-2012, inovou em relação aos recenseamentos anteriores. A inovação vai no sentido de levar em consideração 3 domínios essenciais para determinar o estatuto da incapacidade/deficiência da população, garantindo assim a comparabilidade internacional. Tratam-se dos domínios de mobilidade, visão e audição.

O questionário do RGPH -2012, tinha as seguintes perguntas abaixo que privilegiam o estudo das incapacidades como ponto de partida para identificação das deficiências e o grau de comprometimento das condições físicas ou mentais das pessoas. O conceito utilizado inclui diversos níveis de limitação de atividades e permite distinguir os graus de incapacidade de enxergar, ouvir e locomover-se. Esta conceituação é compatível com as recomendações internacionais, especialmente com a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). A existência ou o grau da incapacidade/deficiência é indicado através dos seguintes critérios e conceitos:

#### *Deficiência visual (P14)*

De acordo com a avaliação do grau de incapacidade visual – feita pelo respondente, **levando em conta o uso de óculos ou lentes de contacto**, no caso de utiliza-los. A classificação foi:

1. **Sim, não consegue de modo algum-** para a pessoa que se declarar incapaz de ver.
2. **Sim, grande dificuldade** – para a pessoa que se declarar possuir grande dificuldade permanente de ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto.

3. **Sim, alguma dificuldade** – para a pessoa que se declarar ter alguma dificuldade permanente de ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto.
4. **Não, nenhuma dificuldade** – para a pessoa que declarar não ter nenhuma dificuldade permanente em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto

### **Deficiência auditiva (P15)**

De acordo com a avaliação do grau de incapacidade auditiva – feita pelo respondente, **levando em conta o uso de aparelho auditivo (no caso de utiliza-lo)**. A classificação foi:

1. **Sim, não consegue de modo algum-** para a pessoa que se declarar incapaz de ouvir.
2. **Sim, grande dificuldade** – para a pessoa que se declarar possuir grande dificuldade permanente de ouvir, mesmo com uso de aparelho auditivo.
3. **Sim, alguma dificuldade** – para a pessoa que se declarar ter alguma dificuldade permanente de ouvir mesmo com uso de aparelho auditivo.
4. **Não, nenhuma dificuldade** – para a pessoa que declarar não ter nenhuma dificuldade permanente em ouvir mesmo com uso de aparelho auditivo.

### **Deficiência motora<sup>3</sup> (P16)**

De acordo com a avaliação do grau de incapacidade de caminhar/subir escadas – feita pelo respondente, levando em conta o uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar (no caso de utiliza-los) – a classificação foi:

1. **Sim, não consegue de modo algum-** para a pessoa que se declarar incapaz por deficiência motora de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com uso de prótese ou aparelho auxiliar
2. **Sim, grande dificuldade** – para a pessoa que se declarar ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com uso de prótese ou aparelho auxiliar

---

<sup>3</sup> As crianças que no momento do RGPH-2012, não sabiam andar e não possuíam qualquer dificuldade motora foram incluídas na opção 4

3. **Sim, alguma dificuldade** – para a pessoa que se declarar ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com uso de prótese ou aparelho auxiliar
4. **Não, nenhuma dificuldade** – para a pessoa que se declarar não ter nenhuma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com uso de prótese ou aparelho auxiliar.

### **Deficiência mental/intelectual (P17)**

O retardamento intelectual caracterizado pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com os outros, de cuidar de si mesma, de fazer actividades domésticas de aprender, trabalhar, brincar etc. Esta pergunta foi tratada na abordagem de deficiência e a classificação foi:

1. **Sim** – quando for declarada existência de deficiência mental permanente que dificulta actividade diária
2. **Não** – mesmo se tem autismo, neurose, esquizofrenia e psicose

Importa realçar também que a resposta coube ao entrevistado baseado na sua subjetividade. Ele foi solicitado a levar em conta em sua resposta o efeito do acesso a instrumentos para lidar com a incapacidade/deficiência como óculos, próteses e aparelhos de audição. Foi considerado também que as dificuldades podem resultar de deficiência ou de problemas de saúde e devem permanecer por um período de pelo menos seis meses.

Assim, as informações recolhidas no quadro do RGPH- 2012, permitem ter o número e a distribuição das pessoas portadoras de deficiência ao nível mais desagregado do país, por sexo, grupo etário, tipo de deficiência e características socioeconómicas das mesmas. Importa mencionar que as deficiências múltiplas não foram consideradas na análise.

A análise será feita a nível nacional, urbana / rural e distrito. Para as características de educação foi considerada a população de 3 anos ou mais, e 15 anos ou mais para análise do analfabetismo. Para as características económicas considerou-se população com 15 anos ou mais, ou seja, idade a partir da qual se inicia a vida activa definida pela

lei ou internacionalmente aceite. Estas questões se referem à semana de 22 de Abril a 28 de Abril de 2012.

Não será possível fazer comparação com o RGPH-2001, visto que nesse Recenseamento havia apenas uma única pergunta que estabelecia o número de portadores de deficiência baseado no modelo tradicional que considerava apenas os diagnósticos de deficiência.

## 2.2. Conceitos utilizados na análise<sup>4</sup>

**Deficiência**<sup>5</sup> (impairment) é o termo que diz da existência ou não de uma alteração (biomédica) na estrutura ou função do corpo de uma pessoa (órgãos, membros e seus componentes).

**Incapacidade**<sup>6</sup> (disability) - é o termo genérico ("chapéu") para deficiências, limitações da actividade de vida diária e restrições na participação social. Refere-se à capacidade das pessoas em realizar certas actividades e não a presença ou ausência de deficiência. Uma pessoa pode não ser considerada como tendo uma incapacidade se a utilização de um dispositivo de compensação lhe permite superar a sua deficiência.

Estes conceitos introduzem novo paradigma para trabalhar a deficiência e a incapacidade. Estas últimas não são apenas uma consequência das condições de saúde/doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência e pela disponibilidade de serviços<sup>7</sup>.

**Pessoas portadoras de deficiência** são pessoas que não conseguem de modo algum ou conseguem com muita dificuldade em termos de visão, mobilidade ou audição. Estas pessoas acumulam desvantagens mais acentuadas do que as outras na sua vida diária. Como portadores de deficiência mental foram consideradas todas as pessoas que responderam sim à pergunta respectiva.

<sup>4</sup> Para os conceitos relacionados com Actividade económica e Educação ver temas respectivos

<sup>5</sup> Relatório de Análise sobre incapacidade (versão provisória), Censo 2010, INE-CV

<sup>6</sup> Relatório de Análise sobre incapacidade (versão provisória), Censo 2010, INE-CV

<sup>7</sup> Relatório de Análise de Incapacidade (versão provisória), Censo 2010, INE-CV

**Taxa de analfabetismo:** corresponde à relação entre a população 15 anos ou mais portadora de deficiência e que não sabe ler nem escrever e a população total de 15 anos ou mais portadora de deficiência multiplicado por 100.

**Relação de feminilidade:** corresponde à relação entre mulheres portadoras de deficiência e o total de homens portadores de deficiência multiplicado por 100.

**Taxa de incidência:** corresponde à relação entre pessoas portadoras de deficiência e a população total, multiplicado por 100.

A **tipologia dos agregados** é função da sua composição e do grau de parentesco ou convivência entre os seus membros. No RGPH-2012, considerou-se os seguintes grupos:

- ✓ **Unipessoal** – Trata-se de agregados com uma só pessoa;
- ✓ **Mono parental nuclear** – São agregados em que apenas um dos cônjuges está presente e vivendo unicamente com os seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não.
- ✓ **Mono parental alargado** – Trata-se de agregados em que um só cônjuge está presente por qualquer motivo (morte, separação física/divórcio etc.) e vivendo não só com os seus filhos, mas também com outras pessoas, sejam estas parentes ou não.
- ✓ **Nuclear** – Agregados constituídos por um casal e seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não.
- ✓ **Conjugal** – Agregados constituídas por duas pessoas de sexo oposto, que vivem maritalmente, não tendo nem filhos, nem parentes ou outras pessoas.
- ✓ **Outro** – Trata-se de todos os outros casos possíveis, nomeadamente os casais que vivem não somente com os seus filhos, mas também com outras pessoas, sendo estas parentes ou não.

**Tamanho dos agregados familiares** – É o número dos membros dos mesmos, ou seja o número de pessoas que no momento censitário foram registadas como residentes em cada agregado.

## CAPÍTULO III. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O ESTATUTO DE INCAPACIDADE

Neste capítulo pretende-se fazer uma descrição dos diferentes tipos de incapacidade, assim como os graus de dificuldades enfrentadas pela população total residente nos agregados familiares. Deve-se lembrar, conforme descrito na metodologia, que o entrevistado foi solicitado a levar em conta em sua resposta o efeito do acesso a instrumentos para lidar com o problema como óculos, próteses e aparelhos de audição.

### **3.1. Caracterização da população total segundo grau de dificuldade de visão**

Verifica-se da tabela 3.1.1 que 1,54% da população residente nos agregados familiares tem problemas de visão, entre as quais 0,10% não consegue ver de modo algum e 1,1% tem muita dificuldade em ver. As pessoas que conseguem ver com alguma dificuldade correspondem a 0,4%.

Tanto a percentagem das pessoas que não conseguem ver de modo algum como a das que conseguem com muita dificuldade, é relativamente mais elevada no meio urbano (0,11 para as que não conseguem ver de modo algum e 1,2 para aquelas que conseguem com muita dificuldade contra 0,08% e 0,82% respectivamente para os dois graus de dificuldades no meio rural).

É nos distritos de Mé-Zóchi e Água Grande que se encontram as maiores percentagens de pessoas que não conseguem ver de modo algum (0,12% em Mé-Zóchi e 0,14% em Água Grande). Nos restantes distritos esta percentagem é inferior ao valor nacional. Verifica-se da mesma tabela que as pessoas que conseguem ver com muita dificuldade correspondem a valores mais elevados nos distritos de Água Grande (1,37%) e Cantagalo (1,34%).

**Tabela 3.1.1:** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo grau de dificuldade de visão por meio de residência e distrito (%)

Meio de residência e distrito	Total		Sim, não consegue de modo algum		Sim, grande dificuldade		Sim, alguma dificuldade		Não, nenhuma dificuldade	
	População	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	178739	100	185	0,10	1907	1,07	660	0,37	175987	98,46
Urbano	119781	100	136	0,11	1422	1,19	470	0,39	117753	98,31
Rural	58958	100	49	0,08	485	0,82	190	0,32	58234	98,77
Lobata	19365	100	12	0,06	173	0,89	82	0,42	19098	98,62
Lembá	14652	100	5	0,03	94	0,64	30	0,20	14523	99,12
Mé - Zóchi	44752	100	52	0,12	347	0,78	139	0,31	44214	98,80
Água Grande	69454	100	100	0,14	951	1,37	250	0,36	68153	98,13
Cantagalo	17161	100	13	0,08	230	1,34	125	0,73	16793	97,86
Caué	6031	100	2	0,03	60	0,99	14	0,23	5955	98,74
Príncipe	7324	100	1	0,01	52	0,71	20	0,27	7251	99,00

### 3.2. Caracterização da população total segundo grau de dificuldade de audição

Relativamente ao grau de dificuldade de audição, a tabela abaixo mostra que 0,82% da população total residente nos agregados familiares tem problema de audição, das quais 0,07% não conseguem ouvir de modo algum, 0,39% conseguem com muita dificuldade e 0,36% conseguem com pouca dificuldade.

A percentagem das pessoas que não conseguem ouvir de modo algum é relativamente mais elevada no meio rural apesar das diferenças serem insignificativas (0,08% contra 0,06% no meio urbano). Para as pessoas que conseguem ouvir com muita dificuldade a situação se inverte, sendo 0,42% no meio urbano e 0,32% no rural.

Relativamente ao distrito, a mesma tabela indica que a percentagem das pessoas que não conseguem ouvir de modo algum é mais alta em Caué (0,12%). Seguem-se, por ordem de importância os residentes nos distritos de Mé-Zóchi e Cantagalo com valores acima da média nacional (0,09% para ambos os distritos). A percentagem das pessoas que conseguem ouvir com muita dificuldade é mais alta nos distritos de Cantagalo e Água Grande, ambos com valores acima do nacional (0,44%).

**Tabela 3.2.1:** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo grau de dificuldade de audição por meio de residência e distrito (%)

Meio de residência e distrito	Total		Sim, não consegue de modo algum		Sim, grande dificuldade		Sim, alguma dificuldade		Não, nenhuma dificuldade	
	População	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	178739	100	122	0,07	697	0,39	647	0,36	177273	99,18
Urbano	119781	100	72	0,06	508	0,42	466	0,39	118735	99,13
Rural	58958	100	50	0,08	189	0,32	181	0,31	58538	99,29
Lobata	19365	100	12	0,06	74	0,38	68	0,35	19211	99,20
Lembá	14652	100	7	0,05	45	0,31	41	0,28	14559	99,37
Mé- Zóchi	44752	100	39	0,09	153	0,34	160	0,36	44400	99,21
Água Grande	69454	100	41	0,06	308	0,44	239	0,34	68866	99,15
Cantagalo	17161	100	15	0,09	76	0,44	112	0,65	16958	98,82
Caué	6031	100	7	0,12	14	0,23	8	0,13	6002	99,52
Príncipe	7324	100	1	0,01	27	0,37	19	0,26	7277	99,36

### 3.3. Caracterização da população total segundo grau de dificuldade de mobilidade

Em 2012, os problemas relacionados com a mobilidade afectaram 1,37% das pessoas residentes nos agregados familiares, sendo que 0,17% não conseguem andar de modo algum, 0,85 conseguem andar com muita dificuldade e ainda existem 0,35% que conseguem andar com pouca dificuldade (tabela 3.3.1).

No que se refere ao meio de residência, observa-se que existem algumas diferenças nos dois meios. No meio urbano, 0,14% da população não consegue andar de modo algum e 0,89% consegue com muita dificuldade. No meio rural estas percentagens atingem 0,25% e 0,76% respectivamente. As pessoas que conseguem andar com pouca dificuldade representam uma percentagem mais alta no meio urbano (0,38% contra 0,28% no rural).

A percentagem das pessoas que não conseguem andar de modo nenhum é mais alta nos distritos de Mé-Zóchi (0,26%) e Lembá (0,20%). Em Cantagalo ela é idêntica ao valor nacional (0,17%). O valor mais baixo se verifica na Região Autónoma do Príncipe

(0,08%). As pessoas que conseguem andar com muita dificuldade correspondem a 1,49% em Cantagalo, valor quase dobro do nacional.

**Tabela 3.3.1:** Repartição da população residente nos agregados familiares segundo grau de dificuldade de mobilidade por meio de residência e distrito (%)

Meio de residência e distrito	Total		Sim, não consegue de modo algum		Sim, grande dificuldade		Sim, alguma dificuldade		Não, nenhuma dificuldade	
	População	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	178739	100	312	0,17	1516	0,85	625	0,35	176286	98,63
Urbano	119781	100	162	0,14	1065	0,89	457	0,38	118097	98,59
Rural	58958	100	150	0,25	451	0,76	168	0,28	58189	98,70
Lobata	19365	100	31	0,16	146	0,75	73	0,38	19115	98,71
Lembá	14652	100	30	0,20	99	0,68	33	0,23	14490	98,89
Mé- Zóchi	44752	100	115	0,26	331	0,74	127	0,28	44179	98,72
Água Grande	69454	100	94	0,14	603	0,87	255	0,37	68502	98,63
Cantagalo	17161	100	30	0,17	256	1,49	101	0,59	16774	97,74
Caué	6031	100	6	0,10	46	0,76	18	0,30	5961	98,84
Príncipe	7324	100	6	0,08	35	0,48	18	0,25	7265	99,19

## CAPÍTULO IV. INCIDÊNCIA DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Este capítulo tem como objectivo principal analisar a incidência da população portadora de deficiência no país, por meio de residência, distrito e tipo de deficiência. Ele reveste-se de grande importância na medida em que fornece informações muito úteis e que poderão servir para apoiar o Governo na elaboração de políticas públicas que permitam uma melhor integração social desta camada de população.

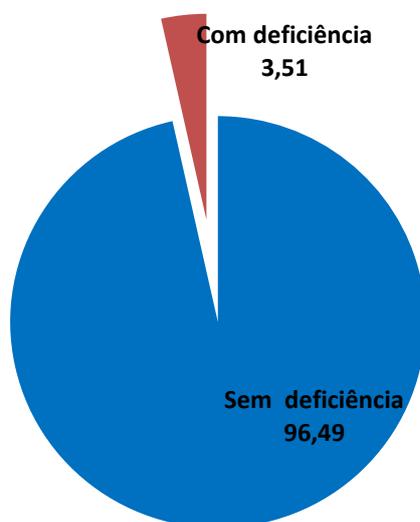
Importa lembrar que para este trabalho foram consideradas pessoas portadoras de deficiência aquelas que não conseguem de modo algum ou conseguem com muita dificuldade em termos de visão, mobilidade ou audição

### 4.1. Taxa de incidência

#### 4.1.1. Situação a nível nacional e meio de residência

O número de pessoas portadoras de deficiência recenseadas em 2012, foi de 6.274 indivíduos, correspondendo a uma taxa de incidência de 3,5% da população total residente nos agregados familiares (gráfico seguinte).

**Gráfico 4.1.1.1:** Repartição da população total residente nos agregados familiares segundo deficiência (%)



Observa-se da tabela abaixo que, entre a população em estudo, 2.878 são homens, equivalente a uma taxa de incidência de 3,2%, e 3.396 são mulheres representando uma taxa de incidência de quase 4% entre as mulheres. A mesma tabela indica que a incidência no meio urbano é um pouco mais alta (3,8%) que no rural (cerca de 3%).

Quanto ao sexo verifica-se que no meio urbano a incidência é mais elevada entre as mulheres (4,1% contra 3,4% entre os homens desse meio de residência). No meio rural não se observam diferenças importantes entre os sexos (cerca 3% tanto para população masculina como para a feminina).

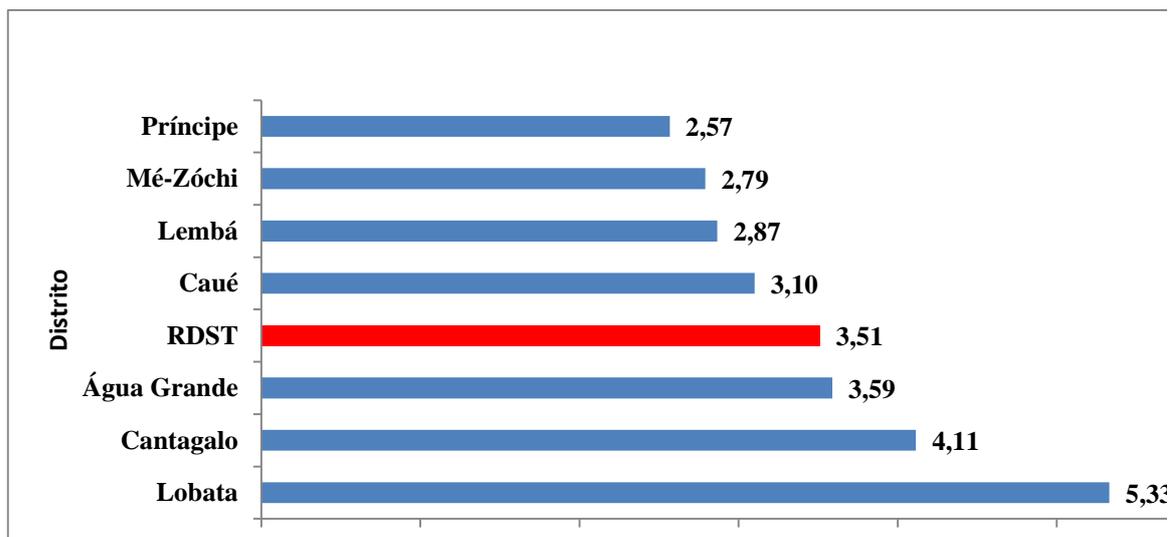
**Tabela 4.1.1.1.** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por meio de residência (%)

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa de incidência	Efectivo	Taxa de incidência	Efectivo	Taxa de incidência
RDST	6274	3,51	2878	3,24	3396	3,78
Urbano	4522	3,78	1995	3,40	2527	4,14
Rural	1752	2,97	883	2,93	869	3,02

#### 4.1.2. Situação por distrito

O gráfico 4.1.2.1 apresenta a taxa de incidência da população portadora de deficiência por distrito. Observa-se do mesmo que nos distritos de Lobata (5,3%), Cantagalo (4,1%) e Água Grande (cerca de 4%) as taxas são relativamente mais elevadas que o valor nacional. Nos restantes distritos são mais baixas que o valor nacional, sendo 3,1% no Caué e quase 3% em Lembá, Mé-Zóchi e Região Autónoma de Príncipe.

**Gráfico 4.1.2.1.** Taxa de incidência da população portadora de deficiência por distrito (%)



As taxas do sexo feminino são mais elevadas que as do sexo masculino em todos os distritos com excepção de Caué (3% contra 3,2% do sexo masculino) e Região Autónoma de Príncipe (cerca de 2,5% contra quase 3% dos homens) (tabela 4.1.2.1).

Destacam-se os distritos de Água Grande com maior diferença entre os sexos (4,1% entre as mulheres contra 3% dos homens) e o de Lobata onde praticamente não existem diferenças entre os sexos (5,4% entre as mulheres e 5,2% entre os homens). Em Cantagalo essa taxa corresponde a 4,3% entre as mulheres e 4% entre os homens.

**Tabela 4.1.2.1.** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por distrito (%)

Distrito	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa de incidência	Efectivo	Taxa de incidência	Efectivo	Taxa de incidência
R.D.STP	6274	3,51	2878	3,24	3396	3,78
Lobata	1032	5,33	515	5,24	517	5,42
Lembá	420	2,87	207	2,74	213	3,01
Mé - Zóchi	1249	2,79	587	2,64	662	2,94
Água Grande	2492	3,59	1021	3,04	1471	4,10
Cantagalo	706	4,11	349	4,00	357	4,25
Caué	187	3,10	100	3,19	87	3,00
Príncipe	188	2,57	99	2,64	89	2,49

### 4.1.3. Situação por grupos etários

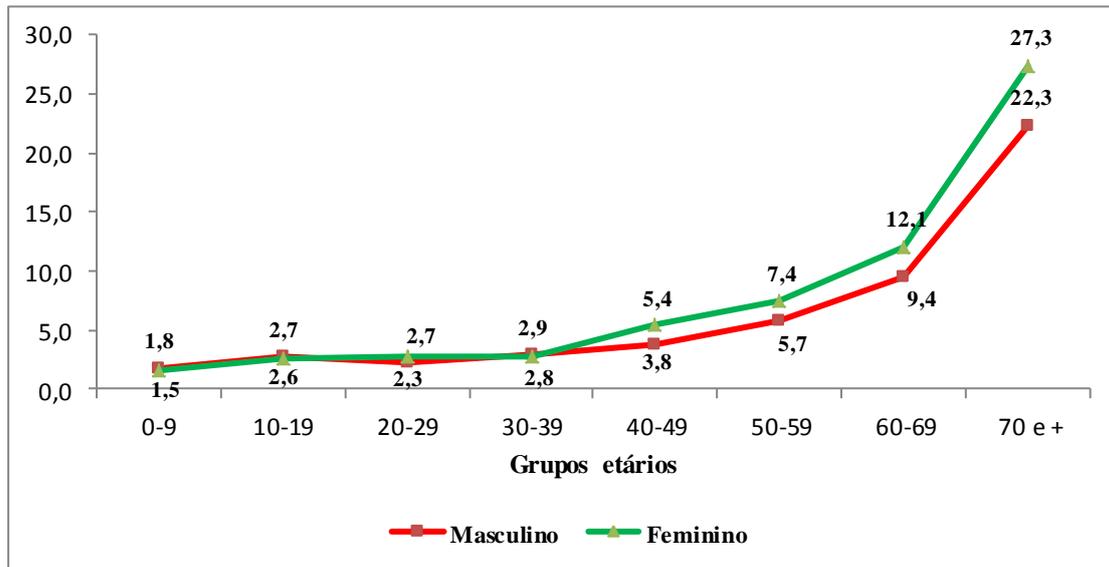
A análise segundo grupos etários permite evidenciar que esta taxa apresenta valores inferiores à média nacional até os 39 anos (menos de 3%), e, a partir desta idade, os valores aumentam com a idade. A taxa aumenta a partir da idade adulta de 20-29 anos a nível de ambos os sexos (2,5%) e atinge 6,6% entre a população portadora de deficiência de 50-59 anos. Ela corresponde a cerca de 11% entre os idosos portadores de deficiência de 60-69 anos e 25,1% entre aqueles de 70 anos ou mais (tabela 4.1.3.1).

A nível dos sexos, a tendência acima descrita é verificada claramente também no gráfico 4.1.3.1, tanto entre os homens como entre as mulheres portadores de deficiência. Porém, as mulheres são as mais afectadas, sobretudo a partir dos 40 anos, em que aumenta de 5,4% entre as mulheres portadoras de deficiência de 40-49 anos, para 27,3% entre aquelas de 70 anos ou mais.

**Tabela 4.1.3.1** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por grupos etários (%)

Grupos etários	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
Total	6274	3,51	2878	3,24	3396	3,78
0-9	885	1,66	483	1,81	402	1,52
10-19	1063	2,67	552	2,75	511	2,58
20-29	762	2,47	347	2,26	415	2,69
30-39	636	2,86	320	2,89	316	2,83
40-49	653	4,60	268	3,82	385	5,37
50-59	606	6,60	252	5,71	354	7,43
60-69	494	10,77	213	9,44	281	12,06
70 e +	1175	25,19	443	22,33	732	27,30

**Gráfico 4.1.3.1.** Taxa de incidência da população portadora de deficiência por grupos etários (%)



## 4.2. Taxa de incidência por tipo de deficiência<sup>8</sup>

### 4.2.1. Deficiência visual, auditiva e motora

#### *Situação a nível nacional e meio de residência*

Desagregando por tipo de deficiência, pode-se verificar que a taxa de incidência da deficiência visual é a mais elevada representando cerca de 1,2% do total da população, com valor um pouco mais alto entre as mulheres, apesar das diferenças entre os sexos não serem elevadas (1,4% contra menos de 1% entre os homens) (tabela 4.2.1.1).

Os indivíduos portadores de deficiência auditiva registaram uma taxa relativamente baixa (cerca de 0,5%), com valores muito semelhantes entre os sexos (0,49 de homens e 0,42% de mulheres).

A deficiência motora registou valores mais diferenciados entre os dois sexos, pois, enquanto nos homens essa percentagem foi de 0,9%, nas mulheres elevou-se a 1,2%. No conjunto da população a taxa de incidência de indivíduos com este tipo de deficiência cifrou-se em 1%.

<sup>8</sup> Na tabela 4.2.1.1, o total dos diferentes tipos de deficiência não coincide com o total da população portadora de deficiência considerada neste estudo, por causa das deficiências múltiplas que não foram consideradas na análise.

**Tabela 4.2.1.1:** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por tipo de deficiência e meio de residência (%)

Tipo de deficiência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
Visual	2092	1,17	847	0,95	1245	1,39
Auditiva	819	0,46	375	0,42	444	0,49
Motora	1828	1,02	776	0,87	1052	1,17
<i>Mental</i>	<i>2608</i>	<i>1,46</i>	<i>1327</i>	<i>1,49</i>	<i>1281</i>	<i>1,43</i>
<b>Urbano</b>						
Visual	1558	1,30	598	1,02	960	1,57
Auditiva	580	0,48	263	0,45	317	0,52
Motora	1227	1,02	471	0,80	756	1,24
<i>Mental</i>	<i>1928</i>	<i>1,61</i>	<i>973</i>	<i>1,66</i>	<i>955</i>	<i>1,56</i>
<b>Rural</b>						
Visual	534	0,91	249	0,83	285	0,99
Auditiva	239	0,41	112	0,37	127	0,44
Motora	601	1,02	305	1,01	296	1,03
<i>Mental</i>	<i>680</i>	<i>1,15</i>	<i>354</i>	<i>1,17</i>	<i>326</i>	<i>1,13</i>

Relativamente ao meio de residência, a mesma tabela indica que a taxa de incidência da deficiência visual, é mais alta no meio urbano (1,3 % contra 0,9 no meio rural), com valores mais elevados entre as mulheres (1,6% contra 1% de homens). No meio rural as diferenças são pouco significativas (cerca de 1% para ambos os sexos).

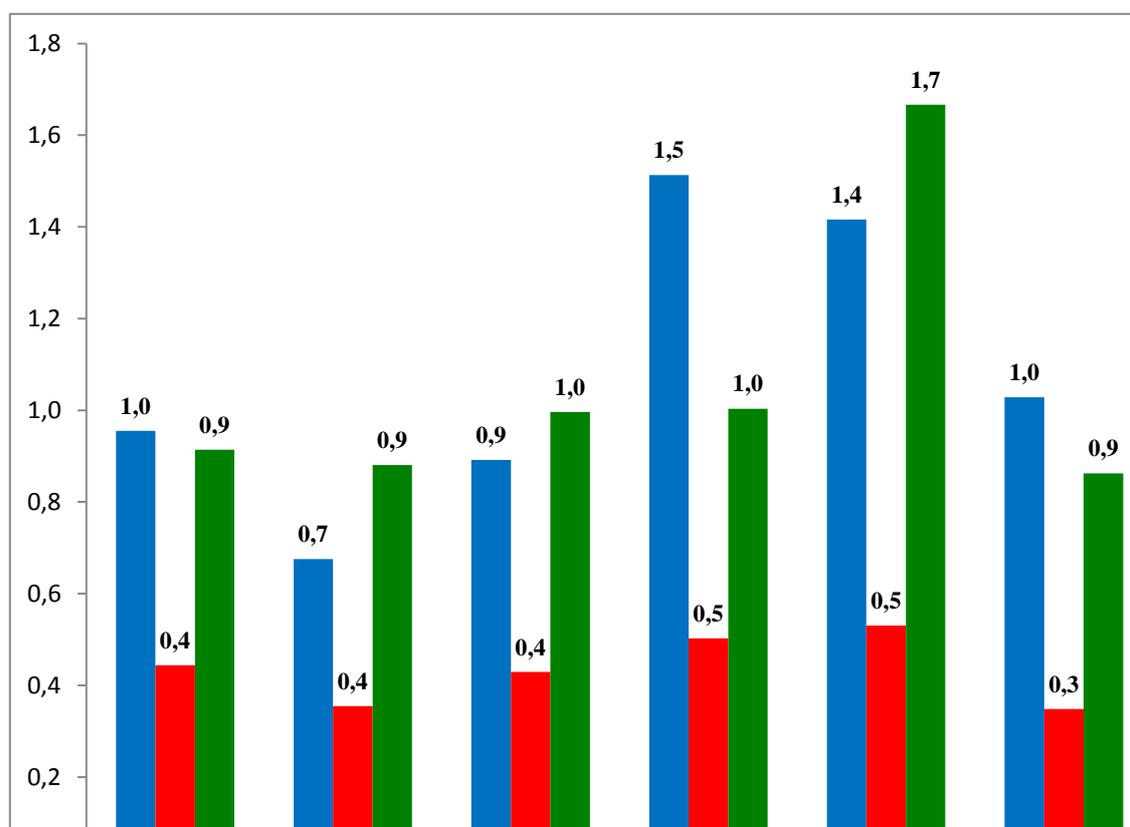
Quanto à deficiência auditiva, a taxa é também mais alta no meio urbano, com valor um pouco acima do nacional (0,5% contra 0,4% no meio rural). As diferenças entre os sexos são acentuadas com valores mais altos para as mulheres nos dois meios de residência.

No meio urbano a incidência da deficiência motora é igual ao meio rural e ao valor nacional (1%). Verifica-se também que as taxas são mais elevadas entre as mulheres no meio urbano (1,2% contra 0,8% de homens), e, no meio rural os valores são idênticas (cerca de 1% para ambos os sexos).

### Situação por distrito

O gráfico 4.2.1.1 apresenta a taxa de incidência da população portadora de deficiência segundo distrito, por tipo de deficiência. Observa-se do mesmo que a taxa de deficiência visual registou valor mais elevada que a média nacional nos distritos de Água Grande (1,5%) e Cantagalo (1,4%). Em Caué ela é de (1%), valor quase igual ao nacional. Nos restantes distritos atingem menos de 1%, com valor mais baixo em Lembá (0,7%).

**Gráfico 4.2.1.1:** Taxa de incidência da população portadora de deficiência segundo distrito, por tipo de deficiência (%)



Os indivíduos portadores de deficiência auditiva correspondem a uma incidência igual ao valor nacional nos distritos de Cantagalo e Água Grande (0,5%). Nos restantes distritos as incidências são mais baixas que o valor nacional.

A deficiência motora apresenta taxa mais elevada em Cantagalo (1,7%), e valores próximos do país nos distritos de Água Grande, Mé-Zóchi e Lobata. Nos restantes distritos os valores são inferiores ao nacional.

Relativamente ao sexo, a tabela IV.1 do anexo mostra que as incidências são mais elevadas entre as mulheres em todos os distritos qualquer que seja o tipo de deficiência.

#### **4.2.2. Deficiência mental**

##### *Situação a nível nacional e meio de residência*

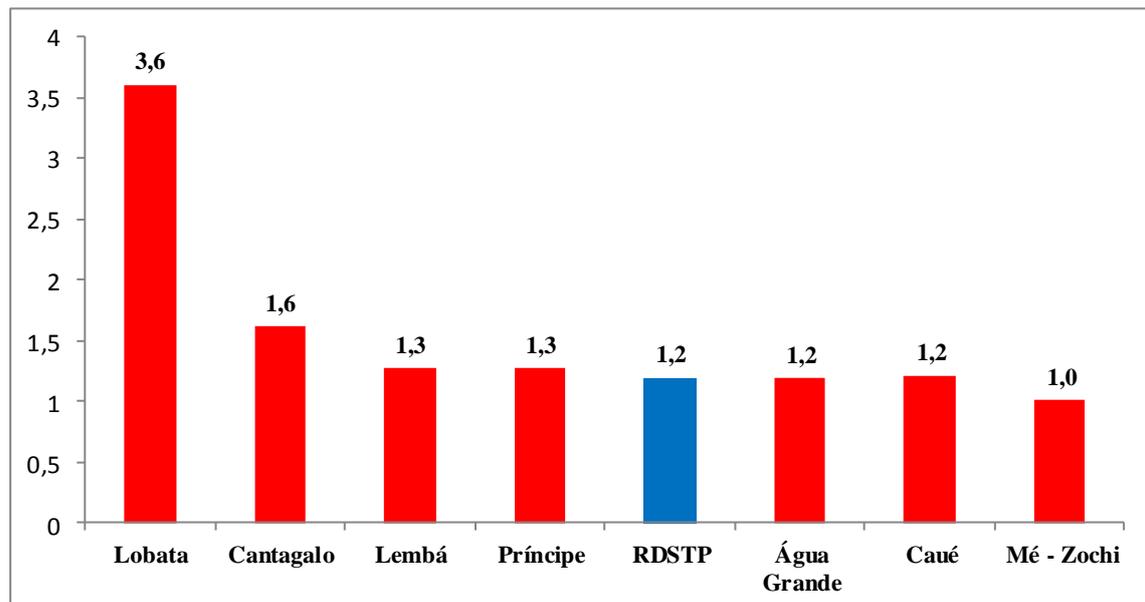
De acordo com a tabela 4.2.1.1 acima apresentada, em 2012, a taxa de incidência da população portadora de deficiência mental situou-se nos 1,5%, sem diferenças entre os sexos (cerca de 1,5% na população masculina e 1,4% na população feminina). Esta taxa é mais elevada no meio urbano que no rural (1,6% contra 1,2% no rural).

Quanto ao sexo, a mesma tabela mostra que a taxa é mais elevada entre os homens, tanto no meio urbano (1,7% contra 1,6% das mulheres), como no rural (1,2% contra 1% de mulheres).

##### *Situação por distrito*

A nível do distrito, o gráfico abaixo mostra que esta taxa é mais alta no distrito de Lobata, com valor correspondente ao triplo do nacional (3,6%). Seguem-se, por ordem de importância os distritos de Cantagalo (1,6%), Lembá e Região Autónoma de Príncipe (1,3% respectivamente). Nos restantes distritos as taxas são mais baixas que o valor nacional e atinge 1% no distrito de Mé-Zóchi.

**Gráfico 4.2.2.1:** Taxa de incidência da população portadora de deficiência mental por distrito (%)



Observa-se da tabela IV.1 do anexo que não existem diferenças entre os sexos nos distritos de Lembá, Mé-Zochi, Água Grande, e Caué. Em Lobata as diferenças são relativamente mais importantes (4% de homens e 3,4% de mulheres).

## CAPÍTULO V. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

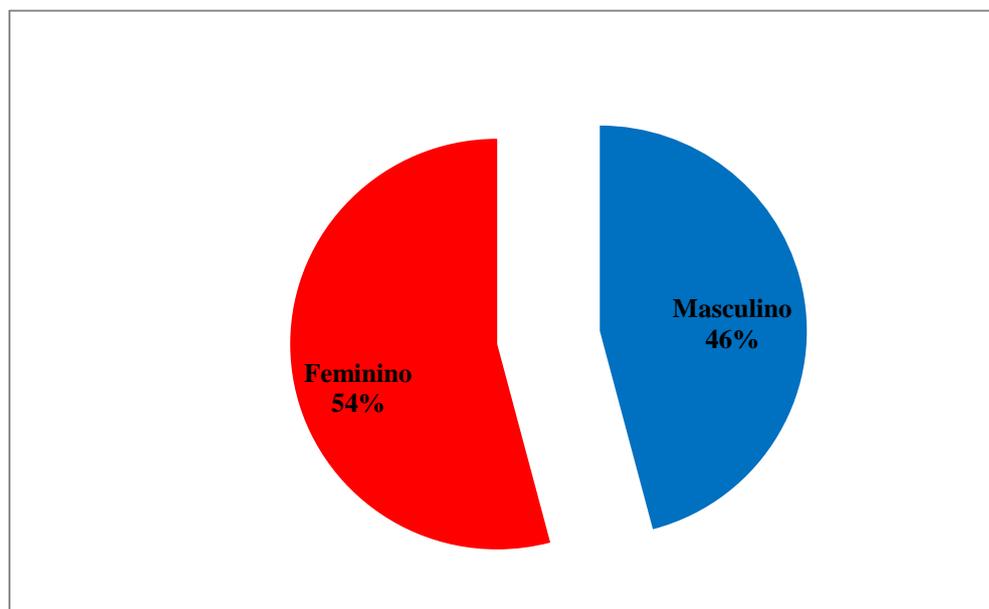
O objectivo deste capítulo é fazer uma caracterização da população portadora de deficiência, segundo a sua repartição espacial, sexo, idade, características educacionais e situação perante a actividade económica.

### 5.1 Volume e repartição espacial

#### 5.1.1 Situação a nível nacional e meio de residência

Conforme já referido anteriormente, no RGPH-2012, o número dos efectivos da população portadora de deficiência, cifrou-se em 6.274 indivíduos, afectando de forma diferenciada os diferentes sexos, ou seja, 54% são mulheres e cerca de 46% são homens (gráfico 5.1.1.1).

**Gráfico 5.1.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo o sexo (%)



A maioria dessa população vive no meio urbano, representando 72,1% contra 27,9% no meio rural. Esta tendência é idêntica tanto no que concerne à população do sexo masculino como a do sexo feminino, verificando-se, entretanto, algumas variações como se pode constatar na tabela abaixo (tabela 5.1.1.1).

**Tabela 5.1.1.1** Repartição da população portadora de deficiência segundo meio de residência, por sexo (%)

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	6274	100	2878	100	3396	100
Urbano	4522	72,08	1995	69,32	2527	74,41
Rural	1752	27,92	883	30,68	869	25,59

A tabela V.1, do Anexo, apresenta a repartição da população portadora de deficiência segundo sexo por meio de residência. Observa-se que no meio urbano, a população masculina representa 44,1% contra 55,9% para a população feminina. No meio rural, os homens portadores de deficiência atingem 50,4% contra 49,6% de mulheres.

### 5.1.2 Situação a nível dos distritos

A tabela 5.1.2.1 mostra que existe uma tendência de concentração da população portadora de deficiência na capital do país, situada no distrito de Água Grande. Água Grande, sendo distrito com maior número de habitantes (38,9% da população total residente), alberga cerca de 40% da população portadora de deficiência. Seguem-se por ordem de importância os distritos de Mé-Zóchi (com 25% da população residente que alberga 20% dessa população) e Lobata (10,8% da população residente) com 16,5%. No distrito de Cantagalo reside 11,3% da população em estudo. Nos restantes distritos as percentagens são relativamente baixas e atingem cerca de 3% no distrito de Caué e na Região Autónoma de Príncipe. Essa tendência também se verifica a nível dos sexos.

As razões desta repartição podem ser explicadas com a necessidade de melhores condições de vida, de apoio terapêutico e monetário e, mesmo, de uma melhor integração social bem como pelo facto de poderem ter acesso com mais facilidade aos centros de saúde.

**Tabela 5.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo distrito, por sexo (%)

Distrito	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6274	100,00	2878	100,00	3396	100,00
Lobata	1032	16,45	515	17,89	517	15,22
Lembá	420	6,69	207	7,19	213	6,27
Mé - Zóchi	1249	19,91	587	20,40	662	19,49
Água Grande	2492	39,72	1021	35,48	1471	43,32
Cantagalo	706	11,25	349	12,13	357	10,51
Caué	187	2,98	100	3,47	87	2,56
Príncipe	188	3,00	99	3,44	89	2,62

## 5.2. Estrutura por sexo e grupos etários

Relativamente à análise por sexo e grupos etários, observa-se da tabela 5.2.1 que as pessoas portadoras de deficiência com menos de 10 anos representam 14,1% e, as com idade compreendida entre 10-19 anos cerca de 17%. A partir dessa idade os valores tendem a diminuir para quase 10% até os 50-59 anos. Para as pessoas de 60 anos ou mais a percentagem é de 26,6%.

Relativamente ao sexo, observa-se que existe algumas diferenças nos diferentes grupos etários, ou seja:

- ✓ A percentagem atinge valor mais elevada no grupo dos 10-19 anos, sendo 19,1% entre os homens e 15% entre as mulheres portadores de deficiência;
- ✓ Entre a população menor de 10 anos portadora de deficiência ela corresponde a 16,8% entre os e 11,8% entre as mulheres na mesma condição;
- ✓ A partir dos 40 anos os valores são mais altos entre as mulheres portadoras de deficiência.

**Tabela 5.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo grupos etários, por sexo e relação de feminilidade (%)

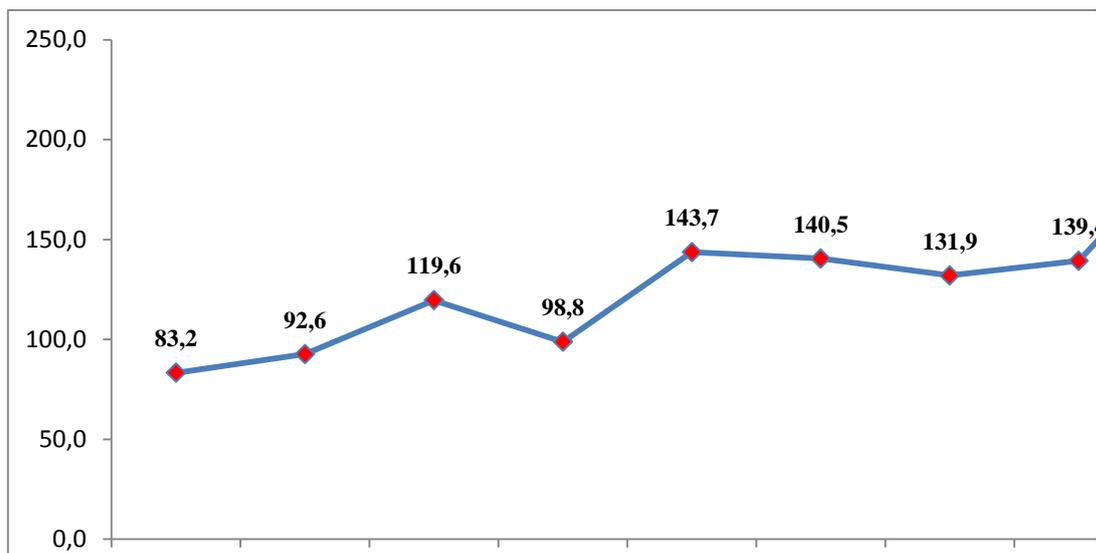
Grupos etários	Total		Masculino		Feminino		Relação de feminilidade
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
Total	6274	100,00	2878	100,00	3396	100,00	118,00
0-9	885	14,11	483	16,78	402	11,84	83,23
10-19	1063	16,94	552	19,18	511	15,05	92,57
20-29	762	12,15	347	12,06	415	12,22	119,60
30-39	636	10,14	320	11,12	316	9,31	98,75
40-49	653	10,41	268	9,31	385	11,34	143,66
50-59	606	9,66	252	8,76	354	10,42	140,48
60-69	494	7,87	213	7,40	281	8,27	131,92
70-79	663	10,57	277	9,62	386	11,37	139,35
80+	512	8,16	166	5,77	346	10,19	208,43

#### *Relação de feminilidade*

A relação de feminilidade é de 118 a nível nacional, significando que esta problemática afecta mais as mulheres do que os homens, ou seja, para cada 100 homens portadores de deficiência existem 118 mulheres na mesma condição (tabela 5.2.1).

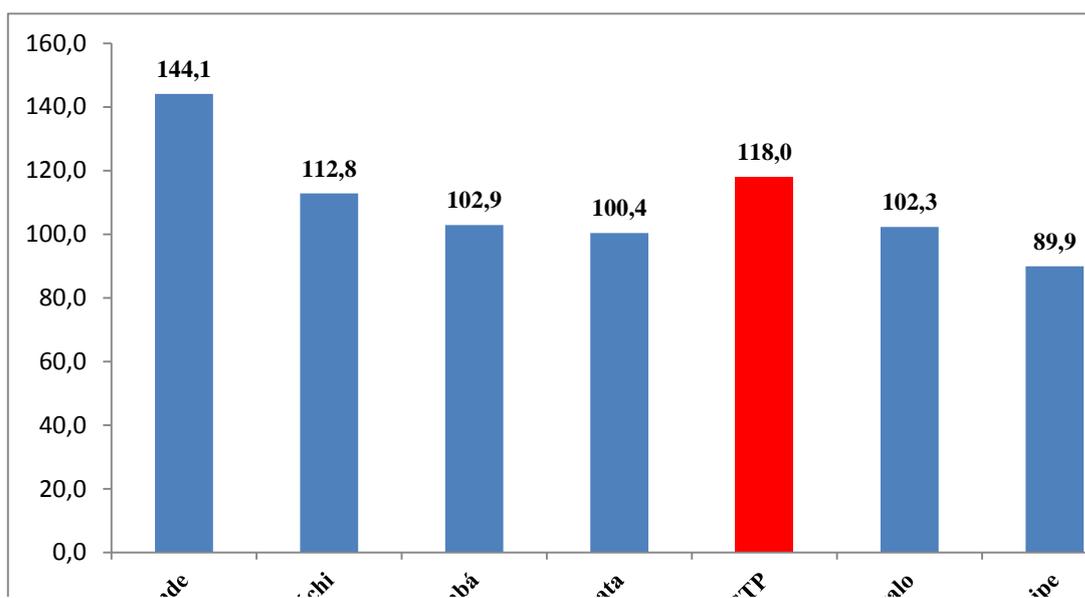
O gráfico 5.2.1 apresenta também a relação de feminilidade da população portadora de deficiência por grupos etários. Observa-se que não existe uma tendência definida a nível dos diferentes grupos etários. A partir dos 40 anos os valores são elevados e superiores a 100, indicando a existência de mais mulheres portadoras de deficiência do que homens na mesma condição. De realçar que essa relação corresponde a 208 mulheres para cada 100 homens para a população portadora de deficiência de 80 anos ou mais.

**Gráfico 5.2.1.** Relação de feminilidade da população portadora de deficiência por grupos etários (%)



No que se refere ao distrito, o gráfico 5.2.2 mostra que na Região Autónoma de Príncipe e no distrito de Caué, a relação de feminilidade é inferior a 100, indicando que para cada 100 homens existem quase 90 mulheres na Região Autónoma do Príncipe e 87 em Caué. Em Cantagalho essa relação corresponde a 102. Nos restantes distritos os valores são superiores à média nacional, e, no distrito de Água Grande, é de 144 mulheres portadoras de deficiência para cada 100 homens na mesma condição.

**Gráfico 5.2.2.** Relação de feminilidade da população portadora de deficiência por distrito (%)



### 5.3. Características educacionais

Neste subcapítulo pretende-se analisar a situação da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência relativamente à frequência escolar e nível de instrução. Para o cálculo da taxa de analfabetismo foi considerada a população de 15 anos ou mais portadora de deficiência.

#### 5.3.1. Frequência escolar

##### *Situação por sexo e grupos etários*

Os dados da tabela 5.3.1.1 revelam que 31,3% da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência nunca frequentou um estabelecimento de ensino. Uma análise comparativa por sexo revela que as mulheres são as mais desfavorecidas, pois essa percentagem representa cerca de 38%, contra 23,4% entre os homens. Observa-se ainda que cerca de 20% dessa população frequenta um estabelecimento de ensino e 48,9% frequentou no passado.

Tanto a percentagem das pessoas portadoras de deficiência que frequentam actualmente um estabelecimento de ensino como daquelas que frequentaram no passado é relativamente mais alta entre os homens, com diferenças importantes em relação às mulheres. A título de exemplo, pode-se mencionar que 55,1% dos homens frequentaram no passado um estabelecimento de ensino, enquanto essa percentagem é de 43,7% entre as mulheres.

**Tabela 5.3.1.1.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo frequência escolar, por sexo (%)

Frequência escolar	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6004	100,0	2734	100,0	3270	100
Frequenta	1187	19,8	588	21,5	599	18,3
Frequentou	2935	48,9	1507	55,1	1428	43,7
Nunca frequentou	1882	31,3	639	23,4	1243	38,0

A tabela 5.3.1.2 abaixo apresenta a população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo por frequência escolar, por grupos etários. A mesma indica que uma percentagem significativa de crianças de 3-4 anos nunca frequentaram jardins-de-infância (77%), cerca de 3% frequentaram no passado e 20,3% frequentam actualmente.

**Tabela 5.3.1.2.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo frequência escolar, por grupos etários (%)

Grupos etários	Total		Frequenta		Frequentou		Nunca frequentou	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6004	100	1187	19,77	2935	48,88	1882	31,35
3-4	148	100	30	20,27	4	2,70	114	77,03
5-9	467	100	324	69,38	23	4,93	120	25,70
10-14	585	100	423	72,31	68	11,62	94	16,07
15-19	478	100	196	41,00	186	38,91	96	20,08
20-34	1096	100	116	10,58	740	67,52	240	21,90
35-49	955	100	39	4,08	722	75,60	194	20,31
50 ou +	2275	100	59	2,59	1192	52,40	1024	45,01

De realçar que a percentagem das pessoas de 3 anos ou mais portadoras de deficiência que frequentam um estabelecimento de ensino é muito alta entre as crianças de 5-9 anos (69,4%) e 10-14 anos (72,3%). Conforme se poderia esperar a frequência escolar diminui à medida que aumenta a idade e atinge cerca de 3% entre as pessoas de 50 anos ou mais.

#### *Situação por distrito*

Relativamente ao distrito, a tabela seguinte mostra que a percentagem das pessoas de 3 anos ou mais portadoras de deficiência que frequentam actualmente um estabelecimento de ensino é mais elevada nos distritos de Lobata (24,7%), Água Grande (21,6%) e Região Autónoma de Príncipe (cerca de 22%). Em contrapartida, as pessoas que nunca frequentaram uma escola correspondem a um pouco mais de 50% no distrito de Caué, e mais de 1/3 nos distritos de Lembá, Cantagalo e Mé-Zóchi, representando respectivamente cerca de 37% nos dois primeiros e 38% em Mé-Zóchi.

**Tabela 5.3.1.3.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo frequência escolar por distrito (%)

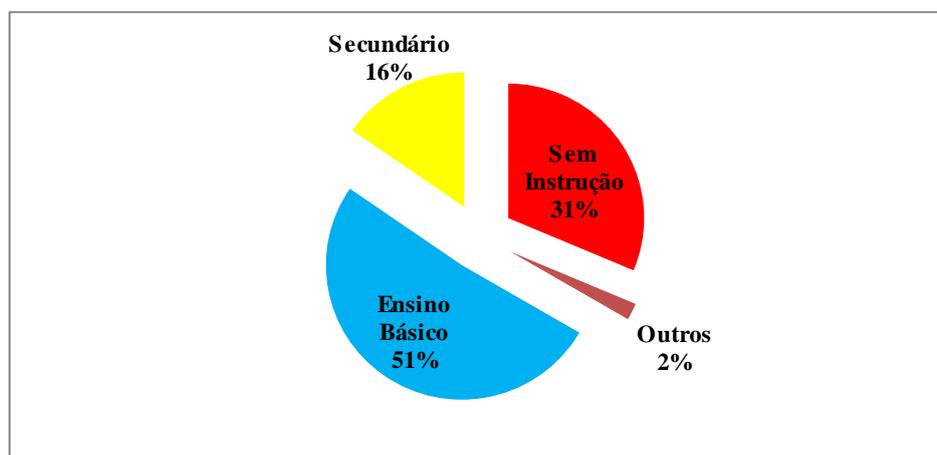
Distrito	Total		Frequenta		Frequentou		Nunca frequentou	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6004	100	1187	19,77	2935	48,88	1882	31,35
Lobata	968	100	239	24,69	445	45,97	284	29,34
Lembá	391	100	72	18,41	173	44,25	146	37,34
Mé - Zóchi	1173	100	204	17,39	527	44,93	442	37,68
Água Grande	2429	100	524	21,57	1297	53,40	608	25,03
Cantagalo	682	100	92	13,49	336	49,27	254	37,24
Caué	176	100	16	9,09	69	39,20	91	51,70
Príncipe	185	100	40	21,62	88	47,57	57	30,81

### 5.3.2. Nível de instrução

#### *Situação por sexo*

De acordo com o gráfico 5.3.2.1, um pouco mais de metade da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência, possui o nível básico (51,2%), 15,4% o nível secundário, e quase 1/3 não possui nenhum nível de instrução (31,2%). As percentagens das pessoas que possuem tanto o nível pré-escolar como superior ou profissional correspondem a valores baixos, e, por isso foram agrupados na categoria de outros.

**Gráfico 5.3.2.1.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência por nível de instrução (%)



No que se refere ao sexo, verifica-se da tabela abaixo que a percentagem das pessoas de 3 anos ou mais portadoras de deficiência e que não possuem instrução atinge 38% entre as mulheres e 23,4% entre os homens. Os valores são mais elevados entre os homens portadores de deficiência qualquer que seja o nível de instrução. No ensino básico atingem 56,4% contra 46,9% entre as mulheres. No nível secundário, os homens representam 17,4% e as mulheres 13,7%.

**Tabela 5.3.2.1.** Repartição da população de três anos ou mais portadora de deficiência segundo nível de instrução, por sexo (%)

Nível de instrução	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6004	100,00	2734	100,00	3270	100,00
Sem Instrução	1882	31,35	639	23,37	1243	38,01
Pré-Escolar	76	1,27	42	1,54	34	1,04
Ensino Básico	3077	51,25	1543	56,44	1534	46,91
Secundário	924	15,39	476	17,41	448	13,70
Profissional/Técnico	10	0,17	8	0,29	2	0,06
Superior	35	0,58	26	0,95	9	0,28

#### *Situação por distrito*

A tabela V.2. do anexo apresenta a repartição da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência segundo nível de instrução por distrito. Observa-se da mesma que no distrito de Caué, mais de  $\frac{3}{4}$  desta população não possui nenhum nível de instrução (cerca de 77%). Essa percentagem também é mais alta que o valor nacional nos distritos de Lembá (37%) e Mé-Zóchi (36,4%). O valor mais baixo se verifica no distrito de Água Grande (24,5%). A percentagem desta população que possui o nível básico, é elevada nos distritos de Lobata (55,1%), Cantagalo (53,8%) e Água Grande (52,6%), valores acima do nacional. As percentagens dos restantes distritos correspondem a valores inferiores ao nacional e atinge 18,2% em Caué.

Quanto ao ensino secundário o valor mais alto se verifica em Água Grande (20,7%), conforme se poderia esperar. Importa mencionar que ela varia entre 18,4% na Região Autónoma de Príncipe cerca de 5% no Caué.

### 5.3.3. Analfabetismo

Nesta parte pretende-se medir o nível de analfabetismo da população adulta de 15 anos ou mais portadora de deficiência. Deve-se lembrar que, no RGPH-2012, foram consideradas analfabetas as pessoas que não sabem ler nem escrever<sup>9</sup>. Conforme descrito na metodologia, a taxa de analfabetismo foi calculada como relação entre população adulta de 15 anos ou mais portadora de deficiência que não sabe ler nem escrever e o total desta população.

#### *Situação a nível nacional e por grupos etários*

A tabela 5.3.3.1 abaixo, apresenta o efectivo dos analfabetos e a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo sexo, por grupos etários. Observa-se da mesma que 1.786 pessoas de 15 anos ou mais portadoras de deficiência, não sabem ler nem escrever, o que representa uma taxa de analfabetismo de 37,2%, incidindo mais sobre as mulheres (37,9% e 26,2% para os homens). Considera-se importante mencionar que esta taxa é mais do que o triplo da taxa de analfabetismo para população total de 15 anos ou mais residente nos agregados familiares (9,9%, sendo 14,5% para as mulheres e 5,1% para os homens)<sup>10</sup>.

**Tabela 5.3.3.1.** Efectivo dos analfabetos e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência, segundo sexo por grupos etários (%)

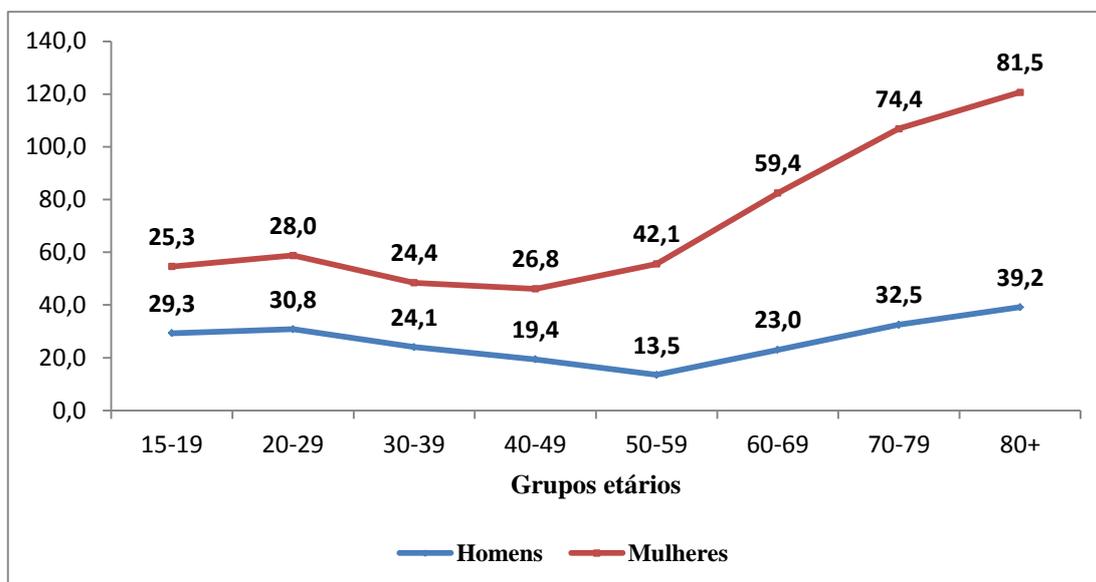
Grupos etários	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
Total	1786	37,18	547	26,15	1239	37,89
15-19	131	27,41	73	29,32	58	25,33
20-29	223	29,27	107	30,84	116	27,95
30-39	154	24,21	77	24,06	77	24,37
40-49	155	23,74	52	19,40	103	26,75
50+	1123	49,36	238	26,21	885	64,74

<sup>9</sup> No RGPH-2012, as pessoas que apenas sabem ler foram consideradas alfabetizadas

<sup>10</sup> Ver tema Educação- RGPH-2012

Ainda dos dados da mesma tabela, constata-se que a taxa de analfabetismo não apresenta uma tendência definida com a idade, com valores relativamente mais altos entre as mulheres qualquer que seja a idade. Assim, da análise por grupos etários, é de se registar que a taxa mais baixa se verifica no grupo de 40-49 anos (23,7%), sendo 19,4% entre os homens e 26,8% entre as mulheres. Na faixa etária de 20-29 anos, o nível de analfabetismo eleva-se para 29,3%, sendo quase 31% para os homens e 28% para as mulheres. Conforme se poderia esperar, no grupo etário de 50 anos ou mais regista-se um maior número de analfabetos e essa taxa corresponde a quase 50%, com uma diferença acentuada em relação ao sexo (26,2% dos homens contra 64,7% de mulheres). O gráfico abaixo ilustra também esta análise.

**Gráfico 5.3.3.1:** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo grupos etários por sexo (%)

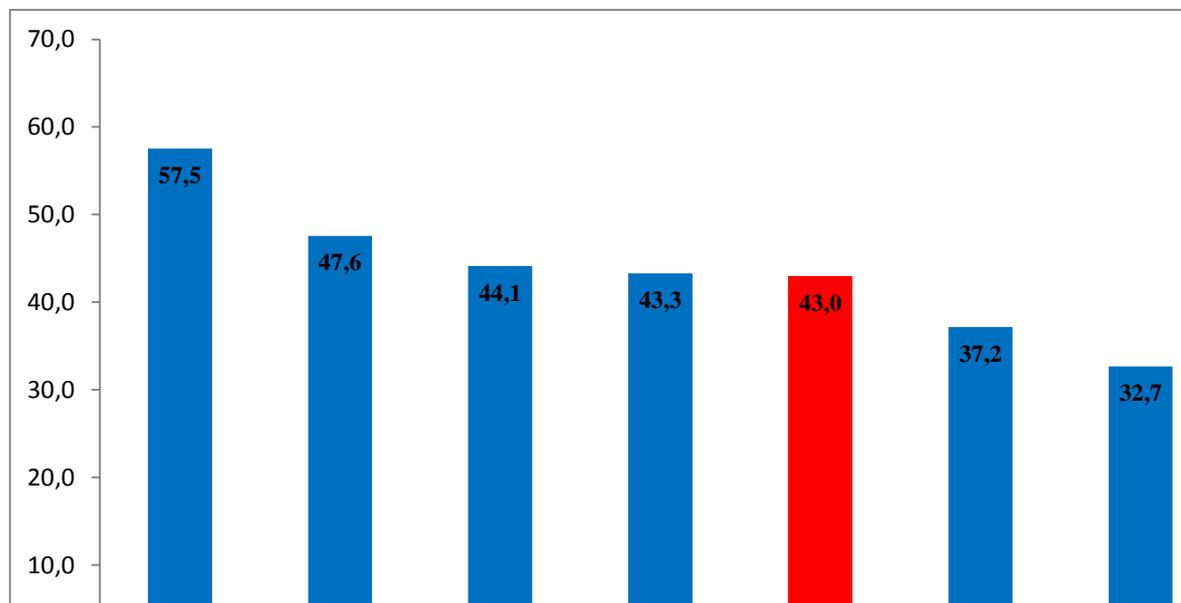


#### *Situação a nível de distrito*

Relativamente aos distritos, verifica-se do gráfico 5.3.3.2 que o distrito de Caué apresenta a taxa mais elevada do país (57,5%). Seguem-se por ordem de importância os distritos de Lembá (47,6%), e Cantagalo (44,1%). A taxa mais baixa é registada no distrito de Água Grande (30,4). De realçar que esta tendência também é idêntica ao nacional calculada para população total de 15 anos ou mais, em que a taxa de Caué também é mais elevada (21,6%) e, seguem-se, os distritos de Lembá (18,1%) e

Cantagalo (13,3%). A taxa mais baixa também é registada no distrito de Água Grande (6,7%)<sup>11</sup>.

**Gráfico 5.3.3.2:** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência por distrito (%)



Quanto à análise desagregada por sexo constata-se da tabela 5.3.3.2, que, em todos os distritos, essa taxa é mais elevada no seio do sexo feminino do que no seio dos homens. Porém, a maior diferença é registada no distrito de Água Grande onde a taxa das mulheres é quase dobro da dos homens (37,3% para as mulheres e cerca de 19,4% para os homens).

<sup>11</sup> Ver tema Educação-RGPH-2012

**Tabela 5.3.3.2.** Efectivo dos analfabetos e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo sexo, por distrito (%)

Distrito	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
Total	1786	37,18	547	26,15	1239	37,89
Lobata	234	32,68	75	22,52	159	41,51
Lembá	146	47,56	57	37,50	89	57,42
Mé-Zóchi	411	43,31	119	28,27	292	55,30
Água Grande	602	30,37	149	19,40	453	37,31
Cantagalo	248	44,13	79	29,81	169	56,90
Caué	84	57,53	41	51,25	43	65,15
Príncipe	61	42,96	27	36,99	34	49,28

#### 5.4- Características económicas

Nesta parte é feita uma caracterização da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a sua condição perante a actividade económica. Pretende-se caracterizar a população empregada por sexo, profissão e situação na profissão. Conforme referido na metodologia, para análise desta parte foi considerado somente a população com idade igual ou superior a 15 anos, isto é, a idade a partir da qual se inicia a vida activa definida pela lei ou internacionalmente aceite. Deve-se lembrar que as questões sobre actividade económica se referem à semana de 22 de Abril a 28 de Abril de 2012, ou seja, semana anterior ao período de recolha.

##### 5.4.1. Condição perante a actividade económica<sup>12</sup>

###### *Situação a nível nacional, sexo e meio de residência*

A nível nacional, a população activa de 15 anos ou mais portadora de deficiência corresponde a 41,1%, sendo 31% população empregada e 10,1% população desempregada. A população inactiva, representa 58,8% (tabela 5.4.1.1).

<sup>12</sup> Não foi feita a análise por distrito porque alguns efectivos (sobretudo desempregados) são muito baixos

Considerando o aspecto género, a leitura da mesma tabela mostra que a percentagem dos activos é muito alta entre os homens (51,3% contra 33,3% entre as mulheres). Os activos ocupados de 15 anos ou mais portadores de deficiência representam 23% entre as mulheres e 41,4% entre os homens.

**Tabela 5.4.1.1** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência, segundo condição perante actividade económica e meio de residência, por sexo (%)

Condição perante actividade económica	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	4804	100,00	2092	100,00	2712	100,00
Empregado	1491	31,04	867	41,44	624	23,01
Desempregado	487	10,14	208	9,94	279	10,29
Inactivo	2826	58,83	1017	48,61	1809	66,70
<b>Urbano</b>						
Total	3488	100,00	1455	100,00	2033	100,00
Empregado	1102	31,59	604	41,51	498	24,50
Desempregado	404	11,58	158	10,86	246	12,10
Inactivo	1982	56,82	693	47,63	1289	63,40
<b>Rural</b>						
Total	1316	100,00	637	100,00	679	100,00
Empregado	389	29,56	263	41,29	126	18,56
Desempregado	83	6,31	50	7,85	33	4,86
Inactivo	844	64,13	324	50,86	520	76,58

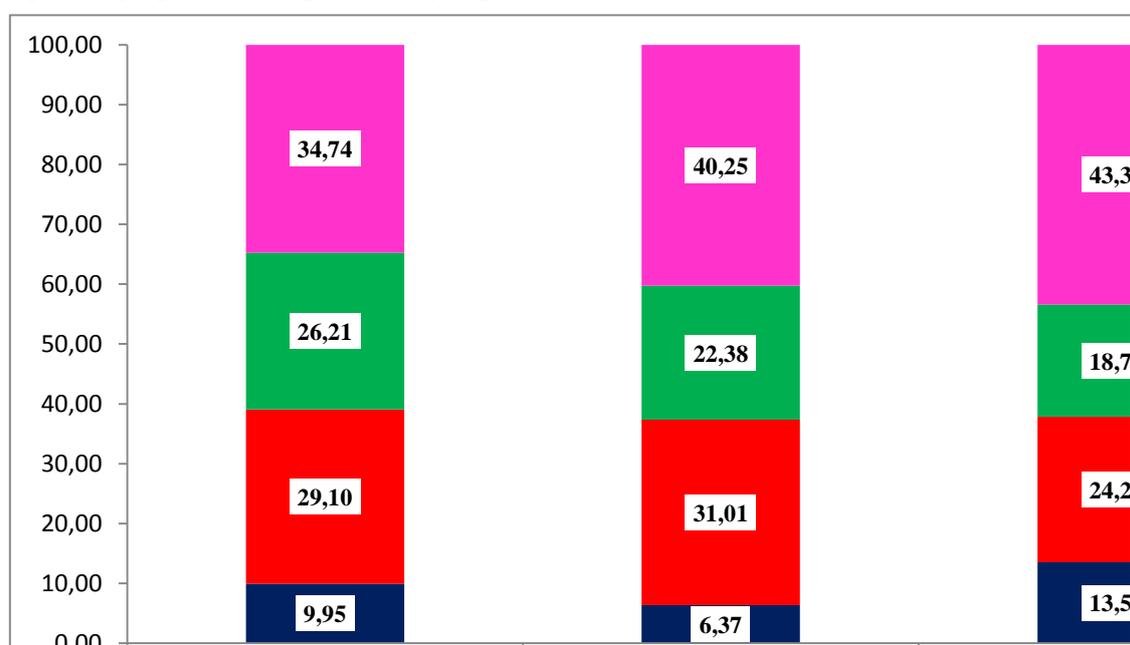
Quanto ao meio de residência observa-se que a percentagem desta população activa residente no meio urbano é de 43,2%, sendo que cerca de 32% encontra-se a trabalhar e 12% desempregada. No meio rural é de 35,9%, sendo 29,6% empregada e 6,3% desempregada.

No que se refere ao sexo, a mesma tabela mostra que, entre os homens, a percentagem dos empregados de 15 anos ou mais portadores de deficiência é idêntica nos dois meios de residência (cerca de 42%). Entre as mulheres existe uma diferença importante com

valor mais alto no meio urbano, tanto a nível dos empregados (24,5% no meio urbano e 18,6% no rural), como a nível dos desempregados (12,1% no urbano contra 5% no rural).

O gráfico 5.4.1.1 apresenta a população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo grupos etários por condição perante actividade económica. O mesmo indica que, entre os desempregados, 31% possuem 20-39 anos e quase 2/3 40 anos ou mais (62,6%). A maioria dos inactivos tem 60 anos ou mais (43,4%), o que representa uma situação normal pela idade. Entretanto, importa realçar que quase ¼ dessa população encontra-se na faixa etária dos 20-39 anos (24,3%).

**Gráfico 5.4.1.1.** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo grupos etários por condição perante actividade económica (%)



A tabela V.3 do anexo mostra que existem diferenças importantes entre os sexos, ou seja: tanto a percentagem dos inactivos como a dos desempregados de 60 anos ou mais, é relativamente mais alta entre as mulheres (45,4% contra 40% dos homens para os inactivos e, 41,2% de mulheres e 38,9% dos homens para os desempregados).

#### 5.4.2- Caracterização da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência empregada

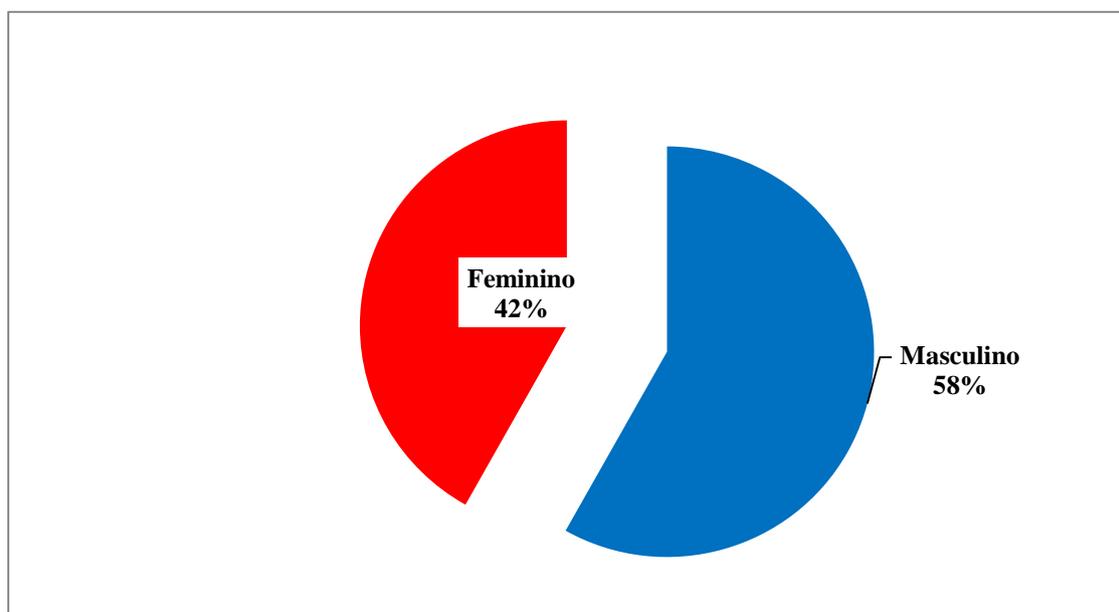
Pretende-se caracterizar a população portadora de deficiência com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontrava a trabalhar. Importa lembrar, que no RGPH-2012, foi considerado trabalho principal ou único que a pessoa tinha na semana

de referência, e trabalho secundário para as pessoas com mais de um trabalho. Nesta análise foi considerada apenas o trabalho principal.

*Situação segundo o sexo, grupos etários e distrito*

Conforme já referido anteriormente a população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência corresponde a um efectivo de 1.491 indivíduos, sendo 58% do sexo masculino e 42% do sexo feminino (Gráfico 5.4.2.1).

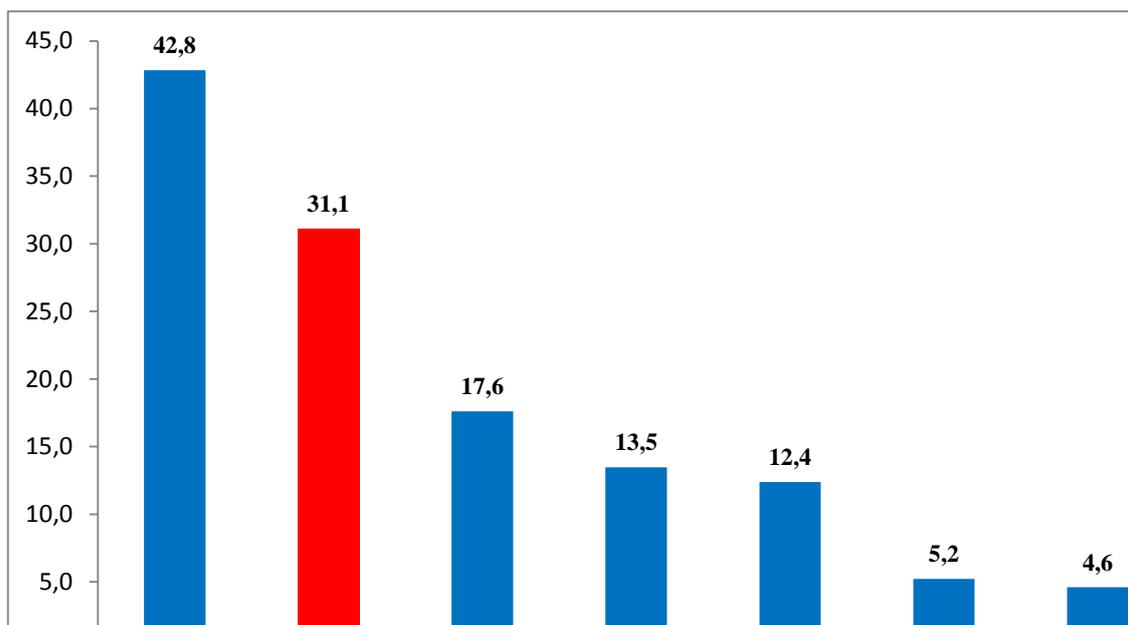
**Gráfico 5.4.2.1:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência por sexo (%)



Quanto à idade, o gráfico 5.4.1.1 acima apresentado, indica que quase 2/3 das pessoas de 15 anos portadoras de deficiência que trabalham tem 40 anos ou mais (cerca de 61%), e os jovens de 15-19 anos quase 10%. A tabela V.3 do anexo indica também que cerca de 84,6% das mulheres de 15 anos portadoras de deficiência que trabalham possuem entre 20-59 anos, enquanto esse indicador corresponde a 75% entre os homens na mesma condição.

O gráfico seguinte apresenta a população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo distrito. Observa-se do mesmo que a percentagem mais alta se verifica no distrito de Água Grande, com valor acima do nacional (42,8%). Nos restantes distritos os valores são inferiores ao valor nacional, e variam entre 17,6% no distrito de Mé-Zóchi e cerca de 4% na Região Autónoma de Príncipe.

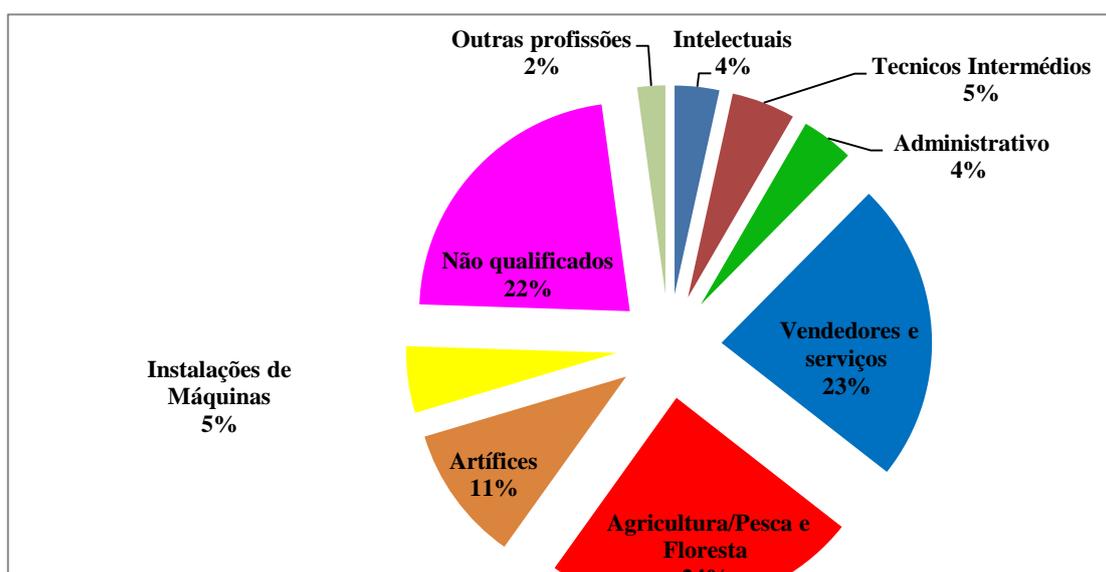
**Gráfico 5.4.2.2:** População empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo distrito (%)



*Situação segundo a profissão*

Na classificação destes indivíduos por profissão constata-se que cerca de 24% exercem actividades relacionadas com agricultura, pesca e floresta, quase 23% são pessoal dos serviços e vendedores, e 22% exercem actividades não qualificadas (Gráfico 5.4.2.3). O mesmo gráfico mostra ainda que 11% são artífices e 5% são técnicos intermédios.

**Gráfico 5.4.2.3:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a profissão (%)



Relativamente ao sexo, a tabela 5.4.2.1 indica que existem diferenças importantes relativamente às diversas profissões. A percentagem destas pessoas que trabalham no comércio/serviços é mais alta entre as mulheres (35,1% contra 15% entre os homens). De forma contrária, observa-se que, as pessoas que trabalham na agricultura/pesca/floresta representam 35% entre os homens e 9,1%. Entre as mulheres, a percentagem mais alta corresponde às actividades não qualificadas (36,5%), enquanto esse valor atinge 12,1% entre os homens. Os intelectuais correspondem a 3% dos homens e quase 5% das mulheres.

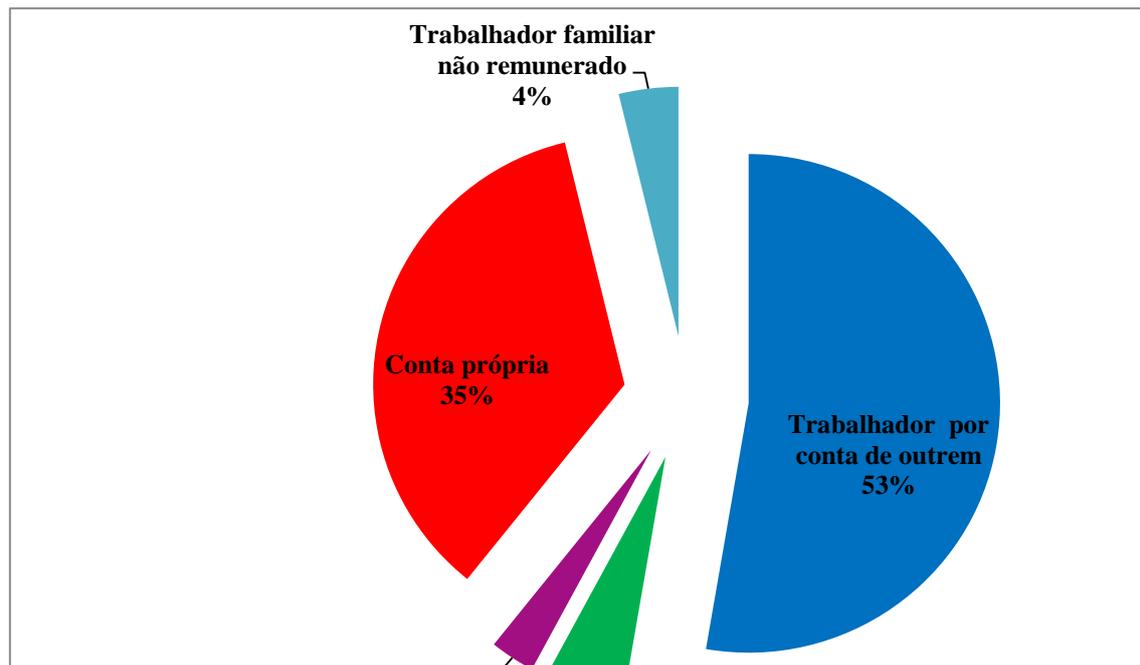
**Tabela 5.4.2.1:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a profissão, por sexo (%)

Profissão	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	1491	100,00	867	100,00	624	100,00
Intelectuais	51	3,42	22	2,54	29	4,65
Técnicos Intermédios	73	4,90	48	5,54	25	4,01
Administrativo	60	4,02	30	3,46	30	4,81
Vendedores/serviços	347	23,27	128	14,76	219	35,10
Agricultura/Pesca e Floresta	361	24,21	304	35,06	57	9,13
Artífices	157	10,53	145	16,72	12	1,92
Instalações de Máquinas	77	5,16	60	6,92	17	2,72
Não qualificados	333	22,33	105	12,11	228	36,54
Outras profissões	32	2,15	25	2,88	7	1,12

#### *Caracterização segundo situação na profissão*

A situação na profissão investiga a posição na ocupação que a pessoa tinha no trabalho principal na semana de referência. De acordo com o gráfico 5.4.2.4, a maioria da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência trabalha por conta de outrem (53%) e, um pouco mais de um terço por conta própria (35%). Verifica-se ainda que 5% destas pessoas trabalham na administração pública e 4% são trabalhadores familiares não remunerados.

**Gráfico 5.4.2.4:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a situação na profissão (%)



A tabela seguinte apresenta a repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo situação na profissão por sexo. Observa-se que no geral, a percentagem dos portadores de deficiência que trabalha por conta de outrem é mais elevada entre as mulheres (55,3% contra 50,9% entre os homens). Em contrapartida, as pessoas que trabalham por conta própria correspondem a um valor mais alto entre os homens (37,8% contra 32,1% entre as mulheres). As diferenças são pouco relevantes nas restantes modalidades da situação na profissão.

**Tabela 5.4.2.2:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo situação na profissão, por sexo (%)

Situação na profissão	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	1491	100,00	867	100,00	624	100,00
Trabalhador por conta de outrem	786	52,72	441	50,87	345	55,29
Administração pública	77	5,16	39	4,50	38	6,09
Outro	43	2,88	32	3,69	11	1,76
Conta própria	528	35,41	328	37,83	200	32,05
Trabalhador familiar não remunerado	57	3,82	27	3,11	30	4,81

## **CAPÍTULO VI.CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**

O presente capítulo encontra-se dividido em duas partes. A primeira pretende dar a conhecer o tamanho dos agregados familiares onde residem as pessoas portadoras de deficiência por meio de residência e distrito, a composição dos agregados através da questão sobre relação de parentesco e a tipologia dos agregados familiares utilizada no RGPH-2012. A segunda parte faz uma análise sobre as condições de vida da população em estudo.

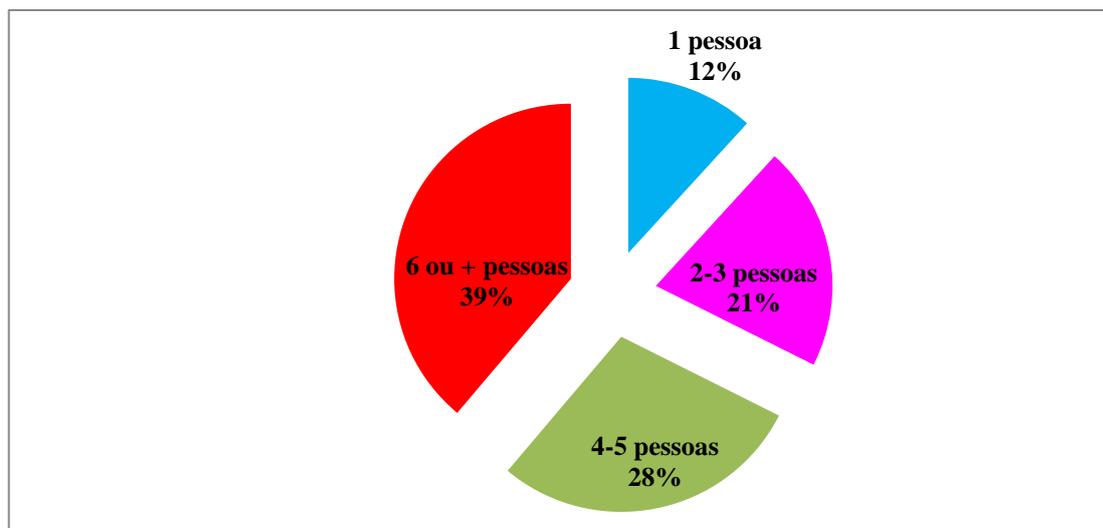
### **6.1. Contexto familiar**

#### **6.1.1.Tamanho dos agregados familiares dos portadores de deficiência**

Conforme descrito na metodologia, o tamanho dos agregados familiares designa o número dos membros dos mesmos, ou seja o número de pessoas que no momento censitário foram registadas como residentes em cada agregado.

Observando o gráfico 6.1.1.1 verifica-se que, a nível nacional, 39% das pessoas portadoras de deficiência vivem em agregados constituídos por seis pessoas ou mais. Seguem-se as que residem em agregados constituídos por 4-5 pessoas (28%) e 2-3 pessoas (21%). Ainda a nível nacional, pode-se constatar que a percentagem dos agregados constituídos por uma só pessoa é de 12%.

**Gráfico 6.1.1.1** Repartição da população portadora de deficiência segundo tamanho dos agregados familiares onde residem (%)



Essa tendência é registada por meio de residência, apesar de algumas diferenças entre os dois meios: a percentagem das pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas é mais elevada no meio rural (15,2% contra 10,4% no urbano) (Tabela VI.1 do Anexo). Em contrapartida, a percentagem que vive em agregados constituídos por 6 ou mais pessoas é relativamente mais alta no meio urbano (40,8% contra 33,9% no rural).

A nível distrital, as pessoas portadoras de deficiência que vivem em agregados constituídos por 3-4 pessoas representam um valor importante na maior parte dos distritos, variando entre 26,6% em Mé-Zóchi, 28,1% em Cantagalo e 29,9% em Água Grande (Tabela VI.2 do Anexo). Os portadores de deficiência que morram em agregados mais numeroso de 6 ou mais elementos são mais frequentes nos distritos de Lobata (45,2%) e Lembá (42,1%) e menos frequentes na Região Autónoma do Príncipe (34,6%).

### **6.1.2. Relação de parentesco dos portadores de deficiência com o responsável do agregado familiar**

Para análise desta parte foram feitos os seguintes agrupamentos, de acordo com as modalidades de resposta da pergunta sobre relação de parentesco constante no questionário do RGPH-2012: (i) membros com parentesco – incluem netos/bisnetos; enteado; pai/mãe/padrasto/madrasta; sogro; genro/nora e outro parente e, (ii) membro sem parentesco - inclui empregado (a) doméstico (a) residente e outro sem parentesco.

A tabela 6.1.2.1. apresenta a população portadora de deficiência segundo relação de parentesco com o responsável do agregado, por sexo. A mesma indica que cerca de 39% são responsáveis de agregados e 31,2% são filhos dos responsáveis. As pessoas classificadas como parentes representam uma percentagem relativamente alta (16,4%), enquanto as que são membros sem parentesco correspondem a 1,2%. Cerca de 12% são cônjuges.

**Tabela 6.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo relação de parentesco com o responsável do agregado, por sexo (%)

Relação de parentesco	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
R.D.S.T.P	6274	100	2878	100	3396	100
Responsável do agregado	2439	38,9	1146	39,8	1293	38,1
Cônjuge ou companheiro(a)	774	12,3	182	6,3	592	17,4
Filho(a)	1958	31,2	1037	36,0	921	27,1
Membros com parentesco	1029	16,4	476	16,5	553	16,3
Membros sem parentesco	74	1,2	37	1,3	37	1,1

A tabela VI.3 em Anexo mostra que a mesma tendência se verifica a nível dos dois meios de residência. No entanto, as pessoas portadoras de deficiência que são responsáveis dos agregados familiares atingem 41,4% no meio rural contra 37,9% no urbano. As que são parentes correspondem a valor mais alto no meio urbano (17,2% contra 14,2% no rural).

### 6.1.3. Tipologia dos agregados familiares dos portadores de deficiência

Conforme definido anteriormente, no RGPH-2012, foi considerado seis grupos, a partir da qual foi possível analisar o padrão de organização dos agregados são-tomenses, a saber: (i) agregados unipessoais; (ii) monoparental nuclear; (iii) monoparental alargada; (iv) nuclear; (v) conjugal; (vi) outro.

A tabela 6.1.3.1 mostra que a maioria dos portadores de deficiência vive em outro tipo de agregado, que engloba todos os outros tipos não definidos acima (35,1%).

Entretanto, cerca de ¼ vivem em agregados nucleares (agregados constituídos por um casal e seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não), 15,7% vivem em agregados monoparentais alargadas<sup>13</sup>, 11,7% em agregados unipessoais, 10,7% em agregados monoparentais<sup>14</sup> e cerca de 4% em agregados conjugais, ou seja, em agregados constituídos por duas pessoas que vivem maritalmente sem outras pessoas parentes ou não.

**Tabela 6.1.3.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por sexo (%)

Tipologia do agregado	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6274	100,0	3184	100,0	3090	100,0
Agregados unipessoais	736	11,73	398	12,5	338	10,9
Agregados monoparentais	669	10,66	95	3,0	574	18,6
Agregados nucleares	1443	23,00	1029	32,3	414	13,4
Agregados conjugais	237	3,78	185	5,8	52	1,7
Agregados monoparentais alargados	987	15,73	96	3,0	891	28,8
Outro	2202	35,10	1381	43,4	821	26,6

A nível do sexo, pode-se ainda constatar que, entre a população portadora de deficiência do sexo masculino, 43,4 % vive em outro tipo de família contra 26,6% dos deficientes do sexo feminino. Existe uma percentagem relativamente importante de mulheres deficientes que vive em agregados monoparentais alargados (28,8% contra 3% entre os homens idosos). Os portadores de deficiência que vivem em agregados nucleares atingem 32,3 % entre os homens e 13,46 % entre as mulheres.

Relativamente ao meio de residência, os dados da tabela 6.1.3.2 mostram que no meio urbano, a maioria dos portadores de deficiência vive em outro tipo de agregados não especificado (36,3%) e 23,1% em agregados nucleares.

<sup>13</sup> Agregados em que um só cônjuge está presente e vivendo não só com os seus filhos, mas também com outras pessoas, sejam estas parentes ou não

<sup>14</sup> Agregados em que apenas um dos cônjuges está presente e vivendo unicamente com os seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não

**Tabela 6.1.3.2** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por meio de residência (%)

Tipologia do agregado	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6274	100,00	4522	100,0	1752	100,0
Unipessoais	736	11,73	469	10,4	267	15,2
Monoparentais	669	10,66	463	10,2	206	11,8
Nucleares	1443	23,00	1044	23,1	399	22,8
Conjugais	237	3,78	145	3,2	92	5,3
Monoparentais alargados	987	15,73	760	16,8	227	13,0
Outro	2202	35,10	1641	36,3	561	32,0

A tabela VI.4 do Anexo apresenta a população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado por sexo e distrito. Os dados indicam que os distritos de Cantagalo e Mé- Zóchi apresentam maiores percentagens de pessoas que vivem sozinhos (cerca de 15%). Seguem-se a Região Autónoma do Príncipe (12,8%) e o distrito de Lembá (12,1%).

Os agregados conjugais são menos relevantes em todos os distritos. Nota-se também que existe uma parte significativa dessas pessoas que residem em outro tipo de agregado não especificado, com destaque para Água Grande (37,3%) e Região Autónoma do Príncipe (35,1%). A percentagem mais alta de pessoas portadoras de deficiência que residem em agregados monoparentais alargados se verifica nos distritos de Água Grande (17,6%), Mé-Zóchi e Região Autónoma do Príncipe (cerca de 16% em ambos os casos).

## 6.2. Condições de vida dos portadores de deficiência

O acesso aos serviços básicos e públicos é um importante indicador de qualidade de vida dos agregados e dos seus membros em particular. Assim, o objectivo deste subcapítulo é analisar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, existência

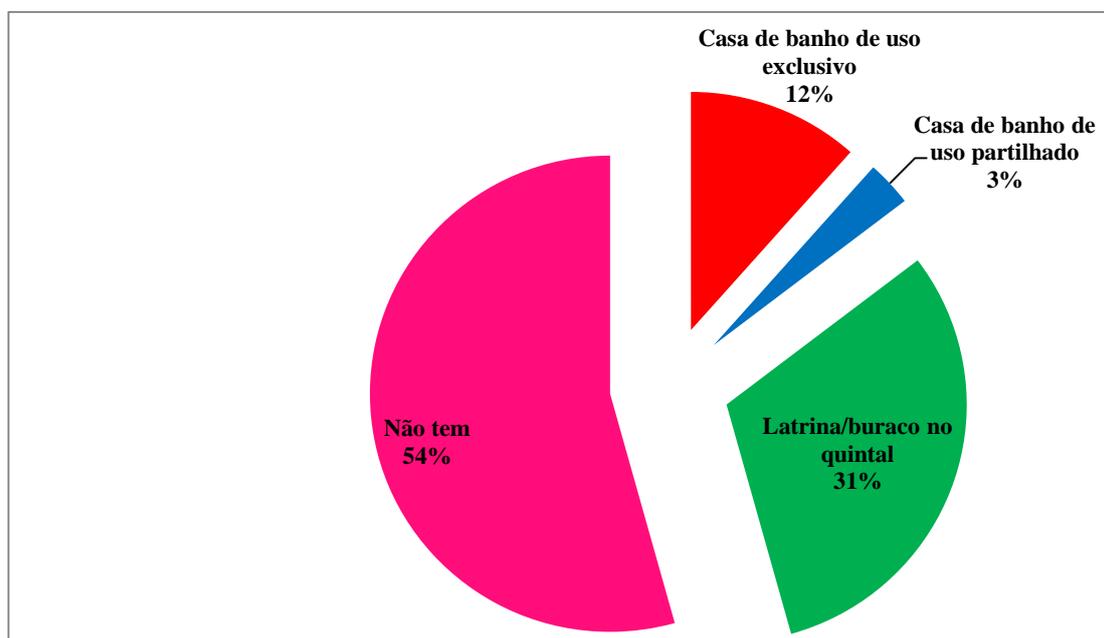
de energia eléctrica, principal fonte de água consumida para beber e acesso aos bens de comunicação.

### 6.2.1. Tipo de instalação sanitária

A análise por posse e tipo de instalação sanitária adequada para a higiene pessoal é um indicador importante para se ter uma ideia das condições de vida e de salubridade das pessoas bem como para se compreender alguns problemas de saúde pública.

Os resultados do gráfico 6.2.1.1 mostram que em São Tomé e Príncipe 54% dos portadores de deficiência não possuem nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde residem. Verifica-se também que 12% possuem casa de banho de uso exclusivo e 3% casa de banho de uso partilhado. Um pouco mais de 1/3 possui latrina/buraco no quintal nos alojamentos onde residem (31%).

**Gráfico 6.2.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem (%)



Como se poderia esperar, existem diferenças importantes em relação ao meio de residência. Os portadores de deficiência que não possuem nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde vivem atingem valores relativamente elevados nos dois

meios de residência, com valor mais alto no meio rural (67,1% contra 54,3% no meio urbano) (tabela 6.2.1.1).

Em contrapartida, a percentagem dessa população que possui casa de banho de uso exclusivo nos alojamentos é relativamente mais alta no meio urbano (cerca de 12% contra 4,1% no meio rural). A das pessoas que usam latrina/buraco no quintal também é mais elevada no meio urbano, com diferença importante em relação ao meio rural (31,0% no meio urbano contra 25,4% no rural).

**Tabela 6.2.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por meio de residência (%)

Tipo de instalação sanitária	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6222	100,00	4486	100,00	1736	100,00
Casa de banho de uso exclusivo	720	11,57	649	14,47	71	4,09
Casa de banho de uso partilhado	191	3,07	131	2,92	60	3,46
Latrina/buraco no quintal	1930	31,02	1489	33,19	441	25,40
Não tem	3381	54,34	2217	49,42	1164	67,05

Os distritos mais críticos com elevada percentagem de portadores de deficiência que vivem em alojamentos sem qualquer tipo de instalação sanitária são: Cantagalo (72,3%), Mé-Zóchi (57,3%) e Lobata (55,7%) (Tabela VI.5 do Anexo). No distrito de Água Grande e na Região Autónoma do Príncipe, 21,1% e 21% respectivamente possuem casa de banho de uso exclusivo, valores considerados altos se comparados com os outros distritos.

Os portadores de deficiência que usam latrina/buraco no quintal correspondem a valores relativamente elevados em todos os distritos, embora em maior proporção em Caué (45,5%), Lobata (40,5%), Água Grande (30,6%) e Região Autónoma do Príncipe (26%).

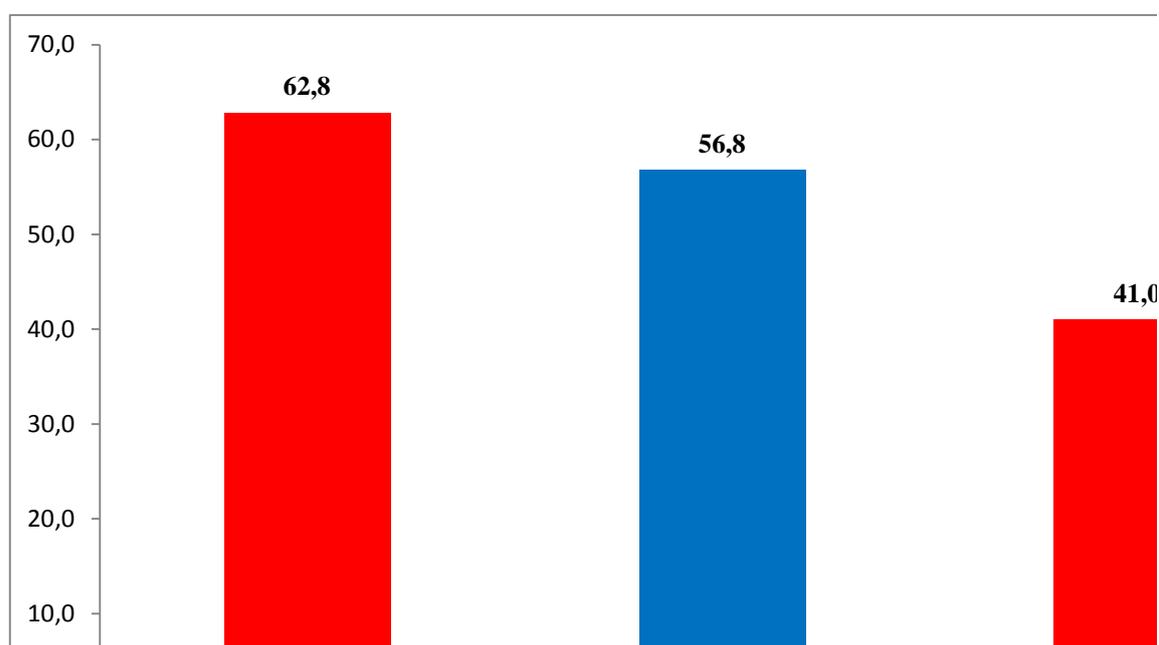
### 6.2.2. Existência de energia eléctrica

A energia eléctrica é fundamental na sociedade moderna e é tida como um indicador importante do grau de desenvolvimento de um país. Por isso, no RGPH-2012, foi

perguntado às pessoas se possuem ou não energia eléctrica nos alojamentos onde residem.

O gráfico abaixo mostra que, na RDSTP 56,8% dos portadores de deficiência possuem energia eléctrica nos seus alojamentos a nível nacional. Quanto ao meio de residência, o mesmo gráfico mostra que existem diferenças significativas entre os dois meios, ou seja, essa percentagem é de 62,8% no meio urbano contra 41% no meio rural<sup>15</sup>.

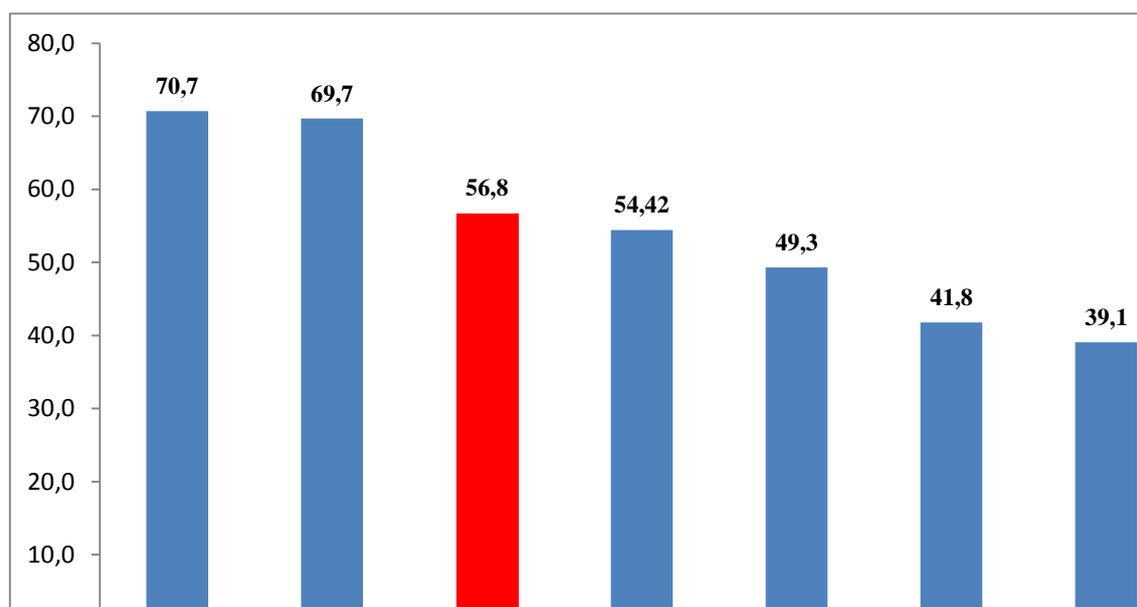
**Gráfico 6.2.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)



Relativamente ao distrito, a tabela VI.6 do Anexo e o gráfico 6.2.2.2 mostram que na Região Autónoma de Príncipe 70,7% de pessoas portadoras de deficiência possuem energia eléctrica nos alojamentos onde vivem. Segue-se por ordem de importância o distrito de Água Grande com 69,7%, valor também acima da média nacional. Nos restantes distritos as percentagens são inferiores ao nacional, sendo 54,4% em Mé-Zóchi, 49,3% em Lobata e 28,3% em Caué.

<sup>15</sup> Ver também a tabela VI.6 do Anexo

**Gráfico 6.2.2.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por distrito (%)



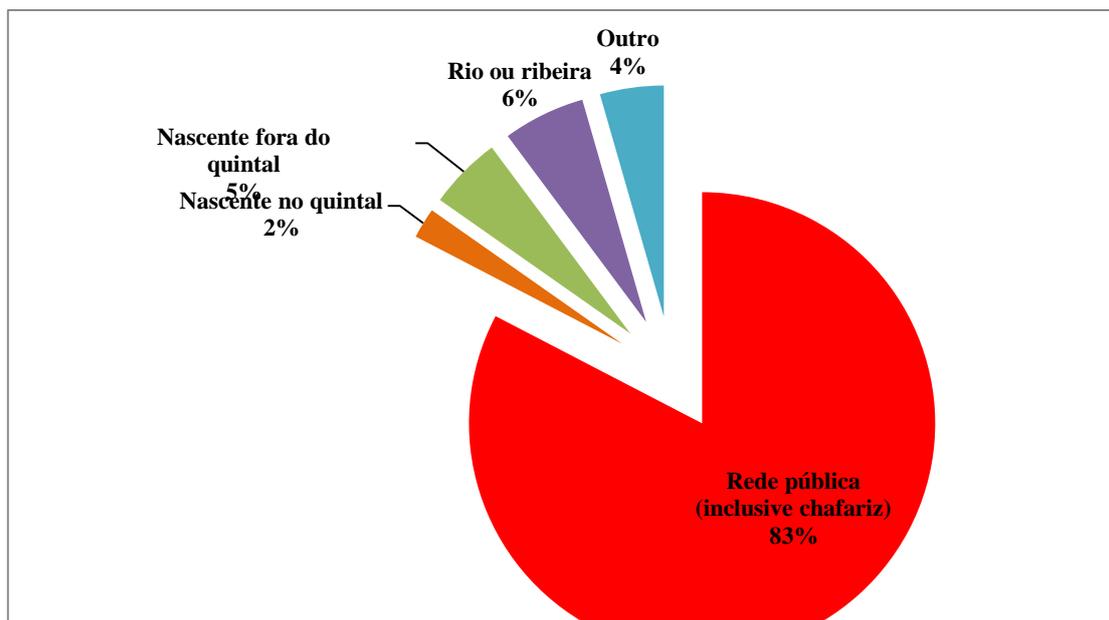
### 6.2.3. Principal fonte de água consumida para beber

O abastecimento por rede pública está associado, de modo geral, à melhor qualidade da água e, consequentemente, à melhor qualidade de vida das pessoas.

O gráfico 6.2.3.1 apresenta a repartição da população portadora de deficiência segundo a principal fonte de abastecimento de água consumida para beber. Verifica-se que a maioria se abastece através da rede pública (incluindo os chafarizes) (83%). Seguem-se as pessoas que bebem a água dos rios/ribeiras (6%) e das nascentes fora do quintal (5%). Cerca de 4% se abastece através de outras fontes<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> As outras fontes são: água da chuva, camião cisterna, água mineral, água perfurada e outras.

**Gráfico 6.2.3.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber nos alojamentos onde residem (%)



Em relação ao meio de residência, observa-se da tabela VI.7 do Anexo que os abastecimentos de água para beber através dos rios e das nascentes (fora da propriedade) são mais característicos do meio rural (14,8% e 11,6% respectivamente contra 2,2% e 2,6% no meio urbano). Nesse meio de residência, a rede pública continua sendo a principal fonte de água consumida para beber dos portadores de deficiência (70,9%) muito embora, o seu peso relativo seja superior no meio urbano (87,3%).

A tabela VI.8 do Anexo apresenta a população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber no alojamento por distrito, segundo sexo. Os dados indicam que em todos os distritos mais de metade utiliza a rede pública como principal fonte de abastecimento de água consumida para beber. Essa percentagem corresponde a valor mais elevado no distrito de Caué (88,8%). Seguem-se por ordem de importância os distritos de Cantagalo (85,3%) e Água Grande (84,4%). O valor mais baixo verifica-se na Região Autónoma de Príncipe (69,6%).

A maior parte dessa população que se abastece através das nascentes e dos rios/ribeiras se verifica no distrito de Mé-Zóchi (15,7% nascente fora do quintal; 2,5% nascente no quintal e 11,7% para rio/ribeira).

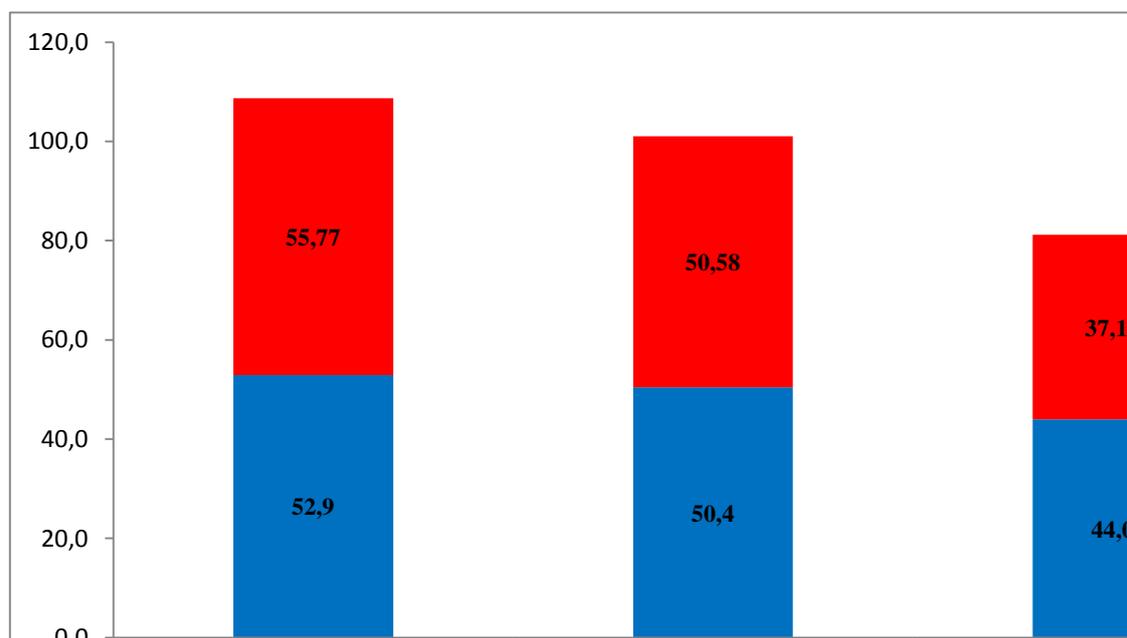
#### 6.2.4. Acesso às tecnologias de informação e de comunicação

A televisão e a rádio tornaram-se meios de comunicação de massa por excelência, na medida em que permitem que os indivíduos estejam a par do que se passa no próprio país e no exterior. O computador hoje em dia, é considerado como uma das mais poderosas ferramentas de trabalho. Assim, nesta parte pretende-se analisar os dados sobre a existência nos alojamentos dos equipamentos de informação e comunicação tais como: rádio, televisão e computador.

##### *Existência de rádio e televisão no alojamento*

O gráfico 6.2.4.1 e as tabelas VI.9 e VI.10 do Anexo mostram que a percentagem de pessoas portadoras de deficiência que vivem em alojamentos que possuem rádio (50,4%) e TV (50,6%) é praticamente a mesma.

**Gráfico 6.2.4.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio e TV nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)



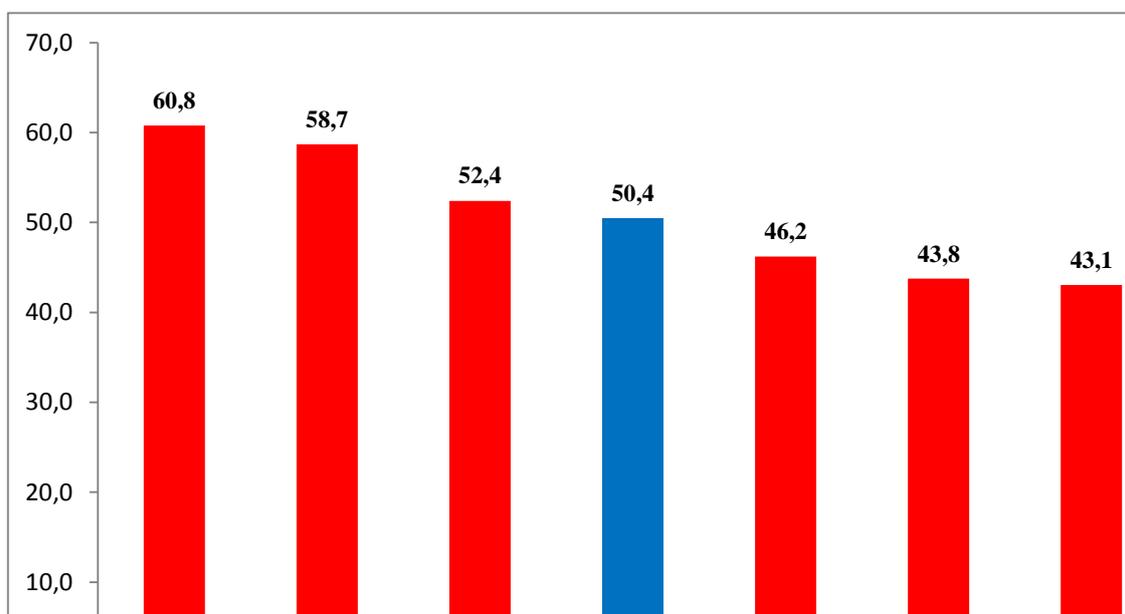
Conforme se poderia esperar, os valores são mais elevados no meio urbano tanto para rádio (cerca de 53% contra 44% no meio rural) como para a TV (55,8% no meio urbano contra 37,2% no meio rural).

Os gráficos 6.2.4.2 e 6.2.4.3 apresentam a população portadora de deficiência segundo existência de rádio e TV nos alojamentos onde residem por distrito. Os mesmos indicam

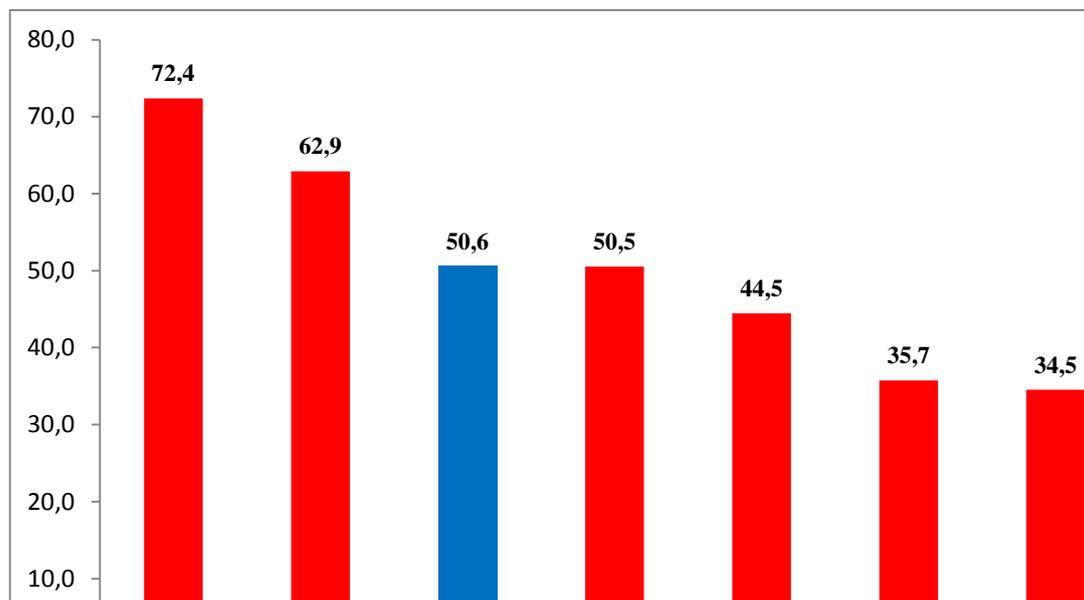
que, acima da média nacional encontram-se a Região Autónoma do Príncipe (com 60,8% dos portadores de deficiência com rádio e 72,4% com televisão) e Água Grande (58,7% e 62,9% respectivamente). No distrito de Caué 52,4% dessa população possui rádio (valor acima da média) e 27,3% possui televisão (valor mais baixo de todos os distritos). Abaixo da média estão os restantes distritos destacando-se Mé-Zóchi (46,2% para rádio e 44,5% para televisão) e Lobata (46,2% para radio e 44,5% para TV).

Os outros distritos que não chegam a ter metade dos portadores de deficiência com rádio ou televisão, em parte consequência da menor proporção de alojamentos com energia eléctrica.

**Gráfico 6.2.4.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por distrito (%)



**Gráfico 6.2.4.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por distrito (%)



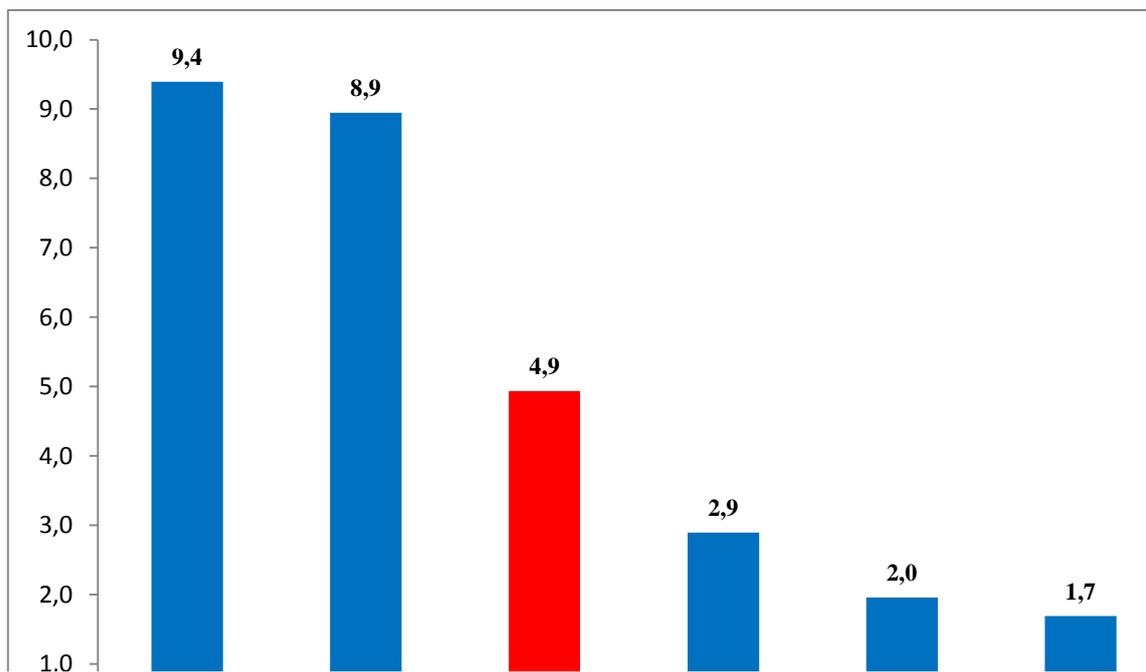
*Existência de computador no alojamento<sup>17</sup>*

O computador pode servir ao lazer, ao trabalho e a educação. De acordo com a tabela VI.11 do Anexo, a percentagem de pessoas portadoras de deficiência que possui computadores nos alojamentos onde residem é relativamente baixa (4,9%). No meio rural é praticamente inexistente, os portadores de deficiência que possuem computador (1,7%). Importa realçar que no meio urbano embora a aquisição desse bem seja superior (6,2%) a maioria encontra-se excluída dessa nova tecnologia de informação e comunicação.

O gráfico 6.2.4.4 apresenta a repartição da população portadora de deficiência segundo existência de computador nos alojamentos onde residem por distrito. Observa-se do mesmo que apesar das percentagens serem baixas, valores mais altos se verificam na Região Autónoma do Príncipe (9,4%) e Água Grande (8,9%). Nos restantes distritos os valores são muito abaixo do nacional atingindo menos de 1% em Cantagalo.

<sup>17</sup> Em consequência da quase ausência de computadores, a percentagem dos portadores de deficiência com acesso à internet é bastante reduzida. Isto explica o não tratamento desta variável.

**Gráfico 6.2.4.4.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de computador nos alojamentos onde residem por distrito (%)



## CAPÍTULO VII. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA QUE VIVE SOZINHA

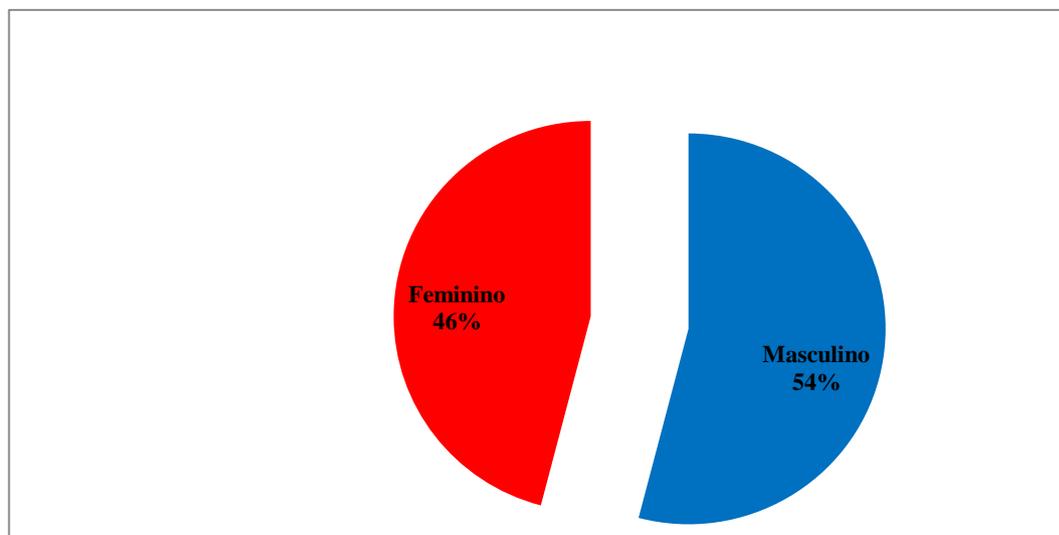
Pretende-se neste capítulo fazer uma caracterização da população portadora de deficiência que vive sozinha, segundo a sua repartição espacial, sexo, idade, situação perante a actividade económica. Pretende-se também analisar as características dos alojamentos onde residem. Estas constituem informações importantes e que poderão apoiar ao Governo e ONG's sediadas no país na elaboração de políticas públicas direccionadas para esta camada específica da população.

### 7.1 Volume e repartição espacial

#### 7.1.1 Situação a nível nacional e meio de residência

No RGPH - 2012, o número dos efectivos da população portadora de deficiência que vive sozinha é de 736 indivíduos, afectando de forma diferenciada os diferentes sexos (homens e as mulheres), ou seja, 54% são homens e 46% são mulheres (gráfico 7.1.1.1). De realçar que esta repartição é contrária á repartição da população total portadora de deficiência, onde, conforme já referido no Capítulo V, as mulheres correspondem a 54% e os homens a 46%. Importa mencionar também que esta população representa 11,7% da população total portadora de deficiência existente no país.

**Gráfico 7.1.1.1** Proporção da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo o sexo (%)



À semelhança da população portadora de deficiência total, a maioria dessa população também vive no meio urbano, representando 63,7% contra 36,3% no meio rural. Esta tendência é idêntica tanto no que concerne à população do sexo masculino como a do sexo feminino, verificando-se, entretanto, algumas diferenças como se pode constatar na tabela 7.1.1.1.

**Tabela 7.1.1.1** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo meio de residência, por sexo (%)

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	736	100	398	100	338	100
Urbano	469	63,72	238	59,80	231	68,34
Rural	267	36,28	160	40,20	107	31,66

A tabela VII.1, do Anexo, apresenta a repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo sexo por meio de residência. Observa-se que tanto no meio urbano como no rural os homens correspondem à maioria: no meio urbano, essa população representa 50,8% contra 49,3% para a população feminina na mesma condição. No meio rural, estas mulheres atingem 40,1% contra 59,9% de homens.

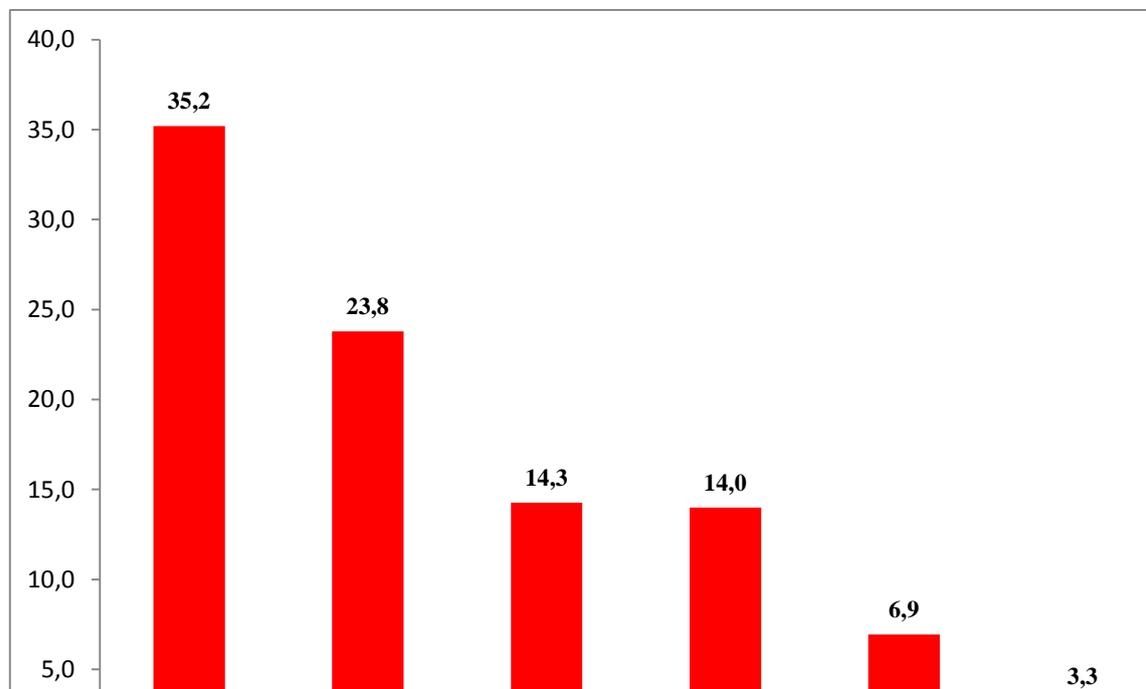
**7.1.2. Situação a nível do distrito**

A tabela 7.1.2.1 e o gráfico 7.1.2.1. abaixo mostram que a maioria da população portadora de deficiência que vive sozinha reside no distrito de Água Grande (35,2%). Seguem-se por ordem de importância os distritos de Mé-Zóchi (23,8%), Cantagalo e Lobata, onde cada um dos distritos alberga cerca de 14% da população em estudo. Nos restantes distritos as percentagens são relativamente baixas e correspondem a cerca de 3% no distrito de Caué e na Região Autónoma de Príncipe. Em Lembá esse valor é de quase 7%. Importa mencionar que essa tendência também se verifica a nível dos sexos.

**Tabela 7.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo distrito, por sexo (%)

Distrito	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	736	100	398	100	338	100
Lobata	103	13,99	63	15,83	40	11,83
Lembá	51	6,93	30	7,54	21	6,21
Mé-Zóchi	175	23,78	88	22,11	87	25,74
Água Grande	259	35,19	127	31,91	132	39,05
Cantagalo	105	14,27	59	14,82	46	13,61
Caué	19	2,58	15	3,77	4	1,18
Príncipe	24	3,26	16	4,02	8	2,37

**Gráfico 7.1.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha por distrito (%)

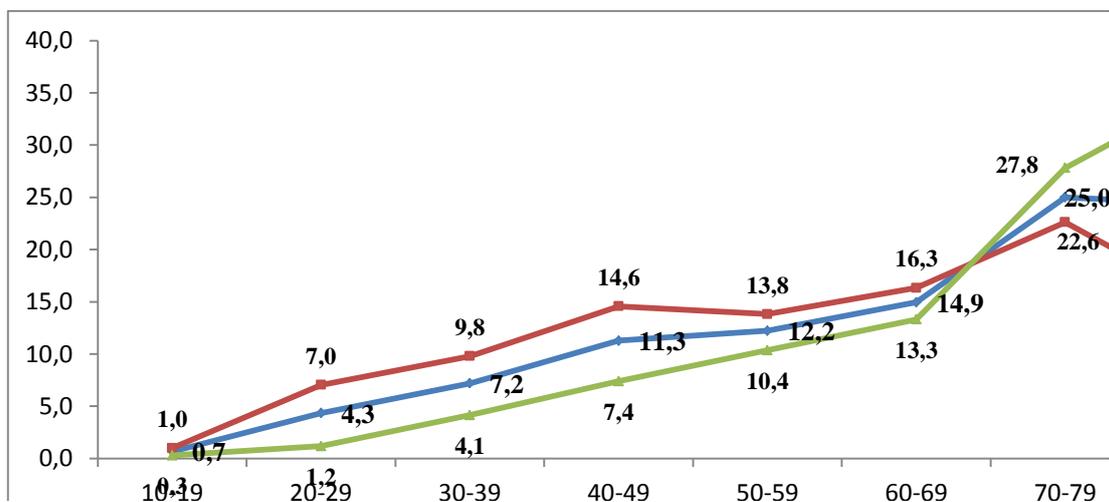


## 7.2. Estrutura por sexo e grupos etários

Relativamente à análise por sexo e grupos etários, observa-se da tabela VII.2. do Anexo e do gráfico 7.2.1, que as pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas com idade compreendida entre 10-19 anos representam menos de 1%. Este caso que, embora estatisticamente pouco significativo, não deixa de ser preocupante por ser atípica. Com efeito, trata-se à partida, de casos de crianças portadoras de deficiência em situação particularmente difícil, vivendo sozinhas, carecendo ainda de protecção dos pais, tutores ou outras pessoas para o seu bem-estar, nomeadamente no que se refere à saúde, educação e segurança.

A partir dessa idade as percentagens tendem a aumentar com a idade, atingindo 25% no grupo de 70-79 anos. Para as pessoas de 80 anos ou mais ela atinge 24,3%.

**Gráfico 7.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha por grupos etários e sexo (%)



Relativamente ao sexo, observa-se que existe algumas diferenças nos diferentes grupos etários, ou seja:

- ✓ No grupo de 10-19 anos, a percentagem atinge um valor relativamente mais elevado entre os homens portadores de deficiência que vivem sozinhos, apesar das diferenças serem irrelevantes em relação às mulheres na mesma condição (1,01% contra 0,3% entre as mulheres);

- ✓ Nos restantes grupos etários, os valores aumentam à medida que aumenta a idade, qualquer que seja o sexo. Entretanto, os valores são relativamente mais altos entre os homens até 60-69 anos;
- ✓ A partir os 70 anos, a situação se inverte a favor das mulheres com diferenças importantes em relação aos homens. No grupo de 70-79 anos esse valor é de 27,8% entre as mulheres contra 22,6% entre os homens. Entre a população feminina de 80 anos ou mais, a percentagem corresponde a mais de dobro da dos homens da mesma faixa etária (35,5% contra 14,8% entre os homens). Esta situação pode ser devida à sobremortalidade masculina.

### 7.3- Características económicas

#### 7.3.1. Condição perante a actividade económica<sup>18</sup>

##### *Situação a nível nacional, sexo e meio de residência*

A nível nacional, a população activa de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha corresponde a 33,9%, sendo 24,6% população empregada e 9,3% população desempregada. A população inactiva, representa 66,1% (tabela 7.3.1.1).

A mesma tabela mostra que a percentagem dos activos é muito alta entre os homens (45,1% contra 20,7% entre as mulheres). Os activos ocupados de 15 anos ou mais portadores de deficiência que vivem sozinhos atingem 11,5% entre as mulheres e mais de triplo entre os homens (35,8%).

Quanto ao meio de residência observa-se que a percentagem desta população activa residente no meio urbano é de 33,7%, sendo que cerca de 23,7% encontra-se a trabalhar e 10% desempregada. No meio rural é de 34,1%, sendo 26,2% empregada e 7,9% desempregada.

No que se refere ao sexo, a mesma tabela mostra que, entre os homens, a percentagem dos empregados de 15 anos ou mais portadores de deficiência e que vivem sozinhos é um pouco mais elevada no meio urbano (cerca de 36,7% contra 34,4% no meio rural). Entre as mulheres existe uma diferença importante com valor mais alto no meio rural a nível das empregadas (14,0% contra 10,4% no meio urbano).

---

<sup>18</sup> Não foi feita a análise por distrito porque os efectivos são muito baixos

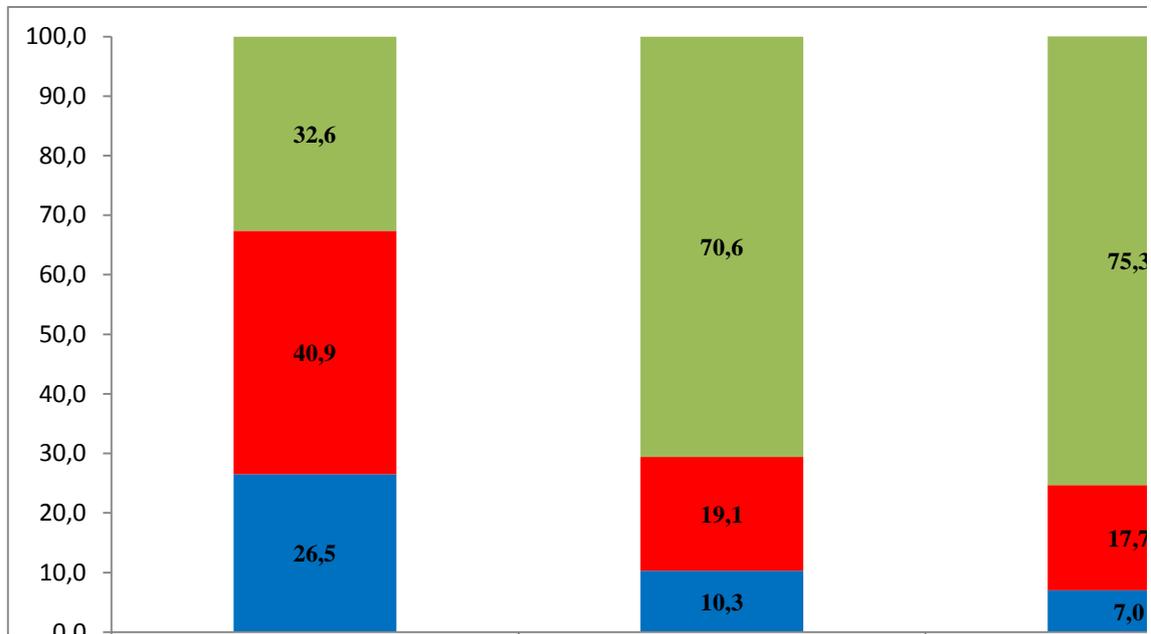
**Tabela 7.3.1.1** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha, segundo condição perante actividade económica e meio de residência, por sexo (%)

Condição perante actividade económica	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	735	100,00	397	100,00	338	100,00
Empregado	181	24,63	142	35,77	39	11,54
Desempregado	68	9,25	37	9,32	31	9,17
Inactivo	486	66,12	218	54,91	268	79,29
<b>Urbano</b>						
Total	468	100,00	237	100,00	231	100,00
Empregado	111	23,72	87	36,71	24	10,39
Desempregado	47	10,04	22	9,28	25	10,82
Inactivo	310	66,24	128	54,01	182	78,79
<b>Rural</b>						
Total	267	100,00	160	100,00	107	100,00
Empregado	70	26,22	55	34,38	15	14,02
Desempregado	21	7,87	15	9,38	6	5,61
Inactivo	176	65,92	90	56,25	86	80,37

O gráfico 7.3.1.1 apresenta a população de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo condição perante actividade económica por grupos etários. O mesmo indica que, entre os desempregados, 10,3% possuem 15-39 anos, 19,1% 40-59 anos e um pouco menos de  $\frac{3}{4}$  60 anos ou mais (70,1%).

A maioria dos inactivos tem 60 anos ou mais (75,3%), o que representa uma situação normal pela idade. Entretanto, importa realçar que 7% dessa população encontra-se na faixa etária dos 15-39 anos.

**Gráfico 7.3.1.1.** Repartição da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo condição perante actividade económica por grupos etários (%)



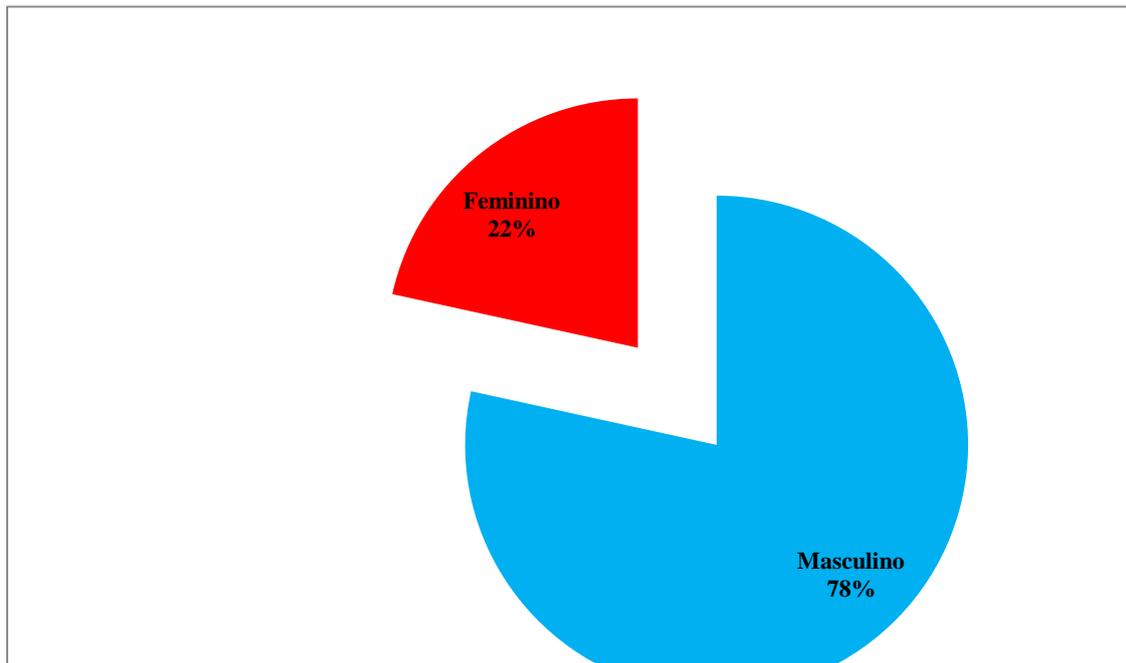
A tabela VII.3 do anexo mostra que existem diferenças importantes entre os sexos, ou seja: tanto a percentagem dos inactivos como a dos desempregados de 60 anos ou mais, é relativamente mais alta entre as mulheres (82,1% contra 66,7% dos homens para os inactivos e, 74,2% de mulheres contra 67,6% dos homens para os desempregados).

### 7.3.2- Caracterização da população empregada

#### *Situação segundo o sexo, grupos etários e distrito*

A população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha corresponde a um efectivo de 181 indivíduos, sendo mais de  $\frac{3}{4}$  do sexo masculino (78% contra 22% do sexo feminino) (Gráfico 7.3.2.1).

**Gráfico 7.3.2.1.** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo sexo (%)



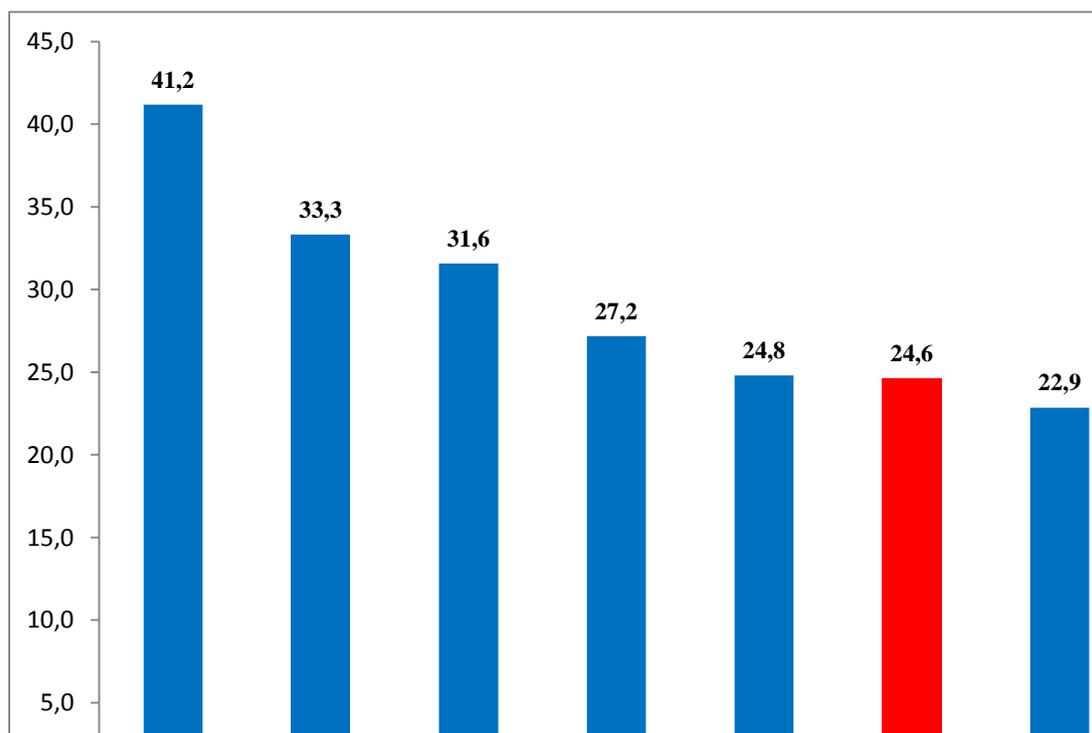
Quanto à idade, o gráfico 7.3.1.1 acima apresentado, indica que 40,9% das pessoas de 15 anos portadoras de deficiência que vivem sozinhas e que trabalham possuem entre 40-59 anos. Os jovens de 15-39 anos representam 26,5%, e os idosos de 60 anos ou mais quase 1/3 (32,6%).

A tabela VII.3 do anexo indica também que cerca de 41% das mulheres empregadas de 15 anos portadoras de deficiência e que vivem sozinhas possuem mais de 60 anos, enquanto essa percentagem corresponde a 30,3% entre os homens na mesma condição. Isto dificulta ainda mais as condições destas pessoas, pois, além de serem portadores de deficiência, vivem sozinha se ainda trabalham na idade da velhice.

O gráfico seguinte apresenta a população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo distrito. Observa-se que a percentagem mais alta se verifica no distrito de Lembá, com valor acima do nacional (41,2%). Nos distritos de Cantagalo (22,9%) e Mé-Zóchi (17,1%) os valores são inferiores ao nacional.

Nos restantes distritos as percentagens também são superiores ao valor nacional, e variam entre 33,3% na Região Autónoma de Príncipe e 24,8% no distrito de Água Grande.

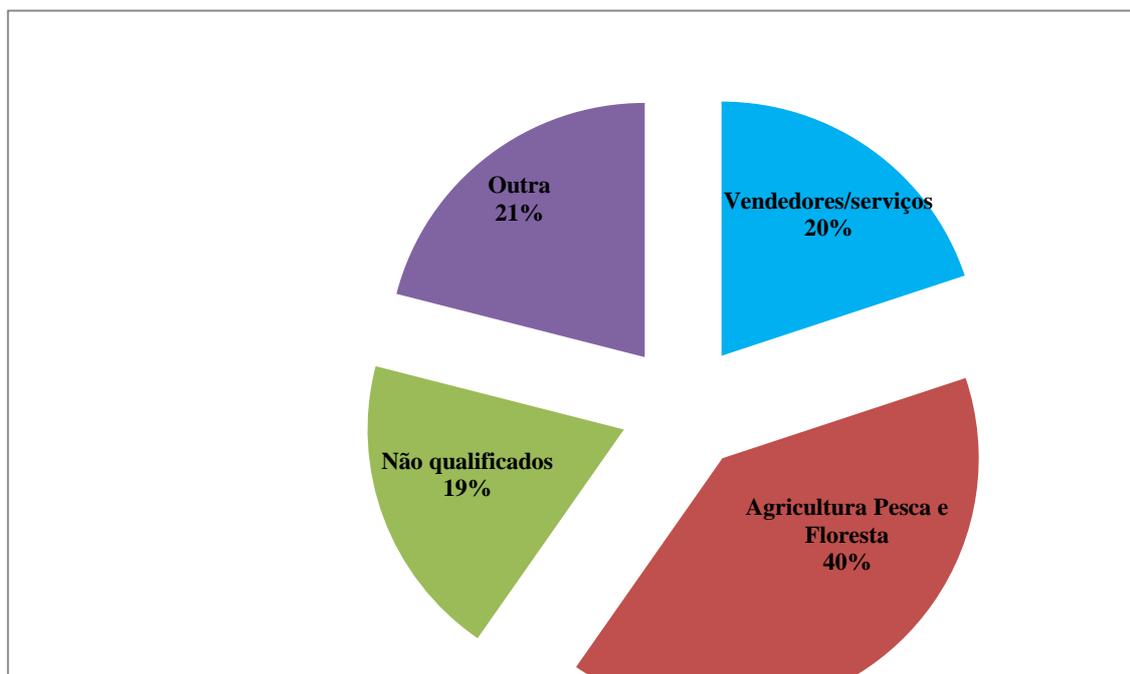
**Gráfico 7.3.2.2:** População empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência e que vive sozinha segundo distrito (%)



*Situação segundo a profissão*

Na classificação destes indivíduos por profissão constata-se que a maioria exerce actividades relacionadas com agricultura, pesca e floresta (40%), quase 20% são vendedores ou trabalham na área dos serviços e 19% exercem actividades não qualificadas (Gráfico 7.3.2.3).

**Gráfico 7.3.2.3:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo a profissão (%)



Relativamente ao sexo, a tabela 7.3.2.1 indica que existem diferenças importantes relativamente às diversas profissões. A percentagem destas pessoas que trabalham nos serviços/comércio é de 28,2% entre as mulheres e cerca de 18% entre os homens. De forma contrária, observa-se que a maioria dos homens trabalha na agricultura/pesca/floresta (49,3%), enquanto esse valor é de 5% entre as mulheres. A maioria das mulheres exerce actividades não qualificadas (46,2% contra 12% entre os homens).

**Tabela 7.3.2.1:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo a profissão, por sexo (%)

Situação na profissão	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	181	100,00	142	100,00	39	100,00
Vendedores/serviços	36	19,89	25	17,61	11	28,21
Agricultura Pesca e Floresta	72	39,78	70	49,30	2	5,13
Não qualificados	35	19,34	17	11,97	18	46,15
Outra	38	20,99	30	21,13	8	20,51

*Caracterização segundo situação na profissão*

De acordo com a tabela 7.3.2.2, a maioria da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha trabalha por conta própria (48%), cerca de 43% trabalha por conta de outrem e 9% em outras actividades.

A mesma tabela mostra também que no geral, a percentagem dessas pessoas que trabalha por conta de outrem é mais elevada entre as mulheres (cerca de 54% contra 39,4% entre os homens). Em contrapartida, os homens que trabalham por conta própria representam 51,4%, contra 35,9% de mulheres.

**Tabela 7.3.2.2:** Repartição da população empregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência que vive sozinha segundo situação na profissão, por sexo (%)

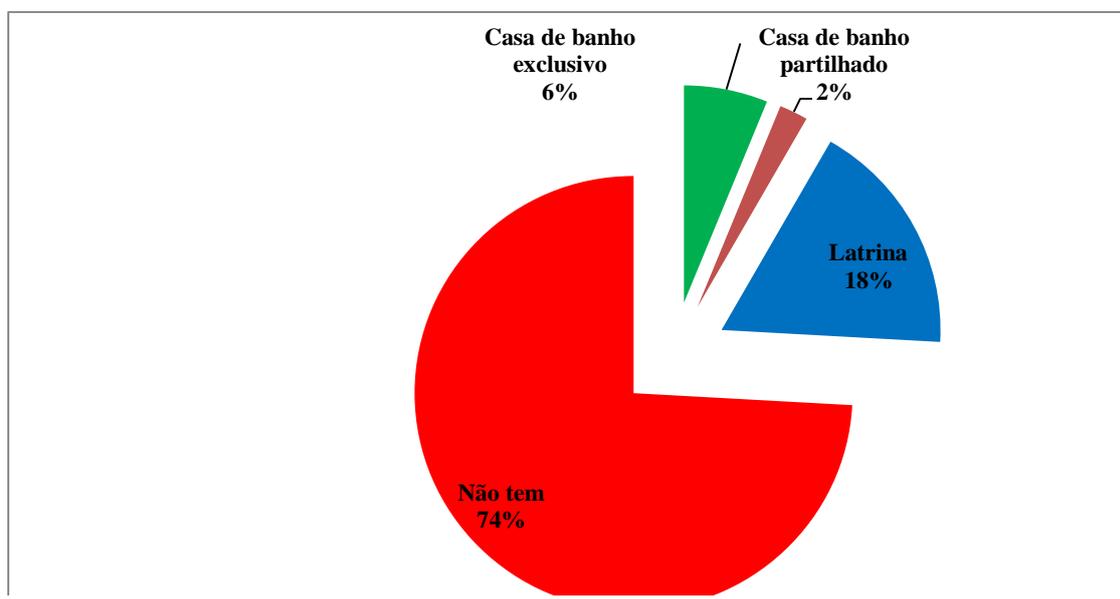
Situação na profissão	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	181	100	142	100	39	100
Trabalhador por conta de outrem	77	42,54	56	39,44	21	53,85
Trabalhador por conta própria	87	48,07	73	51,41	14	35,90
Outro	17	9,39	13	9,15	4	10,26

**7.4. Condições de vida**

**7.4.1. Tipo de instalação sanitária**

Os resultados do gráfico abaixo mostram que a maioria dos portadores de deficiência que vivem sozinhos não possui nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde residem (74%). Verifica-se também que 8% possuem casa de banho, sendo 6% de uso exclusivo e 2% de uso partilhado. Cerca de 18% possuem latrina/buraco no quintal nos alojamentos onde residem.

**Gráfico 7.4.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem (%)



Como se poderia esperar, existem diferenças importantes em relação ao meio de residência. A percentagem dos portadores de deficiência que vivem sozinhos e que não possuem nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde vivem é mais elevada no meio rural (83,5% contra 68,4% no meio urbano) (tabela 7.4.1.1). Em contrapartida, no meio urbano, aqueles que possuem casa de banho correspondem a quase triplo do meio rural (cerca de 11% contra 4,2% no meio rural). Os que usam latrina/buraco no quintal também correspondem a 21% no meio urbano e 12,3% no rural.

**Tabela 7.4.1.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por meio de residência (%)

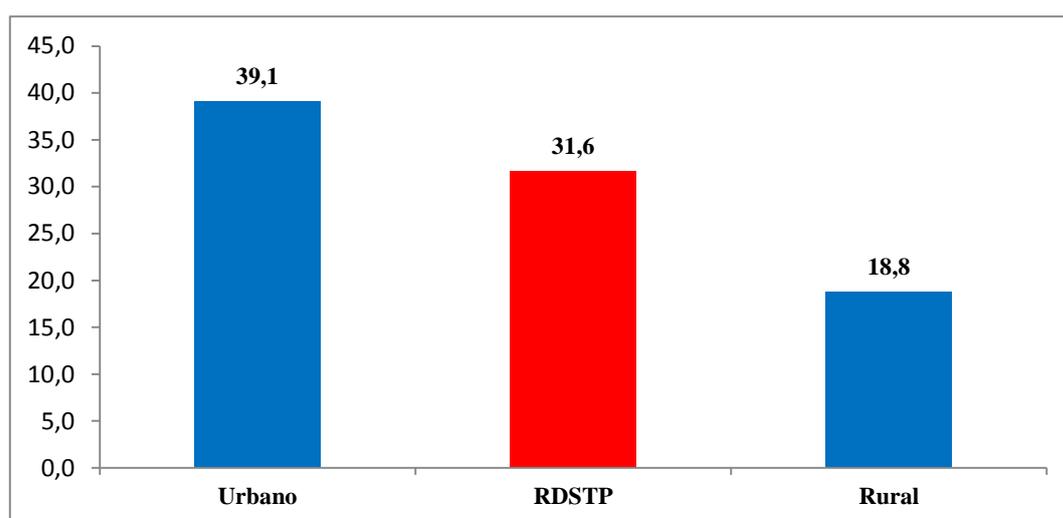
Tipo de instalação sanitária	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	711	100,00	450	100,00	261	100,00
Casa de banho	59	8,30	48	10,67	11	4,21
Latrina/buraco no quintal	126	17,72	94	20,89	32	12,26
Não tem	526	73,98	308	68,44	218	83,52

A tabela VII.4 do Anexo apresenta a repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem e distrito por sexo (%). A mesma indica que os distritos mais críticos com elevadas percentagens de portadores de deficiência que vivem sozinhos e que residem em alojamentos sem qualquer tipo de instalação sanitária são: Cantagalo (84,9%), Lembá (84,8%), Mé-Zóchi (81,1%), e Lobata (80,6%). No distrito de Água Grande, 16% destas pessoas possuem casa de banho (exclusivo e de uso partilhado) e 22,4% latrina/buraco no quintal. Na Região Autónoma de Príncipe 65,2% dos portadores de deficiência que vivem sozinhos não possuem nenhum tipo de instalação sanitária nos alojamentos onde residem e 34,8% possuem latrina.

#### 7.4.2.Existência de energia eléctrica

Observa-se do gráfico abaixo que quase 1/3 dos portadores de deficiência que vivem sozinhos possuem energia eléctrica nos seus alojamentos (31,6%). Conforme se poderia esperar, o mesmo gráfico mostra que existem diferenças significativas entre os dois meios de residência, com valor mais elevado para o meio urbano (39,1% contra 19% no meio rural)<sup>19</sup>.

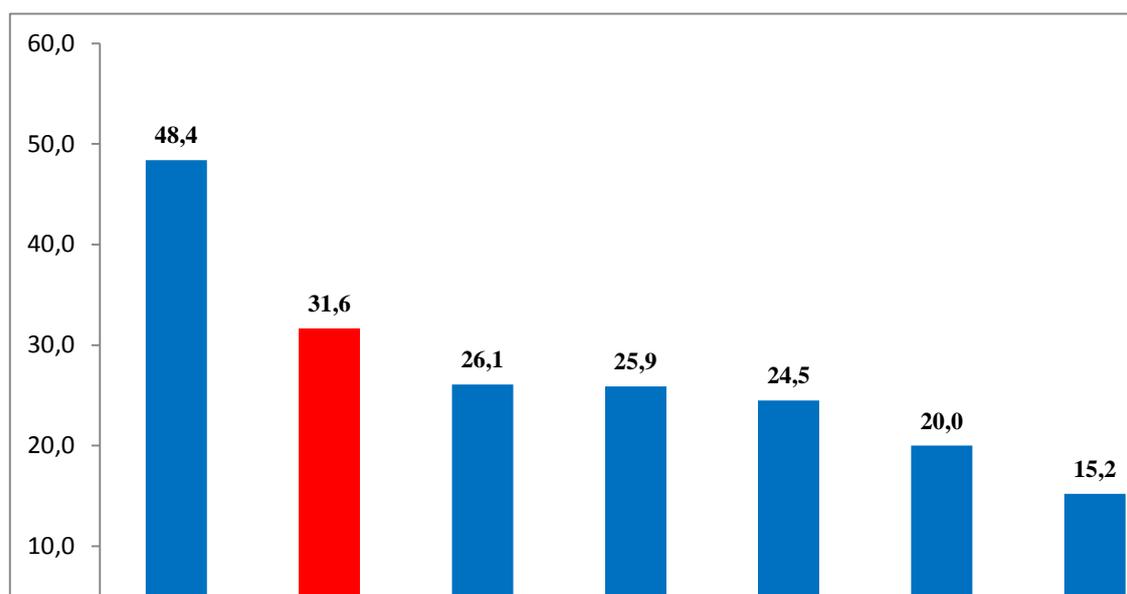
**Gráfico 7.4.2.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)



<sup>19</sup> Ver também a tabela VII.5 do Anexo

Relativamente ao distrito, a tabela VII.5 do Anexo e o gráfico 7.4.2.2 mostram que no distrito de Água Grande 48,4% de pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas possuem energia eléctrica nos alojamentos onde vivem (valor acima da media nacional). Nos restantes distritos, os valores são inferiores ao nacional e variam entre 26,1% na Região Autónoma de Príncipe e 10,5% no distrito de Caué.

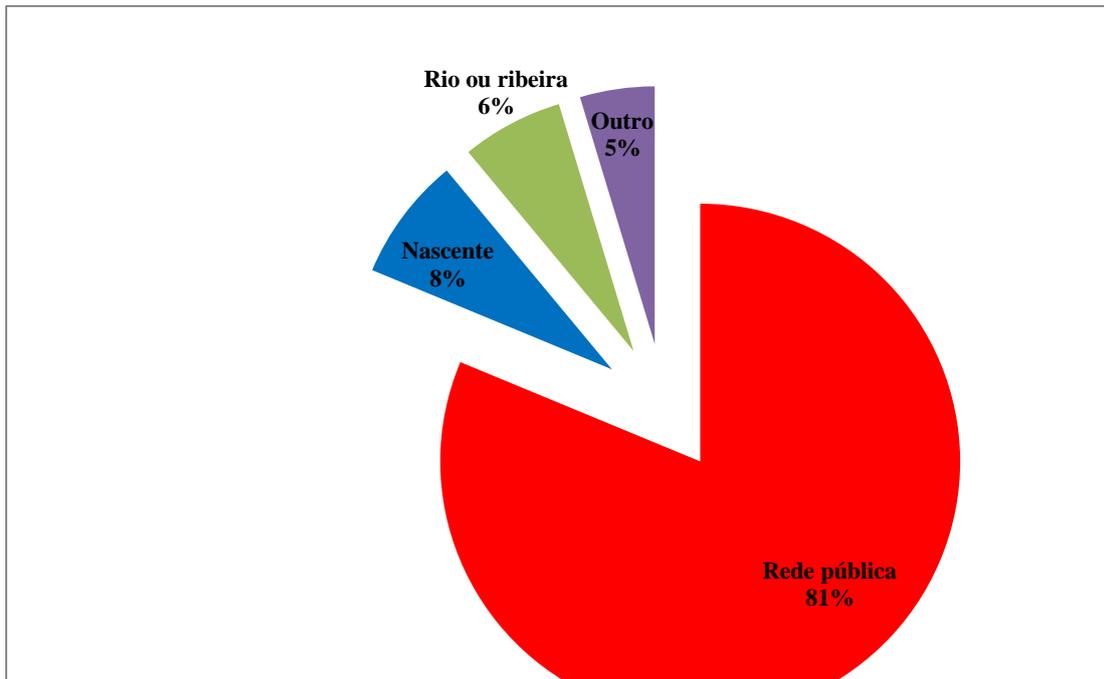
**Gráfico 7.4.2.2.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem por distrito (%)



### 7.4.3. Principal fonte de água consumida para beber

O gráfico seguinte apresenta a repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo a principal fonte de abastecimento de água consumida para beber. Verifica-se que a maioria se abastece através da rede pública (incluindo os chafarizes) (81%). Seguem-se as pessoas que bebem água das nascentes (8%) e dos rios/ribeiras (6%). Cerca de 5% se abastece através de outras fontes.

**Gráfico 7.4.3.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber nos alojamentos onde residem (%)



Em relação ao meio de residência, observa-se da tabela VII.6 do Anexo que os abastecimentos de água para beber através dos rios e das nascentes são mais característicos do meio rural (10,7% e 16,1% respectivamente contra 6% e 8% no meio urbano). A rede pública continua sendo a principal fonte de água consumida para beber dos portadores de deficiência que vivem sozinhos nos dois meios de residência com percentagem mais baixa no meio rural (73,2% contra 86% no meio urbano).

No que se refere ao distrito, a tabela VII.7 do Anexo indica que, com exceção da Região Autónoma de Príncipe, mais de metade dos portadores de deficiência que vivem sozinhos utiliza a rede pública como principal fonte de abastecimento de água consumida para beber em todos os distritos. Essa percentagem corresponde a valor mais elevado no distrito de Lembá (95,7%), e, seguem-se por ordem de importância os distritos de Lobata (92,9%) e Cantagalo (84,8%).

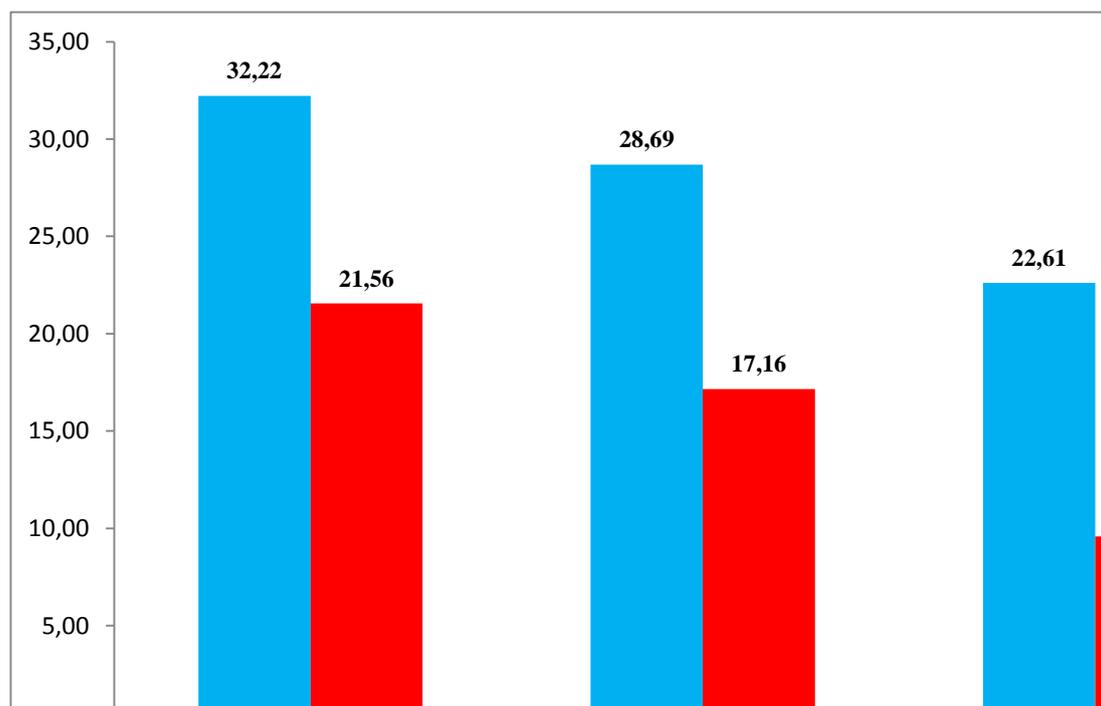
A maior percentagem dessa população que se abastece através das nascentes e dos rios/ribeiras se verifica no distrito de Mé-Zóchi (17,1% para abastecimento através de nascente e 10,6% para rio/ribeira).

#### 7.4.4. Existência de rádio e televisão nos alojamentos

O gráfico 7.4.4.1 e as tabelas VII.8 e VII.9 do Anexo mostram que existem diferenças importantes entre a posse de rádio e TV. Mais de 1/4 das pessoas portadoras de deficiência que vivem sozinhas possuem rádio nos alojamentos onde residem (28,7) e 17,2% possuem TV.

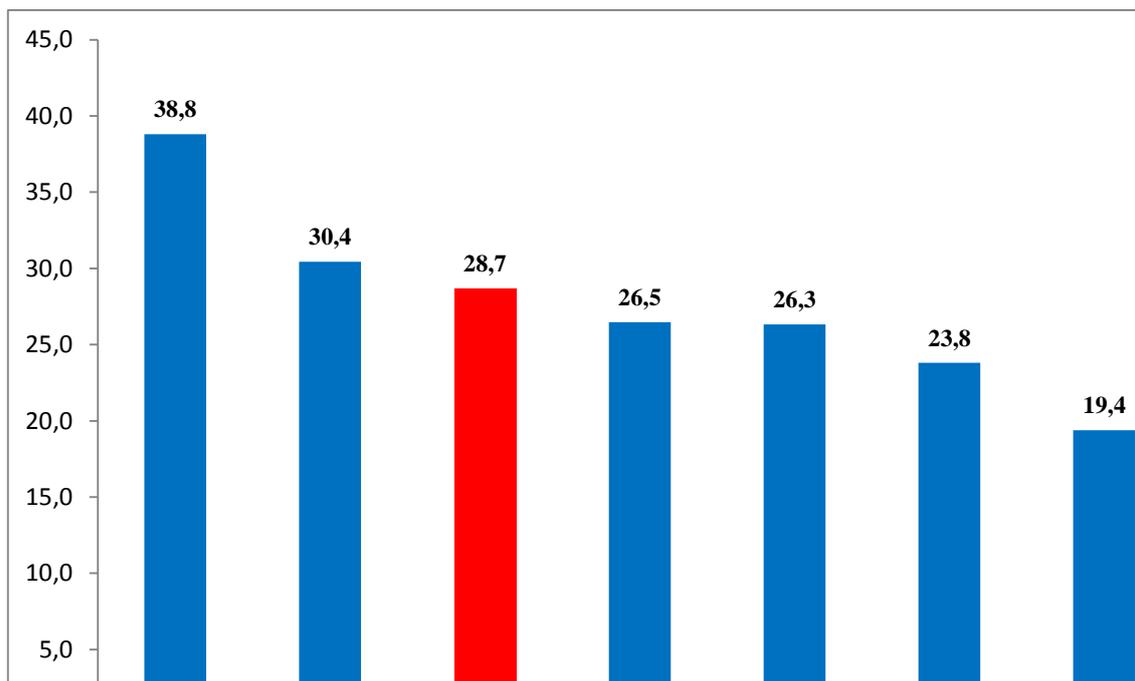
Conforme se poderia esperar, os valores são mais elevados no meio urbano tanto para rádio (cerca de 33,2% contra 22,6% no meio rural) como para a TV (21,2% no meio urbano contra quase 10% no meio rural).

**Gráfico 7.4.4.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de rádio e TV nos alojamentos onde residem por meio de residência (%)

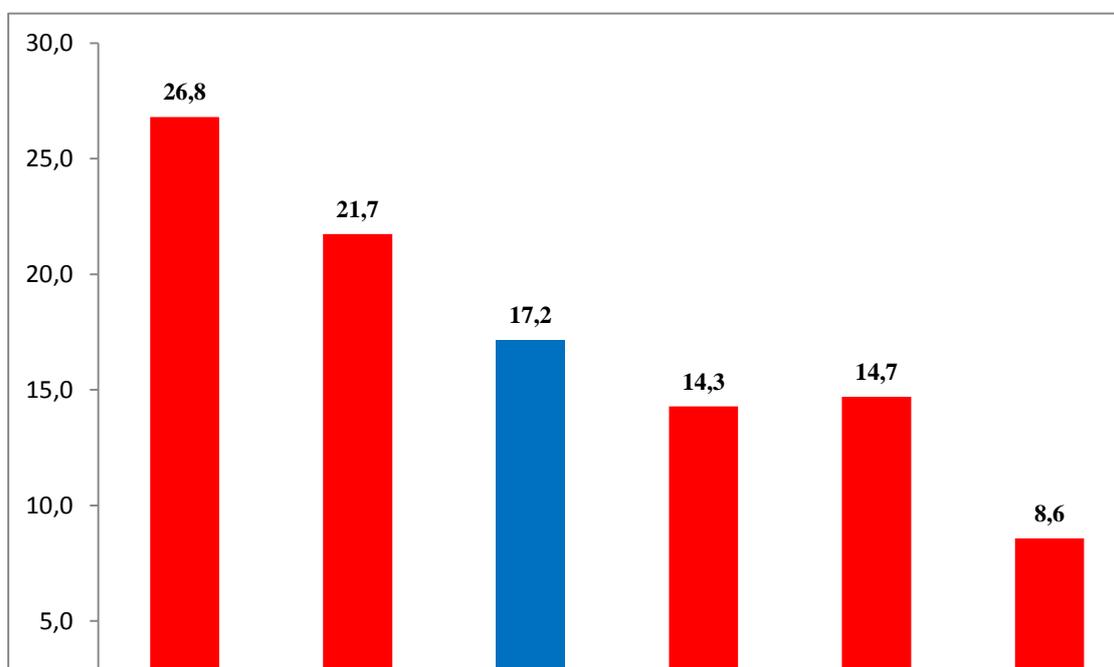


Quanto ao distrito, os gráficos 7.4.4.2 e 7.4.4.3 mostram que, acima da média nacional encontram-se Água Grande (38,8% para rádio e 26,8% para TV) e a Região Autónoma do Príncipe (com 30,4% e 21,7% respectivamente para os dois bens). Abaixo do valor nacional estão os restantes distritos. Para a posse de rádio, as percentagens variam entre 26,5% em Mé-Zóchi e 13% em Lembá. Para TV os valores variam entre 14,3% em Lobata para 4,3% em Lembá.

**Gráfico 7.4.4.2.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por distrito (%)



**Gráfico 7.4.4.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por distrito (%)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Análise da população com deficiência (resultados provisórios), Censos 2001, on line em [www.INE.PT](http://www.INE.PT). Acesso em 18/12/14
- Constituição da República de São Tomé e Príncipe, 2002
- DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Acção sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca), 1997.
- FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência, 1993.
- FONSECA, Victor da. Educação Especial: Programa de intervenção precoce, 1996.
- FURTADO, ADRIANA. Informações sobre as pessoas com deficiência em Porto Alegre, por tipo de deficiência e por região de Orçamento participativo. Porto Alegre, 2003, on line em [www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br). Acesso em 18/12/14
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE CABO VERDE. Censo Demográfico 2000 e 2010
  - . População portadora de deficiência, Praia, Censo 2000
  - .Relatório de análise da incapacidade (versão provisória), Praia, Censo 2010
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE GUINÉ BISSAU. Censo Demográfico 2000 e 2010
  - . População com deficiência, Bissau, Censo 2009
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. Censo Demográfico 2000 e 2010
  - . Características educacionais da população, S. Tomé, Censo 2012
  - . Características e condições de vida das famílias e da habitação, S. Tomé, Censo 2012
- LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, Lei n. ° 2/2003
- Lei n.º 7 /04 (Lei de Enquadramento da Protecção Social), 2004

- Classificação Internacional das deficiências, incapacidades e Desvantagens (Handicaps – Organização Mundial de Saúde – Tradução Portuguesa de 1995)
- [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_15/IIIPAG3\\_15\\_1.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_15/IIIPAG3_15_1.htm)
- MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: Reinventado o ensinar e o aprender, 1996.

## ANEXO

**Tabela IV.1:** Efectivo e taxa de incidência de população portadora de deficiência segundo sexo por tipo de deficiência e distrito (%)

Tipo de deficiência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
<b>Lobata</b>						
Visual	185	0,96	77	0,78	108	1,13
Auditiva	86	0,44	32	0,33	54	0,57
Motora	177	0,91	76	0,77	101	1,06
<i>Mental</i>	<i>698</i>	<i>3,60</i>	<i>374</i>	<i>3,80</i>	<i>324</i>	<i>3,40</i>
<b>Lembá</b>						
Visual	99	0,68	47	0,62	52	0,73
Auditiva	52	0,35	27	0,36	25	0,35
Motora	129	0,88	63	0,83	66	0,93
<i>Mental</i>	<i>186</i>	<i>1,27</i>	<i>93</i>	<i>1,23</i>	<i>93</i>	<i>1,31</i>
<b>Mé - Zóchi</b>						
Visual	399	0,89	173	0,78	226	1,00
Auditiva	192	0,43	103	0,46	89	0,40
Motora	446	1,00	208	0,93	238	1,06
<i>Mental</i>	<i>453</i>	<i>1,01</i>	<i>222</i>	<i>1,00</i>	<i>231</i>	<i>1,03</i>
<b>Água Grande</b>						
Visual	1051	1,51	380	1,13	671	1,87
Auditiva	349	0,50	147	0,44	202	0,56
Motora	697	1,00	248	0,74	449	1,25
<i>Mental</i>	<i>828</i>	<i>1,19</i>	<i>400</i>	<i>1,19</i>	<i>428</i>	<i>1,19</i>
<b>Cantagalo</b>						
Visual	243	1,42	109	1,25	134	1,59
Auditiva	91	0,53	40	0,46	51	0,61
Motora	286	1,67	138	1,58	148	1,76
<i>Mental</i>	<i>277</i>	<i>1,61</i>	<i>146</i>	<i>1,67</i>	<i>131</i>	<i>1,56</i>
<b>Caué</b>						
Visual	62	1,03	37	1,18	25	0,86
Auditiva	21	0,35	14	0,45	7	0,24
Motora	52	0,86	26	0,83	26	0,90
<i>Mental</i>	<i>73</i>	<i>1,21</i>	<i>37</i>	<i>1,18</i>	<i>36</i>	<i>1,24</i>
<b>Região Autónoma de Príncipe</b>						
Visual	53	0,72	24	0,64	29	0,81
Auditiva	28	0,38	12	0,32	16	0,45
Motora	41	0,56	17	0,45	24	0,67
<i>Mental</i>	<i>93</i>	<i>1,27</i>	<i>55</i>	<i>1,47</i>	<i>38</i>	<i>1,06</i>

**Tabela V.1.** Repartição da população portadora de deficiência segundo sexo, por meio de residência (%)

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	6274	100	2878	45,87	3396	54,13
Urbano	4522	100	1995	44,12	2527	55,88
Rural	1752	100	883	50,40	869	49,60

**Tabela V.2.** Repartição da população de 3 anos ou mais portadora de deficiência segundo nível de instrução por distrito (%)

Distrito	Total		Sem instrução		Pré-escolar		Ensino Básico		Secundário		Outro	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Lobata	968	100	266	27,48	16	1,65	534	55,17	131	13,53	21	2,17
Lembá	391	100	140	35,81	6	1,53	187	47,83	52	13,30	6	1,53
Mé- Zóchi	1173	100	414	35,29	13	1,11	589	50,21	139	11,85	18	1,53
Água Grande	2429	100	571	23,51	25	1,03	1278	52,61	503	20,71	52	2,14
Cantagalo	682	100	225	32,99	14	2,05	367	53,81	57	8,36	19	2,79
Caué	176	100	134	76,14	1	0,57	32	18,18	8	4,55	1	0,57
Príncipe	185	100	56	30,27	1	0,54	90	48,65	34	18,38	4	2,16

**Tabela V.3.** Repartição da população portadora de deficiência segundo por grupos etários e sexo, por condição perante actividade económica (%)

Grupos etários	Total		Empregado		Desempregado		Inactivo	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	4804	100,00	1491	100,00	487	100,00	2826	100,00
15-19	478	9,95	64	4,29	31	6,37	383	13,55
20-39	1398	29,10	561	37,63	151	31,01	686	24,27
40-59	1259	26,21	619	41,52	109	22,38	531	18,79
60+	1669	34,74	247	16,57	196	40,25	1226	43,38
<b>Masculino</b>								
Total	2092	100,00	867	100,00	208	100,00	1017	100,00
15-19	249	11,90	45	5,19	18	8,65	186	18,29
20-39	667	31,88	331	38,18	69	33,17	267	26,25
40-59	520	24,86	321	37,02	40	19,23	159	15,63
60+	656	31,36	170	19,61	81	38,94	405	39,82
<b>Feminino</b>								
Total	2712	100,00	624	100,00	279	100,00	1809	100,00
15-19	229	8,44	19	3,04	13	4,66	197	10,89
20-39	731	26,95	230	36,86	82	29,39	419	23,16
40-59	739	27,25	298	47,76	69	24,73	372	20,56
60+	1013	37,35	77	12,34	115	41,22	821	45,38

**Tabela VI.1:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tamanho dos agregados familiares onde residem, por sexo e meio de residência (%)

Tamanho dos agregados familiares	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6274	100	3184	100	3090	100
1 pessoa	736	11,73	398	12,50	338	10,94
2-3 pessoas	1299	20,70	584	18,34	715	23,14
4-5 pessoas	1800	28,69	898	28,20	902	29,19
6 ou + pessoas	2439	38,87	1304	40,95	1135	36,73
<b>Urbano</b>						
Total	4522	100	2191	100	2331	100
1 pessoa	469	10,37	238	10,86	231	9,91
2-3 pessoas	906	20,04	377	17,21	529	22,69
4-5 pessoas	1301	28,77	620	28,30	681	29,21
6 ou + pessoas	1846	40,82	956	43,63	890	38,18
<b>Rural</b>						
Total	1752	100,00	993	100,00	759	100,00
1 pessoa	267	15,24	160	16,11	107	14,10
2-3 pessoas	393	22,43	207	20,85	186	24,51
4-5 pessoas	499	28,48	278	28,00	221	29,12
6 ou + pessoas	593	33,85	348	35,05	245	32,28

**Tabela VI.2:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tamanho dos agregados familiares onde residem, por sexo e distrito

Tamanho dos agregados familiares	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Lobata</b>						
Total	1032	100	632	100	400	100
1 pessoa	103	9,98	63	9,97	40	10,00
2-3 pessoas	169	16,38	87	13,77	82	20,50
4-5 pessoas	294	28,49	171	27,06	123	30,75
6 ou + pessoas	466	45,16	311	49,21	155	38,75
<b>Lembá</b>						
Total	420	100	270	100	150	100
1 pessoa	51	12,14	30	11,11	21	14,00
2-3 pessoas	72	17,14	42	15,56	30	20,00
4-5 pessoas	120	28,57	78	28,89	42	28,00
6 ou + pessoas	177	42,14	120	44,44	57	38,00
<b>Mé-Zóchi</b>						
Total	1249	100,00	607	100,00	642	100,00
1 pessoa	175	14,01	88	14,50	87	13,55
2-3 pessoas	266	21,30	121	19,93	145	22,59
4-5 pessoas	332	26,58	150	24,71	182	28,35
6 ou + pessoas	476	38,11	248	40,86	228	35,51
<b>Água Grande</b>						
Total	2492	100	1034	100	1458	100
1 pessoa	259	10,39	127	12,28	132	9,05
2-3 pessoas	555	22,27	207	20,02	348	23,87
4-5 pessoas	746	29,94	317	30,66	429	29,42
6 ou + pessoas	932	37,40	383	37,04	549	37,65
<b>Cantagalo</b>						
Total	706	100	390	100	316	100
1 pessoa	105	14,87	59	15,13	46	14,56
2-3 pessoas	146	20,68	78	20,00	68	21,52
4-5 pessoas	199	28,19	110	28,21	89	28,16
6 ou + pessoas	256	36,26	143	36,67	113	35,76
<b>Caué</b>						
Total	187	100,00	142	100,00	45	100,00
1 pessoa	19	10,16	15	10,56	4	8,89
2-3 pessoas	46	24,60	30	21,13	16	35,56
4-5 pessoas	55	29,41	42	29,58	13	28,89
6 ou + pessoas	67	35,83	55	38,73	12	26,67
<b>Príncipe</b>						
Total	188	100,00	109	100,00	79	100,00
1 pessoa	24	12,77	16	14,68	8	10,13
2-3 pessoas	45	23,94	19	17,43	26	32,91
4-5 pessoas	54	28,72	30	27,52	24	30,38
6 ou + pessoas	65	34,57	44	40,37	21	26,58

**Tabela VI.3:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de relação de parentesco com o responsável do agregado familiar, por meio de residência (%)

Relação de parentesco	Meio de residência					
	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
R.D.S.T.P	6274	100	4522	100,0	1752	99,9
Responsável do alojamento	2439	38,9	1714	37,9	725	41,4
Cônjuge ou companheiro(a)	774	12,3	577	12,8	195	11,1
Filho(a)	1958	31,2	1393	30,8	565	32,2
Membros com parentesco	1029	16,4	780	17,2	249	14,2
Membros sem parentesco	74	1,2	58	1,3	16	0,9

**Tabela VI.4:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por sexo e distrito

Tipologia do agregado	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6274	100,00	3184	100,00	3090	100,00
Unipessoais	736	11,73	398	12,50	338	10,94
Monoparentais	669	10,66	95	2,98	574	18,58
Nucleares	1443	23,00	1029	32,32	414	13,40
Conjugais	237	3,78	185	5,81	52	1,68
Monoparentais alargados	987	15,73	96	3,02	891	28,83
Outro	2202	35,10	1381	43,37	821	26,57
<b>Lobata</b>						
Total	1032	100,00	632	100,00	400	100,00
Unipessoais	103	9,98	63	9,97	40	10,00
Monoparentais	92	8,91	20	3,16	72	18,00
Nucleares	311	30,14	252	39,87	59	14,75
Conjugais	27	2,62	21	3,32	6	1,50
Monoparentais alargados	148	14,34	12	1,90	136	34,00
Outro	351	34,01	264	41,77	87	21,75
<b>Lembá</b>						
Total	420	100,00	270	100,00	150	100,00
Unipessoais	51	12,14	30	11,11	21	14,00
Monoparentais	43	10,24	6	2,22	37	24,67
Nucleares	113	26,90	98	36,30	15	10,00
Conjugais	17	4,05	15	5,56	2	1,33
Monoparentais alargados	52	12,38	8	2,96	44	29,33
Outro	144	34,29	113	41,85	31	20,67

**Tabela VI.4:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipologia do agregado familiar, por sexo e distrito (continuação)

Tipologia do agregado	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Mé-Zóchi</b>						
Total	1249	100,00	607	100,00	642	100,00
Unipessoais	175	14,01	88	14,50	87	13,55
Monoparentais	146	11,69	21	3,46	125	19,47
Nucleares	228	18,25	153	25,21	75	11,68
Conjugais	51	4,08	44	7,25	7	1,09
Monoparentais alargados	212	16,97	25	4,12	187	29,13
Outro	437	34,99	276	45,47	161	25,08
<b>Água Grande</b>						
Total	2492	100,00	1034	100,00	1458	100,00
Unipessoais	259	10,39	127	12,28	132	9,05
Monoparentais	286	11,48	30	2,90	256	17,56
Nucleares	494	19,82	292	28,24	202	13,85
Conjugais	85	3,41	57	5,51	28	1,92
Monoparentais alargados	439	17,62	36	3,48	403	27,64
Outro	929	37,28	492	47,58	437	29,97
<b>Cantagalo</b>						
Total	706	100,00	390	100,00	316	100,00
Unipessoais	105	14,87	59	15,13	46	14,56
Monoparentais	66	9,35	16	4,10	50	15,82
Nucleares	185	26,20	135	34,62	50	15,82
Conjugais	38	5,38	31	7,95	7	2,22
Monoparentais alargados	93	13,17	12	3,08	81	25,63
Outro	219	31,02	137	35,13	82	25,95
<b>Caué</b>						
Total	187	100,00	142	100,00	45	100,00
Unipessoais	19	10,16	15	10,56	4	8,89
Monoparentais	13	6,95	1	0,70	12	26,67
Nucleares	73	39,04	66	46,48	7	15,56
Conjugais	13	6,95	12	8,45	1	2,22
Monoparentais alargados	13	6,95	2	1,41	11	24,44
Outro	56	29,95	46	32,39	10	22,22
<b>Príncipe</b>						
Total	188	100,00	109	100,00	79	100,00
Unipessoais	24	12,77	16	14,68	8	10,13
Monoparentais	23	12,23	1	0,92	22	27,85
Nucleares	39	20,74	33	30,28	6	7,59
Conjugais	6	3,19	5	4,59	1	1,27
Monoparentais alargados	30	15,96	1	0,92	29	36,71
Outro	66	35,11	53	48,62	13	16,46

**Tabela VI.5:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por sexo e distrito

Tipo de instalação sanitária	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6222	100,00	3155	100,00	3067	100,00
Casa de banho de uso exclusivo	720	11,57	374	11,85	346	11,28
Casa de banho de uso partilhado	191	3,07	86	2,73	105	3,42
Latrina/buraco no quintal	1930	31,02	971	30,78	959	31,27
Não tem	3381	54,34	1724	54,64	1657	54,03
<b>Lobata</b>						
Total	1022	100,00	624	100,00	398	100,00
Casa de banho de uso exclusivo	20	1,96	13	2,08	7	1,76
Casa de banho de uso partilhado	19	1,86	12	1,92	7	1,76
Latrina/buraco no quintal	414	40,51	254	40,71	160	40,20
Não tem	569	55,68	345	55,29	224	56,28
<b>Lembá</b>						
Total	414	100,00	266	100,00	148	100,00
Casa de banho de uso exclusivo	18	4,35	5	1,88	13	8,78
Casa de banho de uso partilhado	11	2,66	7	2,63	4	2,70
Latrina/buraco no quintal	148	35,75	110	41,35	38	25,68
Não tem	237	57,25	144	54,14	93	62,84
<b>Mé-Zóchi</b>						
Total	1244	100,00	604	100,00	640	100,0
Casa de banho de uso exclusivo	94	7,56	56	9,27	38	5,9
Casa de banho de uso partilhado	49	3,94	20	3,31	29	4,5
Latrina/buraco no quintal	307	24,68	143	23,68	164	25,6
Não tem	794	63,83	385	63,74	409	63,9

**Tabela VI.5:** Repartição da população portadora de deficiência segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem, por sexo e distrito (continuação)

Tipo de instalação sanitária	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Água Grande</b>						
Total	2470	100,00	1023	100,00	1455	100,0
Casa de banho de uso exclusivo	520	21,05	259	25,32	261	17,94
Casa de banho de uso partilhado	101	4,09	40	3,91	61	4,19
Latrina/buraco no quintal	755	30,57	277	27,08	486	33,40
Não tem	1094	44,29	447	43,70	647	44,47
<b>Cantagalo</b>						
Total	704	100,00	389	100,00	315	100,3
Casa de banho de uso exclusivo	19	2,70	9	2,31	10	3,2
Casa de banho de uso partilhado	2	0,28	1	0,26	1	0,3
Latrina/buraco no quintal	174	24,72	93	23,91	82	26,0
Não tem	509	72,30	286	73,52	223	70,8
<b>Caué</b>						
Total	187	100,0	142	100,0	45	100,0
Casa de banho de uso exclusivo	11	5,9	9	6,3	2	4,4
Casa de banho de uso partilhado	1	0,5	1	0,7	0	0,0
Latrina/buraco no quintal	85	45,5	65	45,8	20	44,4
Não tem	90	48,1	67	47,2	23	51,1
<b>Príncipe</b>						
Total	181	100,0	107	100,0	74	100,0
Casa de banho de uso exclusivo	38	21,0	23	21,5	15	20,3
Casa de banho de uso partilhado	8	4,4	5	4,7	3	4,1
Latrina/buraco no quintal	47	26,0	29	27,1	18	24,3
Não tem	88	48,6	50	46,7	38	51,4

OBS 1: Diferença com total corresponde a informação não declarada

OBS2: Buraco no quintal corresponde a 0,5%

**Tabela VI.6:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de energia eléctrica nos alojamentos onde residem, por meio de residência e distrito

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	6222	100	3531	56,75	2691	43,25
Urbano	4486	100	2819	62,84	1667	37,16
Rural	1736	100	712	41,01	1024	58,99
Lobata	1022	100	504	49,32	518	50,68
Lembá	414	100	173	41,79	241	58,21
Mé zóchi	1244	100	677	54,42	567	45,58
Água Grande	2470	100	1721	69,68	749	30,32
Cantagalo	704	100	275	39,06	429	60,94
Caué	187	100	53	28,34	134	71,66
Príncipe	181	100	128	70,72	53	29,28

**Tabela VI.7:** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e meio de residência

Principal fonte de água consumida para beber	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6222	100,00	3155	100,00	3067	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	5144	82,67	2579	81,74	2565	83,63
Nascente no quintal	132	2,12	53	1,68	79	2,58
Nascente fora do quintal	316	5,08	174	5,52	142	4,63
Rio ou ribeira	355	5,71	210	6,66	145	4,73
Outro	275	4,42	139	4,41	136	4,43
<b>Urbano</b>						
Total	4486	100,00	2170	100,00	2316	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	3914	87,25	1889	87,05	2025	87,44
Nascente no quintal	101	2,25	35	1,61	66	2,85
Nascente fora do quintal	115	2,56	58	2,67	57	2,46
Rio ou ribeira	98	2,18	58	2,67	40	1,73
Outro	258	5,75	130	5,99	128	5,53
<b>Rural</b>						
Total	1736	100,00	985	100,00	751	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	1230	70,85	690	70,05	540	71,90
Nascente no quintal	31	1,79	18	1,83	13	1,73
Nascente fora do quintal	201	11,58	116	11,78	85	11,32
Rio ou ribeira	257	14,80	152	15,43	105	13,98
Outro	17	0,98	9	0,91	8	1,07

**Tabela VI.8:** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e distrito (%)

Principal fonte de água consumida para beber	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Lobata</b>						
Total	1022	100,00	624	100,00	398	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	959	93,84	591	94,71	368	92,46
Nascente no quintal	9	0,88	5	0,80	4	1,01
Nascente fora do quintal	31	3,03	19	3,04	12	3,02
Rio ou ribeira	17	1,66	6	0,96	11	2,76
Outro	6	0,59	3	0,48	3	0,75
<b>Lembá</b>						
Total	414	100,00	266	100,00	148	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	343	82,85	212	79,70	131	88,51
Nascente no quintal	5	1,21	3	1,13	2	1,35
Nascente fora do quintal	4	0,97	3	1,13	1	0,68
Rio ou ribeira	58	14,01	44	16,54	14	9,46
Outro	4	0,97	4	1,50	0	0,00
<b>Mé - Zóchi</b>						
Total	1244	100,00	604	100,00	640	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	864	69,45	423	70,03	441	68,91
Nascente no quintal	31	2,49	11	1,82	20	3,13
Nascente fora do quintal	195	15,68	97	16,06	98	15,31
Rio ou ribeira	146	11,74	72	11,92	74	11,56
Outro	8	0,64	1	0,17	7	1,09
<b>Água Grande</b>						
Total	2470	100,00	1023	100,00	1447	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	2085	84,41	844	82,50	1241	85,76
Nascente no quintal	76	3,08	24	2,35	52	3,59
Nascente fora do quintal	43	1,74	22	2,15	21	1,45
Rio ou ribeira	15	0,61	7	0,68	8	0,55
Outro	251	10,16	126	12,32	125	8,64

**Tabela VI.8:** Repartição da população portadora de deficiência segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e distrito (continuação) (%)

Principal fonte de água consumida para beber	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Cantagalo</b>						
Total	704	100,00	389	100,00	315	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	601	85,37	312	80,21	289	91,75
Nascente no quintal	7	0,99	6	1,54	1	0,32
Nascente fora do quintal	20	2,84	17	4,37	3	0,95
Rio ou ribeira	70	9,94	49	12,60	21	6,67
Outro	6	0,85	5	1,29	1	0,32
<b>Caué</b>						
Total	187	100,00	142	100,00	45	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	166	88,77	125	88,03	41	91,11
Nascente no quintal	3	1,60	3	2,11	0	0,00
Nascente fora do quintal	11	5,88	8	5,63	3	6,67
Rio ou ribeira	7	3,74	6	4,23	1	2,22
<b>Príncipe</b>						
Total	181	100,00	107	100,00	74	100,00
Rede pública (inclusive chafariz)	126	69,61	72	67,29	54	72,97
Nascente no quintal	1	0,55	1	0,93	0	0,00
Nascente fora do quintal	12	6,63	8	7,48	4	5,41
Rio ou ribeira	42	23,20	26	24,30	16	21,62

**Tabela VI.9:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	6222	100	3138	50,43	3084	49,57
Urbano	4486	100	2374	52,92	2112	47,08
Rural	1736	100	764	44,01	972	55,99
Lobata	1022	100	440	43,05	582	56,95
Lembá	414	100	158	38,16	256	61,84
Mé- Zóchi	1244	100	575	46,22	669	53,78
Água Grande	2470	100	1449	58,66	1021	41,34
Cantagalo	704	100	308	43,75	396	56,25
Caué	187	100	98	52,41	89	47,59
Príncipe	181	100	110	60,77	71	39,23

**Tabela VI.10:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	6222	100	3147	50,58	3075	49,42
Urbano	4486	100	2502	55,77	1984	44,23
Rural	1736	100	645	37,15	1091	62,85
Lobata	667	100	337	50,52	330	49,48
Lembá	414	100	148	35,75	266	64,25
Mé- Zóchi	1244	100	553	44,45	691	55,55
Água Grande	2470	100	1554	62,91	916	37,09
Cantagalo	704	100	243	34,52	461	65,48
Caué	187	100	51	27,27	136	72,73
Príncipe	181	100	131	72,38	50	27,62

**Tabela VI.11:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de computador nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	6222	100	307	4,93	5915	95,07
Urbano	4486	100	278	6,20	4208	93,80
Rural	1736	100	29	1,67	1707	98,33
Lobata	1022	100	20	1,96	1002	98,04
Lembá	414	100	7	1,69	407	98,31
Mé-Zóchi	1244	100	36	2,89	1208	97,11
Água Grande	2470	100	221	8,95	2249	91,05
Cantagalo	704	100	6	0,85	698	99,15
Caué	187	100	0	0,00	187	100,00
Príncipe	181	100	17	9,39	164	90,61

**Tabela VII.1.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo sexo, por meio de residência (%)

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	736	100	398	54,08	338	45,92
Urbano	469	100,00	238	50,75	231	49,25
Rural	267	100,00	160	59,93	107	40,07

**Tabela VII.2.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo grupos etários, por sexo (%)

Grupos etários	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	736	100	398	100	338	100
10-19	5	0,68	4	1,01	1	0,30
20-29	32	4,35	28	7,04	4	1,18
30-39	53	7,20	39	9,80	14	4,14
40-49	83	11,28	58	14,57	25	7,40
50-59	90	12,23	55	13,82	35	10,36
60-69	110	14,95	65	16,33	45	13,31
70-79	184	25,00	90	22,61	94	27,81
80+	179	24,32	59	14,82	120	35,50

**Tabela VII.3.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo por grupos etários e sexo, por condição perante actividade económica (%)

Grupos etários	Total		Empregado		Desempregado		Inactivo	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	735	100,00	181	100,00	68	100,00	486	100,00
15-19	4	0,54	2	1,10	0	0,00	2	0,41
20-39	85	11,56	46	25,41	7	10,29	32	6,58
40-59	173	23,54	74	40,88	13	19,12	86	17,70
60+	473	64,35	59	32,60	48	70,59	366	75,31
Masculino								
Total	397	100,00	142	100,00	37	100,00	218	100,00
15-19	3	0,76	2	1,41	0	0,00	1	0,46
20-39	67	16,88	40	28,17	4	10,81	23	10,55
40-59	113	28,46	57	40,14	8	21,62	48	22,02
60+	214	53,90	43	30,28	25	67,57	146	66,97
Feminino								
Total	338	100,00	39	100,00	31	100,00	268	100,00
15-19	1	0,30	0	0,00	0	0,00	1	0,37
20-39	18	5,33	6	15,38	3	9,68	9	3,36
40-59	60	17,75	17	43,59	5	16,13	38	14,18
60+	259	76,63	16	41,03	23	74,19	220	82,09

**Tabela VII.4.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo tipo de instalação sanitária existente nos alojamentos onde residem e distrito por sexo (%)

Tipo de instalação sanitária	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6222	100,00	3155	100,00	3067	100,00
Casa de banho de uso exclusivo	720	11,57	374	11,85	346	11,28
Casa de banho de uso partilhado	191	3,07	86	2,73	105	3,42
Latrina/buraco no quintal	1930	31,02	971	30,78	959	31,27
Não tem	3381	54,34	1724	54,64	1657	54,03
<b>Lobata</b>						
Total	98	100,00	58	100,00	40	100,00
Casa de banho	19	19,39	10	17,24	9	22,50
Não tem	79	80,61	48	82,76	31	77,50
<b>Lembá</b>						
Total	46	100,00	26	100,00	20	100,00
Casa de banho	7	15,22	6	23,08	1	5,00
Não tem	39	84,78	20	76,92	19	95,00
<b>Mé-Zóchi</b>						
Total	170	100,00	85	100,00	85	100,0
Casa de banho	11	6,47	5	5,88	6	7,1
Latrina/buraco no quintal	21	12,35	9	10,59	12	14,1
Não tem	138	81,18	71	83,53	67	78,8
<b>Água Grande</b>						
Total	250	100,00	120	100,00	130	100,0
Casa de banho	40	16,00	18	15,00	22	16,92
Latrina/buraco no quintal	56	22,40	20	16,67	36	27,69
Não tem	154	61,60	82	68,33	72	55,38
<b>Cantagalo</b>						
Total	106	100,00	60	100,00	46	100,0
Latrina/buraco no quintal	16	15,09	7	11,67	9	19,6
Não tem	90	84,91	53	88,33	37	80,4
<b>Caué</b>						
Total	19	100,0	15	100,0	4	100,0
Latrina/buraco no quintal	7	36,8	4	26,7	3	75,0
Não tem	12	63,2	11	73,3	1	25,0
<b>Príncipe</b>						
Total	23	100,0	16	100,0	7	100,0
Latrina/buraco no quintal	8	34,8	5	31,3	3	42,9
Não tem	15	65,2	11	68,8	4	57,1

OBS 1: Diferença com total corresponde a informação não declarada

OBS2: Buraco no quintal corresponde a 0,5%

**Tabela VII.5.** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo existência de energia nos alojamentos onde residem, meio de residência e distrito, por sexo (%)

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	711	100	225	31,65	486	68,35
Urbano	450	100	176	39,11	274	60,89
Rural	261	100	49	18,77	212	81,23
Lobata	98	100	24	24,49	74	75,51
Lembá	46	100	7	15,22	39	84,78
Mé-Zóchi	170	100	44	25,88	126	74,12
Água Grande	250	100	121	48,40	129	51,60
Cantagalo	105	100	21	20,00	84	80,00
Caué	19	100	2	10,53	17	89,47
Príncipe	23	100	6	26,09	17	73,91

**Tabela VII.6:** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e meio de residência (%)

Principal fonte de água consumida para beber	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	711	100,00	379	100,00	332	100,00
Rede pública	578	81,29	305	80,47	273	82,23
Nascente	55	7,74	25	6,60	30	9,04
Rio ou ribeira	45	6,33	28	7,39	17	5,12
Outro	33	4,64	21	5,54	12	3,61
<b>Urbano</b>						
Total	450	100,00	223	100,00	227	100,00
Rede pública	387	86,00	190	85,20	197	86,78
Nascente no quintal	27	6,00	12	5,38	15	6,61
Rio/ribeira /outro	36	8,00	21	9,42	15	6,61
<b>Rural</b>						
Total	261	100,00	156	100,00	105	100,00
Rede pública	191	73,18	115	73,72	76	72,38
Nascente	28	10,73	13	8,33	15	14,29
Rio ou ribeira/outro	42	16,09	28	17,95	14	13,33

OBS : A soma de nascente/rio ou ribeira e outro não corresponde ao total por causa dos agrupamentos feitos pelo facto de alguns números serem muito baixo

**Tabela VII.7:** Repartição da população portadora de deficiência que vive sozinha segundo principal fonte de água consumida para beber, por sexo e distrito (%)

Principal fonte de água consumida para beber	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Lobata</b>						
Total	98	100,00	58	100,00	40	100,00
Rede pública	91	92,86	54	93,10	37	92,50
Outro	7	7,14	4	6,90	3	7,50
<b>Lembá</b>						
Total	46	100,00	26	100,00	20	100,00
Rede pública	44	95,65	24	92,31	20	100,00
Rio ou ribeira	2	4,35	2	7,69		
<b>Mé-Zóchi</b>						
Total	170	100,00	85	100,00	85	100,00
Rede pública	123	72,35	64	75,29	59	69,41
Nascente	29	17,06	13	15,29	16	18,82
Rio ou ribeira	18	10,59	8	9,41	10	11,76
<b>Água Grande</b>						
Total	250	100,00	120	100,00	130	100,00
Rede pública	204	81,60	96	80,00	108	83,08
Nascente	15	6,00	5	4,17	10	7,69
Rio ou ribeira	4	1,60	2	1,67	2	1,54
Outro	27	10,80	17	14,17	10	7,69
<b>Cantagalo</b>						
Total	105	100,00	59	100,00	46	100,00
Rede pública	89	84,76	49	83,05	40	86,96
Rio ou ribeira	12	11,43	8	13,56	4	8,70
Outro	4	3,81	2	3,39	2	4,35
<b>Caué</b>						
Total	19	100,00	15	100,00	4	100,00
Rede pública	16	84,21	12	80,00	4	100,00
Outro	3	15,79	3	20,00	0	0,00
<b>Príncipe</b>						
Total	23	100,00	16	100,00	7	100,00
Rede pública	11	47,83	6	37,50	5	71,43
Outro	12	52,17	10	62,50	2	28,57

OBS: A soma de nascente/rio ou ribeira e outro não corresponde ao total por causa dos agrupamentos feitos pelo facto de alguns números serem muito baixo

**Tabela VII.8:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de rádio nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	711	100	204	28,69	507	71,31
Urbano	450	100	145	32,22	305	67,78
Rural	261	100	59	22,61	202	77,39
Lobata	98	100	19	19,39	79	80,61
Lembá	46	100	6	13,04	40	86,96
Mé- Zóchi	170	100	45	26,47	125	73,53
Água Grande	250	100	97	38,80	153	61,20
Cantagalo	105	100	25	23,81	80	76,19
Caué	19	100	5	26,32	14	73,68
Príncipe	23	100	7	30,43	16	69,57

**Tabela VII.9:** Repartição da população portadora de deficiência segundo existência de televisão nos alojamentos onde residem por meio de residência e distrito

Meio de residência e distrito	Total		Sim		Não	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RDSTP	711	100	122	17,16	589	82,84
Urbano	450	100	97	21,56	353	78,44
Rural	261	100	25	9,58	236	90,42
Lobata	98	100	14	14,00	84	85,71
Lembá	46	100	2	4,35	44	95,65
Mé- Zóchi	170	100	25	14,71	145	85,29
Água Grande	250	100	67	26,80	183	73,20
Cantagalo	105	100	9	8,57	96	91,43
Caué	19	100	0	0,00	19	100,00
Príncipe	23	100	5	21,74	18	78,26